



*Análise
e
Linguagens Documentais II*

**ANÁLISE
E
LINGUAGENS DOCUMENTAIS II**

Isabel Vaz Marcos

**2014
Universidade Aberta**

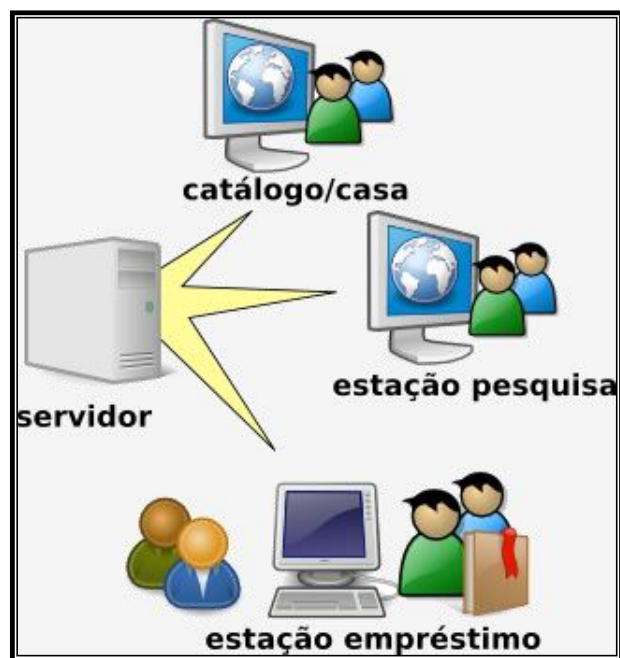
Este recurso destina-se à aprendizagem dos conteúdos da Unidade Curricular ALD II do curso de Ciências da Informação e da Documentação da Universidade Aberta.

ÍNDICE

Capítulo 1 : A catalogação: uma nova abordagem	4
1.1 Anglo-American Cataloguing Rules – AACR <i>versus</i> Resource Description and Access – RDA	7
1.2 - Functional Requirements for Bibliographic Records – FRBR	8
1.3. International Standard Bibliographic Description – ISBD	13
1.4. O formato Marc	20
Capítulo 2: A catalogação: uma ferramenta ao serviço do conhecimento	23
2.1. Pontos de acesso controlado	24
2.2. Descrição de recursos impressos num só volume	49
Capítulo 3: Descrição de recursos impressos	63
3.1. Publicação em volumes	64
3.2. Pares componentes	73
Capítulo 4: Descrição de registos vídeo, sonoro e imagens estáticas	82
Capítulo 5: Descrição de recursos eletrónicos	116
Capítulo 6: Descrição de recursos contínuos	150
Capítulo 7: Formato UNIMARC	190

CAPÍTULO 1

A CATALOGAÇÃO: UMA NOVA ABORDAGEM



CAPÍTULO 1

A CATALOGAÇÃO: UMA NOVA ABORDAGEM

A catalogação é uma operação técnica, através da qual se descreve um documento, recurso ou objeto e se estabelece um número variado de pontos de acesso à informação, a fim de que o utilizador encontre, identifique, selecione e obtenha a informação que necessita. Esta informação pode ser obtida numa unidade documental, num catálogo ou numa base de dados.

Esta operação técnica está relacionada com a organização, com o acesso e com a recuperação da informação. Estes três conceitos – organização, acesso e recuperação, são fundamentais na gestão da informação nas bibliotecas.

Passados cinquenta anos da *Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação*, realizada em 1961, onde foram consagrados os célebres “Princípios de Paris”, que serviram de base para a normalização internacional da catalogação e para a construção de códigos nacionais de catalogação, a IFLA tem continuado a desenvolver esforços para adaptar os princípios da catalogação às novas realidades da informação do século XXI.

A nova *Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação*, publicada em 2009, consagra e reafirma como objetivo principal da catalogação **servir a conveniência dos utilizadores.**

Ao problematizar o conceito de catalogação, é correto afirmar que esta operação permite organizar a informação em termos de descrição, pontos de acesso e localização, facilitando as tarefas que devem ser realizadas pelo utilizador: buscar, identificar, selecionar e obter os recursos de informação.

O produto final desta organização e descrição da informação é o catálogo que constitui uma representação dos fundos que existem na biblioteca, integrando também atualmente informação a que a biblioteca pode dar acesso, ainda que fisicamente não a possua. São os documentos eletrónicos de acesso remoto: páginas Web, diretórios, repositórios, serviços em linha, revistas e livros em suporte

eletrónico, bases de dados de todo o tipo, bibliográficas, de imagens em movimento, de imagens fixas, etc.

Durante os últimos cinquenta, desenvolveram-se a nível internacional e nacional um conjunto de normas e regras que permitiram a normalização dos registos e o intercâmbio da informação.

As distintas *ISBDs*, as *Regras de Catalogação Anglo-Americanas (AACR)*, atualmente designadas por *Resource Description and Access (RDA)*, o aparecimento de regras nacionais em quase todos os países, os números normalizados para livros (*ISBN*) e publicações periódicas (*ISSN*), o formato *MARC* (em todas as suas versões), os *Requisitos Funcionais dos Registos Bibliográficos (FRBR)* e também os *Requisitos Funcionais para os Registos de Autoridade (FRAD)*, representam o grande esforço realizado pelos profissionais desta área para globalizar e normalizar o controlo bibliográfico.

Em termos de normalização da descrição, temos as *ISBDs* e a *AACR* que, juntamente com os códigos normalizadores de cada país, têm garantido a uniformidade dos registos e a conseqüente possibilidade de intercâmbio da informação. Na *Nova declaração de princípios internacionais de catalogação* é referido que os dados da descrição bibliográfica devem ser baseados numa norma internacionalmente aceite reconhecendo a *ISBD* como a norma para a comunidade biblioteconómica que pode integrar não só as bibliotecas mas também os arquivos e os museus.

1.1. Anglo-American Cataloguing Rules – AACR versus Resource Description and Access - RDA

Paralelamente a todos estes documentos emanados pela IFLA, a *American Library Association*, juntamente com a *Canadian Library Association* e o *Chartered Institute of Library and Information Professionals* (do Reino Unido), publicaram 1967 um documento muito importante, denominado *Anglo-American Cataloguing Rules*.

Em 1978 foi publicada uma nova versão deste Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR) denominado o AACR2. Este código, dado contemplar não só os aspetos da descrição bibliográfica (zonas ISBD), mas também a determinação dos pontos de acesso, foi largamente adotado como código de catalogação em muitos países do mundo.

Em 2001, foram publicadas novas correções nas AACR2, nomeadamente nas regras que diziam respeito à descrição dos recursos eletrónicos. Uma nova revisão, feita em 2002, além de rever algumas das questões relativas aos recursos contínuos, abriu o caminho para uma revisão mais geral, em consonância com o modelo conceptual FRBR. O aparecimento de novas exigências conceptuais e formais da descrição bibliográfica e o acesso à informação via internet, provocaram uma mudança de paradigma na maneira de registar, comunicar e difundir a informação bibliográfica.

Atualmente é inquestionável o facto dos conteúdos informacionais se deslocarem dos suportes físicos e analógicos, expandindo-se para um ambiente cada vez mais digital. A documentação impressa progressivamente vai deixando de ser dominante. Os formatos são cada vez menos estáveis e tornam-se mais difíceis de categorizar. Por exemplo, os registos áudio e vídeo, que anteriormente eram armazenados em suportes físicos concretos e fáceis de catalogar (por exemplo, o vídeo em cassete VHS ou Beta e o áudio em cassetes áudio) tornam-se agora, dependendo da relação conteúdo/suporte, mais difíceis de representar. Por exemplo, um DVD, dependendo da natureza do seu conteúdo, pode ser um recurso eletrónico ou um registo vídeo, alterando por isso a forma de representar os dados em algumas zonas e elementos ISBD.

Por outro lado, os utilizadores estão cada vez mais exigentes nas suas necessidades de informação. Esta procura ultrapassa a mera descrição bibliográfica e centra-se cada vez mais no acesso aos textos e imagens integrais.

Todas estas mudanças levaram o *Joint Steering Committee* (que é actualmente o responsável pelo AACR) a desenvolver um novo código para substituir o AACR2.

Inicialmente pensou denominar-se AACR3, mas este comité (JSC) decidiu remover o termo “Anglo-Americano” com a intenção de tornar o novo código um padrão de aceitação internacional.

O termo “catalogação” foi substituído pelo termo “Descrição de recurso” e incluíram também o termo “acesso”, com o objetivo de criar um esquema flexível para descrever os recursos, tanto analógicos como digitais.

A RDA, que é a sigla para *Resource Description and Access* (Descrição e Acesso a Recursos), é um novo código internacional, que subsidia também o modelo descritivo *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e que pretende fornecer directrizes de ampla aplicação no universo biblioteconómico, tendo sempre o foco centrado no utilizador e nas suas necessidades de informação.

Com a aplicação do modelo entidade/relação, definido no modelo conceptual FRBR, é possível estabelecer relações e associações entre os distintos registos de uma mesma obra, de modo a facilitar a tarefa dos utilizadores. O objetivo é que o utilizador num único registo tenha acesso a todos os elementos necessários para seleccionar e identificar o documento que necessita.

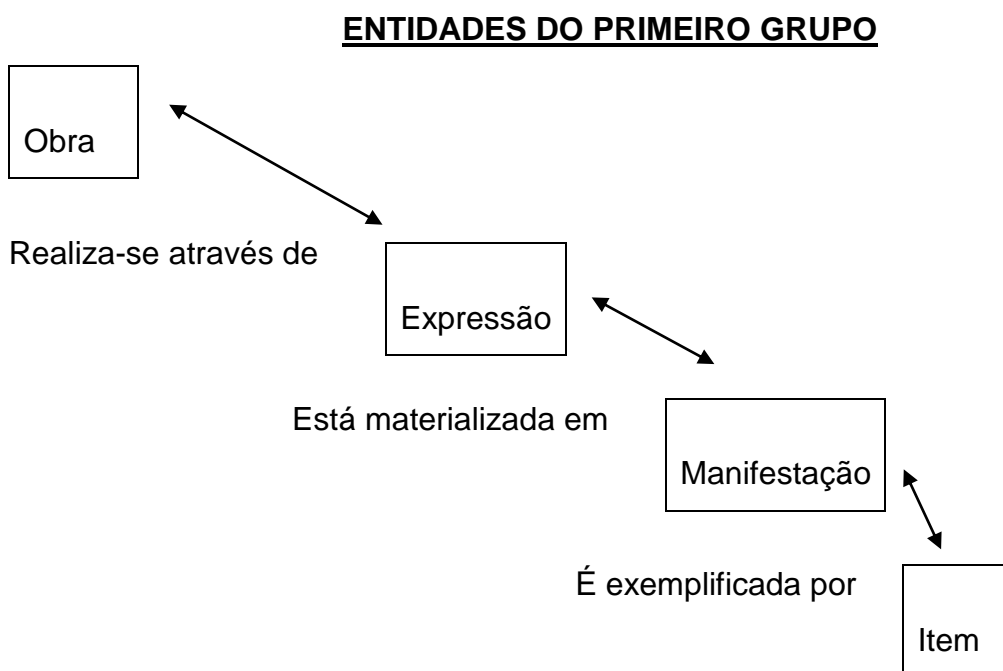
A publicação deste novo código *Resource Description and Access (RDA)* abre o caminho para uma nova geração de catálogos.

1.2 - Functional Requirements for Bibliographic Records – FRBR

Os Requisitos funcionais dos registos bibliográficos (FRBR) foram publicados pela IFLA em 1998 (a última revisão é de 2007) e o seu contributo tem sido fundamental para operar uma mudança profunda na conceção de novos princípios e códigos de catalogação, tanto nacionais como internacionais. É uma mudança de paradigma, assente em novos modelos conceptuais que não pretende ficar apenas pela teoria. Este modelo conceptual define as entidades de interesse para os utilizadores de registos bibliográficos, os atributos de cada uma das entidades e os tipos de relações que existem entre as entidades.

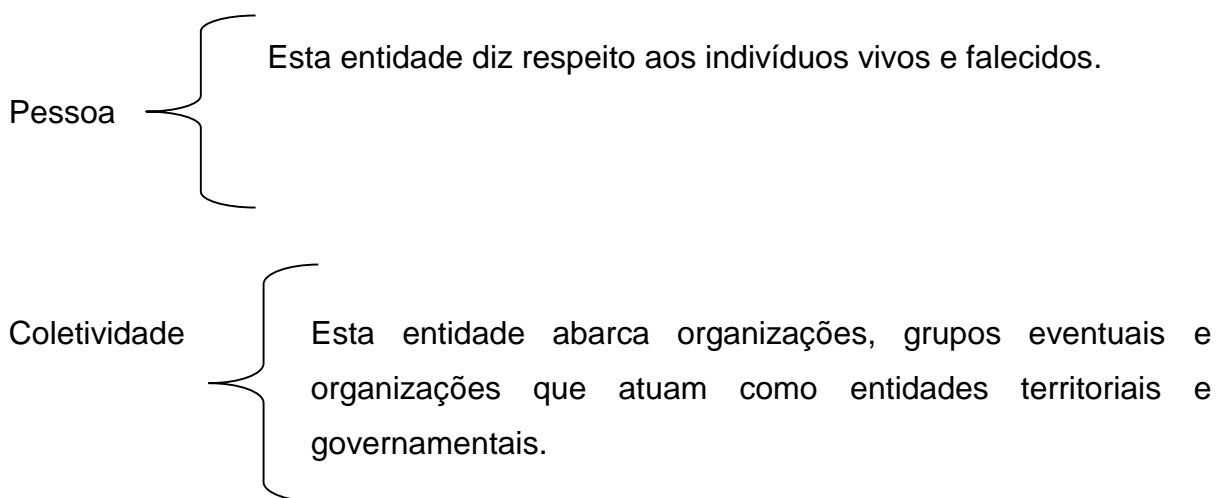
As FRBR dividem as entidades em três grupos e definem as entidades como sendo objetos de interesse para os utilizadores.

O primeiro grupo inclui as entidades que representam os produtos do esforço intelectual ou artístico: a *obra* (criação intelectual ou artística distinta), a *expressão* (realização de uma obra intelectual ou artística), a *manifestação* (materialização física de uma expressão de uma obra) e o *item* (uma unidade individual de uma manifestação). As entidades definidas como *obra* e *expressão* refletem o conteúdo intelectual ou artístico e as entidades *manifestação* e *item* definem a forma física.



O segundo grupo inclui as entidades que são responsáveis pelo conteúdo intelectual e artístico (*pessoa, ou coletividade*), e as entidades do terceiro grupo representam o conteúdo da *obra* (entidade do primeiro grupo).

ENTIDADES DO SEGUNDO GRUPO



As entidades do terceiro grupo cobrem os aspetos temáticos da obra (*conceito, objeto, evento e lugar*).

ENTIDADES DO TERCEIRO GRUPO

Conceito	Objeto	Evento	Lugar
----------	--------	--------	-------

Cada uma das entidades dos três grupos definidas no modelo tem associado um conjunto de *atributos* (caraterísticas) que permitem aos utilizadores formularem as suas pesquisas e interpretarem os resultados.

Exemplos de atributos são o título e a data de uma *obra e expressão*, o editor e a data de publicação de uma *manifestação* e a proveniência e o estado do *item*.

No contexto deste modelo, as relações refletidas no registo bibliográfico ajudam o utilizador a estabelecer conexões entre a entidade encontrada e outras entidades relacionadas. Estas relações ajudam o utilizador a “navegar” pelo catálogo e a selecionar a informação desejada. Para ajudar a explicitar este conceito, pode tomar-se como exemplo a obra *Dom Quixote de Miguel Cervantes* que se relaciona com todas as suas edições, revisões e traduções (*expressão*). A obra e a expressão materializam-se na entidade *manifestação* (pode ser um e-book, um livro impresso, um CD-audio, etc.) e o *item* (quarta entidade do primeiro grupo), é um exemplar de uma determinada *manifestação*, neste caso um exemplar de D. Quixote.

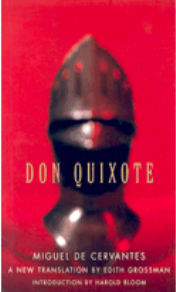
Um catálogo que aplique este modelo concetual permite que os utilizadores vejam num único registo as distintas expressões, manifestações e itens de uma mesma obra.

FictionFinder

Home | Browse | Help | Exit

Search for: [Search](#) [More Options](#)

<< Back to Results Next >> Item 1 of 268



Don Quixote
Cervantes Saavedra, Miguel de, 1547-1616
 Widely regarded as the world's first modern novel, Don Quixote chronicles the famous picaresque adventures of the noble knight-errant Don Quixote de La Mancha and his faithful squire, Sancho Panza, as they travel through sixteenth-century Spain.

Libraries: 40212; **Editions:** 2367; **Languages:** 48

Sort by: Libraries | [Oldest First](#) | [Newest First](#)

Narrow by Format: All | [Audiobooks \(9\)](#) | [Comic books \(3\)](#) | [Large print \(1\)](#) | [Talking books \(6\)](#) | [eBooks \(4\)](#)

Narrow by Languages: All | [Spanish \(1114\)](#) | [English \(680\)](#) | [French \(139\)](#) | [German \(70\)](#) | [Italian \(44\)](#) | [Chinese \(38\)](#) | [Russian \(30\)](#) | [Japanese \(18\)](#) | [Korean \(18\)](#) | [Hebrew \(14\)](#) | [Portuguese \(13\)](#) | [Polish \(8\)](#) | [Dutch \(6\)](#) | [Swedish \(6\)](#) | [Yiddish \(6\)](#) | [Croatian \(4\)](#) | [Hungarian \(3\)](#) | [Persian \(3\)](#) | [Armenian \(2\)](#) | [Czech \(2\)](#) | [Danish \(2\)](#) | [Esperanto \(2\)](#) | [Greek \(2\)](#) | [Icelandic \(2\)](#) | [Latin \(2\)](#) | [Romanian \(2\)](#) | [Ukrainian \(2\)](#) | [Vietnamese \(2\)](#) | [Albanian](#) | [Amharic](#) | [Arabic](#) | [Basque](#) | [Breton](#) | [Estonian](#) | [Galician](#) | [Hindi](#) | [Indonesian](#) | [Latvian](#) | [Malay](#) | [Marathi](#) | [Norwegian](#) | [Oriya](#) | [Slovak](#) | [Telugu](#) | [Uighur](#) | [Undetermined](#) | [Uzbek](#) | [Welsh](#)

1. Don Quixote /Miguel de Cervantes ; a new translation by Edith Grossman ; introduction by Harold Bloom Libraries: 1456 — c2003. — English	Fiction Categories Adventure fiction Historical fiction Picaresque literature Romances Settings
2. The first part of the life and achievements of the renowned Don Quixote de la Mancha [by] Miquel de Cervantes Saavedra, translated by Peter Motteux, illustrated with wood engravings by Hans Alexander Mueller Libraries: 1063 — 1941. — English	
3. The history of Don Quixote de la Mancha. Translated by John Ormsby Libraries: 927 — [1955, c1952] — English	
4. Don Quixote, by Miguel de Cervantes; Ozell's revision of the translation of Peter Motteux; introduction by Hershel <small>Printed</small>	

Este é um exemplo de um catálogo que aplica o modelo conceptual FRBR. O utilizador numa única pesquisa tem acesso a todas as expressões, manifestações e itens de uma mesma obra.

O objetivo final das FRBR é satisfazer as necessidades de informação dos utilizadores, facilitando a execução de um conjunto de operações que são por eles efetuadas quando pesquisam os catálogos das bibliotecas.

Estas tarefas são: encontrar os materiais, identificar a entidade desejada, selecionar a entidade apropriada às suas necessidades e finalmente obter acesso à entidade descrita.

1.3 - International Standard Bibliographic Description - ISBD

Em 1969, o Comité da IFLA para a catalogação patrocinou um encontro internacional de catalogadores, o *Meeting of Cataloguing Experts*, com o objetivo de elaborar uma proposta de criação de uma norma para regularizar os procedimentos da descrição bibliográfica em termos de forma e de conteúdo. Desse encontro e dos trabalhos posteriores nasceu também o desejo de aumentar a cooperação internacional em termos de troca de dados bibliográficos e se consolidou o conceito de Descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD).

A primeira ISBD a ser publicada foi a ISBD (M), que surgiu em 1971. Em 1974, como resultado da sua adoção por um grande número de países foi editada a sua primeira edição normalizada.

Neste mesmo ano foi publicada a ISBD (S) para a descrição das publicações em série. Esta ISBD teve a sua primeira revisão em 1977.

Em 1977 apareceram a ISBD (CM) (para material cartográfico) e a ISBD (NBM) para material não livro.

A primeira versão da ISBD (G) (Geral) também foi publicada neste ano e o seu principal objetivo foi assegurar uma descrição bibliográfica internacional geral, aplicável a todos os tipos de materiais de biblioteca. Esta ISBD foi concebida com a preocupação de assegurar a harmonia entre as outras ISBDs.

Em 1980 é publicada a ISBD (A) para tratamento do livro antigo e a ISBD (PM) para a descrição da música impressa.

Para a descrição das partes componentes (analíticos de publicações) foram publicadas em 1988 diretivas para a aplicação de regras a este tipo de descrição. Estas regras intitularam-se ISBD (CP).

O *Programa ISBD da IFLA*, que foi criado para promover o controlo Bibliográfico Universal, decidiu nos finais da década de setenta que todos os textos das ISBD teriam uma vigência de cinco anos, e que após este período teriam que ser sujeitos

a estudos conducentes à sua reformulação ou aferição. As ISBD (M), a ISBD (CM) e a ISBD (NBM) foram revistas em 1987, a ISBD (S) em 1988, a ISBD (CF) em 1990, a ISBD (A) em 1991 e a ISBD (G) em 1992. No final da década de 80 estava terminado o primeiro projeto de revisão geral.

Todos estes processos de revisão e estudos constantes foram feitos com o intuito de acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade da informação. Uma das mais significativas mudanças foi o aparecimento de documentos em diversos suportes, nomeadamente os recursos eletrónicos e os recursos contínuos.

Em 1990 foi elaborada a ISBD (CF) para a descrição de ficheiros de computador, mas dada a rápida desatualização deste tipo de suporte, em 1997 foi substituída pela ISBD (ER), para a descrição dos recursos eletrónicos.

Em 2002 surgiu a última das ISBDs específicas: a ISBD (CR) para a descrição dos recursos contínuos. Esta ISBD prevê a interação entre as várias ISBDs, nomeadamente a ISBD (ER) para a descrição dos recursos eletrónicos, é aplicada à descrição das publicações em série, tanto impressas como eletrónicas, e é também aplicada à descrição de recursos integrados (folhas atualizáveis, sites da Web atualizáveis, etc.). A ISBD (CR) veio substituir a ISBD (S).

Na INFLANET podem encontrar-se estas diversas ISBDs em formato HTML ou PDF.

Podem aceder-se às diversas ISBDs através do seguinte endereço eletrónico:
<http://www.ifla.org/node/900>

Em 2003, o Grupo de Revisão ISBD decidiu criar um *Grupo de Estudos sobre a Direção Futura das ISBDs*, com intuito de estudar e tentar resolver todos os problemas com que se deparam hoje em dia os catalogadores.

Para satisfazer as necessidades dos catalogadores e outros utilizadores da informação bibliográfica, este Grupo de Estudo, decidiu que a consolidação de todas as ISBDs era viável e que era possível preparar uma ISBD consolidada a partir das diversas ISBDs especializadas.

A publicação da primeira versão consolidada da ISBD ocorreu em 2007.

A **ISBD Consolidada** é um documento que junta num só texto todas as ISBD atuais, atualiza as indicações de acordo com a FRBR (Functional Requirements for Bibliographic Records) e procura proporcionar regras coerentes para a descrição de todos os tipos de recursos, uniformizando procedimentos e apresentando especificações concretas para determinados tipos de recursos.

Esta norma de descrição dos documentos aplica-se a:

- Texto impresso
- Recursos cartográficos
- Recursos eletrónicos
- Imagens em movimento
- Recursos multimédia
- Recursos de música impressa
- Imagens fixas
- Recursos contínuos (publicações em série e recursos integrantes).

Existe disponível online a versão em inglês de 2007:

http://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD_consolidated_2007.pdf

Existe disponível online uma tradução em castelhano:

http://www.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD_consolidated_2007_es.pdf

A edição de 2007, foi considerada uma edição preliminar, pois os trabalhos de estudo e revisão continuaram, e em 2011 foi publicada uma nova versão que trouxe algumas alterações importantes, nomeadamente a alteração da designação da zona 6, a eliminação da indicação genérica do tipo de material, que foi retirada da zona 1, e a introdução de uma nova zona, a zona 0, intitulada a Zona da forma de conteúdo e tipo de meio.

A Biblioteca Nacional de Portugal publicou no final de 2012 a edição da ISBD Consolidada em língua portuguesa.

Uma das grandes novidades da versão da ISBD Consolidada publicada pela IFLA em 2011, e traduzida para a língua portuguesa em 2012, foi a introdução de uma nova zona denominada a **Zona 0 - Zona da forma do conteúdo e tipo de meio**. Esta zona veio substituir a *indicação genérica do tipo de material* que foi retirada da Zona 1.

Em termos de descrição bibliográfica continuam apenas a existir as oito zonas ISBD, pois a zona 0 não é uma zona da descrição bibliográfica, mas sim uma zona para colocação e organização no catálogo. Por este motivo, na aprendizagem da catalogação dos recursos, o requisito de preenchimento da zona 0 não será tido em conta.

No entanto, para que o estudante possa adquirir conhecimentos da estrutura geral do esquema de Zonas ISBD, apresentam-se de forma resumida as particularidades da Zona 0 - Zona da forma do conteúdo e tipo de meio.

Zona 0- Zona da forma do conteúdo e tipo de meio

- Fonte principal da informação para estes registos: todos os fascículos ou partes.
- Língua da descrição: a da língua da agência catalogadora.
- Esta zona é composta pelos seguintes elementos:
 - Forma do conteúdo - A forma de conteúdo é a forma ou formas em que o recurso está expresso, a que se podem adicionar qualificadores de conteúdo, que especificam o tipo, a natureza sensorial, a dimensionalidade e o movimento, ou a sua ausência.
 - Tipo de meio – Este elemento indica o tipo ou tipos de suporte usados para transmitir o conteúdo do recurso. Refletem, geralmente, o formato do meio de armazenamento e alojamento de um suporte e o tipo de dispositivo necessário para que seja possível reproduzir, ver, executar, etc. o conteúdo do recurso.
- O objetivo da Zona 0 é ajudar os utilizadores do catálogo a identificar rapidamente a forma e o tipo de recursos que aparecem indicados no catálogo, para que possam rapidamente selecioná-los de acordo com as suas necessidades. A indicação da

forma do conteúdo e do tipo de meio permitirá que os utilizadores com necessidades específicas de pesquisa acessem rapidamente à informação sobre os recursos. A indicação desta zona permite ainda a troca de registos bibliográficos em redes cooperativas e também permite a interoperabilidade com outras normas de metadados.

- Os elementos desta zona aparecem referenciados no início da descrição bibliográfica, mas não pertencem à descrição bibliográfica.

- A pontuação da zona 0 é a seguinte:

- Forma de conteúdo (qualificador do conteúdo) : tipo de meio

Exemplo:

Conjunto de dados (cartográfico) : eletrónico

Imagem (em movimento ; bidimensional) : vídeo

Texto (visual) : sem mediação

- Existem listas pré-definidas que delimitam e especificam os termos da forma de conteúdo e do tipo de meio.

- Quadro com os termos da forma de conteúdo, definidos na ISBD Consolidada:

Termo da forma de conteúdo	Definição e âmbito do termo
Conjunto de dados	Conteúdo expresso por dados codificados digitalmente, que se destinam a ser processados por computador. Excluem-se as gravações digitais de música, discurso oral, sons, imagens e texto.
Imagem	Conteúdo expresso através de linhas, formas, sombreados, etc. Uma imagem pode ser estática ou em movimento, em duas ou três dimensões.

Movimento	Conteúdo expresso por movimento. Incluem-se notações de dança, encenações ou coreografias, mas excluem-se imagens em movimento.
Múltiplas formas de conteúdo	Conteúdo misto em que são aplicáveis três ou mais formas.
Música	Conteúdo expresso por tons ou sons ordenados para produzir uma composição. A música pode ser escrita (partitura) ou gravada.
Objeto	Conteúdo expresso por entidades que ocorrem na natureza (fósseis, insetos, etc.) ou artefactos fabricados (jogos, moedas, esculturas, etc.)
Outra forma do conteúdo	Se nenhum dos termos listados for aplicável ao conteúdo que está a ser descrito, utiliza-se este termo.
Palavra falada	Conteúdo expresso pelo som da voz humana a falar. Incluem-se livros falados, programas de rádio.
Programa	Conteúdo expresso por instruções codificadas digitalmente, destinadas a serem processadas e executadas por um computador. Incluem-se os sistemas operativos, os <i>softwares</i> de aplicações, etc.
Sons	Conteúdo expresso por sons feitos por aves ou outros animais, fontes de sons que ocorrem na natureza, ou sons deste tipo, imitados pela voz humana ou meios digitais.
Texto	Conteúdo expresso por palavras escritas, símbolos e números. Incluem-se os livros impressos ou eletrónicos, bases de dados de revistas, etc.

▪ Existem também subcategorias de forma de conteúdo, denominados qualificadores do conteúdo, que são aplicáveis ao recurso que está a ser descrito. Os qualificadores do conteúdo especificam o tipo, a presença ou ausência de movimento, a dimensionalidade e a natureza sensorial do recurso. Os termos que qualificam o conteúdo são indicados entre parênteses cursivos, imediatamente a seguir ao termo da forma de conteúdo. Num recurso pode haver mais do que um qualificador de conteúdo.

▪ Para mais informações, consultar a ISBD Consolidada (p. 71-75).

- Quadro com os termos do tipo de meio, definidos na ISBD Consolidada:

Termo do tipo de meio	Definição e âmbito do termo
Áudio	Para recursos acessíveis através de leitores de áudio.
Eletrónico/a	Para recursos acessíveis por computador
Estereográfico/a	Para recursos acessíveis através de um estereoscópio
Meios múltiplos	Para recursos compostos por meios mistos.
Microforma	Para recursos acessíveis através de um leitor de microformas.
Microscópico/a	Para recursos acessíveis através de um microscópio.
Outros meios	Utiliza-se quando os termos aqui listados não se aplicam ao recurso.
Projetado/a	Para recursos acessíveis através de projetor.
Sem mediação	Meios para os quais não é necessário nenhum dispositivo desintermediação.
Vídeo	Para recursos acessíveis através de um leitor de vídeo

- Para mais informações, consultar a ISBD Consolidada (p. 75-77).

1.4. Formato *MARC*

O desenvolvimento do formato MARC pela Biblioteca do Congresso nos anos sessenta foi um marco fundamental na informatização das bibliotecas porque sendo um formato com uma estrutura normalizada tornou possível a troca internacional dos registos bibliográficos num formato legível por computador.

Este formato é composto por um sistema de códigos internacionais que permitem a legibilidade de dados bibliográficos registados em suporte magnético, e está conforme com a Norma ISO 2709.

O formato MARC, que conheceu ao longo dos anos uma variedade de formatos (MARC 21, USMARC, UKMARC, INERMARC, etc.), foi fundamental para o desenvolvimento da catalogação em todo o mundo.

O UNIMARC foi elaborado em 1977 pela IFLA, com o objetivo de criar uma linguagem comum que permitisse a troca internacional dos registos bibliográficos, resolvendo as incompatibilidades existentes entre os vários formatos MARC.

O UNIMARC é hoje um formato imprescindível na produção e gestão dos registos de informação (bibliográficos e de autoridade) e está implementado na maior parte das bibliotecas portuguesas.

Conclusão:

É num processo em profunda e constante renovação informacional, tecnológica, terminológica e conceptual que se pode falar hoje de catalogação.

Novos suportes, novas tipologias, novos modelos concetuais e novas tecnologias, são hoje alguns dos aspetos que se têm que ter em conta no universo catalográfico.

Análise e Linguagens Documentais II é a continuidade de ALDI.

No semestre anterior iniciou-se a prática catalográfica, com a descrição bibliográfica de monografias, consideradas como recursos impressos numa única unidade.

Nas normas de descrição dos recursos impressos, existem também os recursos impressos em volumes, também denominados recursos monográficos multipartes, que são documentos compostos por um número finito de partes, fisicamente separadas umas das outras, mas com uma identidade comum. Para este tipo de documentos há um conjunto de regras para a descrição.

A descrição de partes componentes de publicações monográficas é também abrangida por um conjunto de regras específicas. Estes princípios referidos na ISBD (CP), aplicam-se apenas à descrição das partes componentes que são editadas com, em, ou como parte de um item hospedeiro e que dele dependem quanto ao acesso ou identificação bibliográfica.

Esta unidade curricular tem como documento de trabalho a ISBD Consolidada para a descrição bibliográfica das seguintes tipologias documentais:

- Filmes e registos vídeo
- Registos sonoros
- Documentos eletrónicos
- Recursos contínuos

Utilizar-se-á também como apoio à descrição destes documentos, a ISBD (NBM) para a catalogação dos registos vídeo e áudio, a ISBD (ER) para a descrição dos recursos eletrónicos, a ISBD (CR) para os recursos contínuos.

AACR2 – *Anglo-American Cataloguing Rules*. 2nd ed. Chicago: American Library Association, 2002-2005.

GUSMÃO, Armando Nobre de; CAMPOS, Fernanda Maria Guedes ; SOTTOMAYOR, José Carlos Garcia (Coord.) - *Regras portuguesas de catalogação*. 4ª reimp. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2010. 275 p. ISBN 972-565-242-8

IFLA. *Declaração de princípios internacionais de catalogação* [Em linha]. Trad. De Lídia Alvarenga e Fernanda Maria Campos. [S.l.]: IFLA, 2009. Disponível em: http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf

IFLA- *Descrição bibliográfica internacional normalizada*. Trad. e rev. técnica de Rosa Maria Galvão, Margarida Lopes. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012. 356 p. ISBN 978-972-565-479-8

IFLA. *Descripción bibliográfica internacional normalizada (ISBD)* [Em linha] : *edición preliminar consolidada*. [Madrid]: Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em: http://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD_consolidated_2007_es.pdf

IFLA. *Manual UNIMARC : formato bibliográfico*. coord. da trad. e rev. téc. Rosa Maria Galvão, Margarida Pedreiro Lopes. 3ª ed. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2008. 610 p. ISBN: 978-972-565-439-2

IFLA. Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. *Requisitos funcionais dos registos bibliográficos: relatório final*. trad. Fernanda Maria Guedes de Campos. Lisboa : Biblioteca Nacional de Portugal, 2008. 159 p. ISBN: 789725654354

CAPÍTULO 2:

A CATALOGAÇÃO:

UMA FERRAMENTA AO SERVIÇO DO CONHECIMENTO



2.1. PONTOS DE ACESSO CONTROLADO¹

Uma das principais funções das bibliotecas consiste em gerir, tratar e disponibilizar informação em função das necessidades (expressas ou não) dos seus utilizadores.

Com o desenvolvimento das novas tecnologias e com a diversificação e especialização das necessidades de informação dos utentes das bibliotecas, os serviços das bibliotecas deixaram de estar centrados na mera implementação de coleções e o paradigma da quantidade deu lugar à primazia da qualidade.

A eficiente disponibilização da informação passa pela manutenção de um catálogo informatizado que garanta uma rápida recuperação da informação no momento da pesquisa.

A construção de um catálogo de qualidade deve ser uma preocupação das bibliotecas e esta qualidade caracteriza-se pela fiabilidade dos resultados da pesquisa. Esta fiabilidade é caracterizada pela 'ausência de ruído' ou 'silêncio' nas pesquisas e consegue-se pela existência de vocabulários controlados tanto a nível do assunto como de autoria.

É fundamental que as bibliotecas definam, na sua política de gestão de coleções, estratégias claras e precisas de tratamento documental e de criação de ficheiros de autoridade de autoria e de assunto.

Um tratamento documental eficaz pressupõe o controlo da consistência dos pontos de acesso à informação. Os pontos de acesso controlados permitem a correta reunião de registos bibliográficos relativos ao conjunto dos recursos de um dado catálogo.

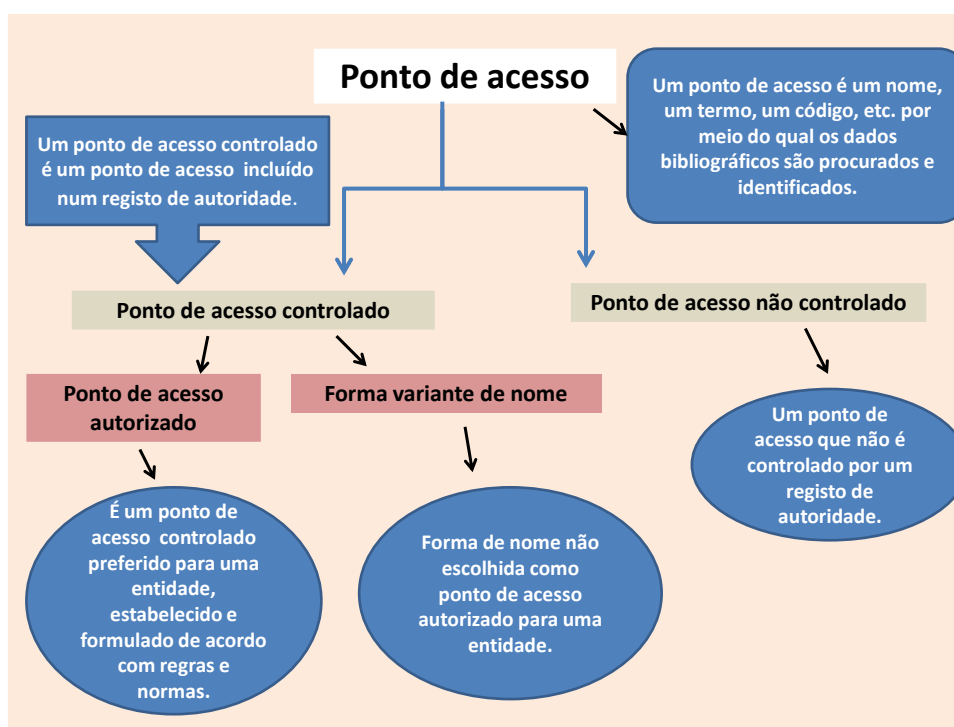
Se uma determinada entidade for conhecida por diversos nomes, como fazer para que numa única pesquisa se obtenham todos os registos bibliográficos relativos a esse nome? A única forma é garantir a criação, a uniformidade, a consistência e a coerência dos registos de autoridade.

A criação de ficheiros ou registos de autoridade no que diz respeito ao autor é de facto um dos grandes desafios das bibliotecas, o qual só é possível concretizar com um conhecimento preciso das regras para a determinação dos pontos de acesso controlados e uma verificação e revisão constantes dos termos criados. Sem a

¹ Devido à sua importância, este tema fez parte da Unidade Curricular ALD I.

articulação destes dois fatores, é impossível garantir às bibliotecas a coerência e uniformização do catálogo e respetiva informação.

O quadro seguinte ilustra o conceito de ponto de acesso, nas suas variantes e relações, tal como é indicado na *Nova Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação*.



Deter-nos-emos, aqui, nas regras para a construção de registos de autoridade (pontos de acesso controlados e autorizados) para os nomes de pessoas físicas e pessoas coletivas.

O conceito de **forma variante de nome**, associada ao conceito de ponto de acesso controlado² não será objeto do nosso estudo.

Para uma melhor apreensão deste tema, recomenda-se a leitura da primeira parte das **Regras Portuguesas de Catalogação (RPC)** relativas à determinação e forma dos cabeçalhos e os pontos nº 6 e 7 da **Nova Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação**.

² Ver quadro anterior.

Determinação do Ponto de acesso principal³

A ficha catalográfica divide-se basicamente nas seguintes partes:

1. Ponto de acesso principal/cabeçalho/entrada principal - É o nome, palavra, frase ou expressão que introduz uma entrada bibliográfica que é normalmente utilizada para a ordenação e pesquisa num catálogo;
2. Corpo de entrada - O corpo de entrada é constituído pelo conjunto de elementos descritivos e informativos da obra, distribuídos por zonas de acordo com as diversas ISBDs;
3. Entradas secundárias/pontos de acesso secundários de elementos da descrição bibliográfica e assuntos - Estes pontos de acesso são controlados e podem ser outros nomes de responsáveis do recurso. Os títulos, os editores, os termos controlados de assuntos e/ou notações de classificação são também entradas secundárias ou pontos de acesso controlado;
4. Cota - Dados que indicam a localização do recurso/documento na biblioteca.

Após a elaboração de qualquer registo bibliográfico, e para que a ficha fique completa, é necessário determinar o ponto de acesso principal.

Este poderá ser constituído por um nome de autor-pessoa física, nome de coletividade-autor, nome de entidade eventual ou então pelo título.

No ponto 1 do presente tema, pretendeu-se transmitir um conjunto de regras para a determinação do cabeçalho, quando este é considerado entrada principal num registo bibliográfico.

Estas regras são definidas pela **agência catalográfica** de cada país, em consonância com princípios internacionalmente definidos. Em Portugal, é a Biblioteca Nacional de Portugal quem tem a incumbência de normalizar e verificar a criação dos pontos de acesso controlados de nomes de pessoas físicas e de coletividade-autor.

Estas regras aplicam-se a qualquer registo bibliográfico, independentemente de serem registos manuais ou informáticos.

Regras para a determinação do cabeçalho

³ Designado nas Regras Portuguesas de Catalogação por 'cabeçalho'.

a) Existência de um autor principal

O cabeçalho é feito por este autor.

EXEMPLO



Introdução às ciências sociais / Óscar Soares Barata



Entrada principal
BARATA, Óscar Soares, 1935-

b) Existência de dois ou três autores principais

O cabeçalho é feito pelo primeiro autor que aparece indicado na folha de rosto.

EXEMPLO



Geografia de Portugal / Paula Bordalo Lema, Fernando Rebelo



Entrada principal
LEMA, Paula Bordalo, 1944-

c) Existência de mais que três autores principais

O cabeçalho é feito pelo título

EXEMPLO



Young people's images of science / Rosalind Driver...[et al.] (este recurso tem quatro autores)



Entrada principal
Título

d) Obras anónimas

O cabeçalho é feito pelo título

EXEMPLO



A propósito da guerra dos três Impérios: versos escritos por uma pacifista anónima.
– [S.l. : s.n.], 1943.



Entrada principal
Título

e) Obras sob a responsabilidade de um editor literário, compilador, organizador, diretor, coordenador

O cabeçalho é feito pelo título.

EXEMPLOS

:



1.

Modelação matemática / coord. João Filipe Matos



Entrada principal

Título

2.

Practical work in school science / ed. Jerry Wellington



Entrada principal

Título

3.

Estudos sobre as mulheres / org. Maria Beatriz Nizza da Silva, Anne Cova



Entrada principal

Título

f) Obras de coletividade autor

Quando a autoria é da responsabilidade de uma instituição/coletividade, a entrada principal é feita pelo seu nome. É necessário, no entanto, consoante o tipo de instituição em causa, aplicar as regras para a determinação da forma do cabeçalho nos nomes de coletividade – autor.

Autor instituição

Exemplos



1.

As questões do Zaire / Sociedade de Geografia de Lisboa



Entrada principal

Sociedade de Geografia de Lisboa

2.

Catálogo da Biblioteca Amorim Pessoa / Biblioteca Geral da Universidade de
Coimbra



Entrada principal

Universidade de Coimbra. Biblioteca Geral

3.

A função educativa da escola / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério
da Educação.



Entrada Principal

Portugal. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento

4.

A história da cidade / Câmara Municipal da Guarda



Entrada principal
Guarda. Câmara Municipal

Autor - grupo eventual

Quando a autoria é da responsabilidade de um grupo eventual (conferências, simpósios, exposições, seminários, etc.), a entrada principal é feita pelo nome do grupo eventual. Além do nome do grupo eventual é obrigatório colocar o nº do evento (se é o 1º colóquio ou o 5ª), o local onde se realizou o evento e o ano da realização.

EXEMPLOS



1.

Literatura e história : para uma prática interdisciplinar: atas / do I Colóquio Nacional



Entrada principal

COLÓQUIO NACIONAL LITERATURA E HISTÓRIA: PARA UMA PRÁTICA
INTERDISCIPLINAR, 1, Lisboa, 2002

2.

A mão que ao Ocidente o véu rasgou : armaria dos séculos XVI a XVII / org.
Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura. - Lisboa :
Presidência do Conselho de Ministros, 1983. - 259 p.



Entrada principal

EXPOSIÇÃO EUROPEIA DE ARTE, CIÊNCIA E CULTURA, 17, Lisboa, 1983

Obs.: Os exemplos dados não contemplam todas as situações que podem ocorrer na determinação do cabeçalho. Optou-se por referenciar apenas as que aparecem com

maior frequência. Recomenda-se por isso a consulta das páginas referentes à determinação do cabeçalho das Regras portuguesas de catalogação.

Forma dos pontos de acesso controlados

Nomes de pessoas físicas

Normas gerais

De acordo com as Regras Portuguesas de Catalogação, existem regras para a apresentação da forma dos pontos de acesso controlados.

O apelido, o nome próprio, os restantes apelidos, certos elementos distintivos e as datas de nascimento e morte do autor são colocados de acordo com a regra geral enunciada a seguir.

Regra geral

- 1º - Palavra de ordem (normalmente o apelido);
- 2º - Restantes elementos do nome (nome próprio e apelidos);
- 3º - Elementos distintivos, quando normalmente associados ao nome (títulos nobiliárquicos, indicação de pseudónimo, locativos, etc.);
- 4º - Datas de nascimento e morte;
- 5º - Outros elementos distintivos que não estejam associados ao nome da pessoa física e sejam adicionados pelo catalogador.

Exemplos

TORGA, Miguel, pseud. - (1ª, 2ª, 3ª regra)

VASCONCELOS, Joaquim Pereira Teixeira de, 1877-1952 - (1ª, 2ª e 4ª regra)

AMADO, Jorge, 1917-2004 – (1ª, 2ª e 4ª regra)

MARIA, Infanta de Portugal, 1521-1577 – (1ª, 3ª e 4ª regra)

VICENTE, do Salvador, 1564-1638, S.J. – (1ª, 3ª, 4ª e 5ª regra)

Eleição do cabeçalho uniforme ou ponto de acesso autorizado

A escolha do nome para a determinação do cabeçalho de autoria não é muitas vezes uma tarefa fácil, pois os autores não se referenciam sempre da mesma maneira.

Umhas vezes usam o nome completo, outras abreviam alguns dos seus nomes, o que origina por vezes cinco ou seis possibilidades de referências para um mesmo autor. Por exemplo, a autora Maria José Pimenta Ferro Tavares aparece referenciada de várias formas:

M.J. Pimenta Ferro Maria José Ferro Maria José Ferro Tavares Maria José Pimenta Ferro Tavares
--

Na menção de responsabilidade, coloca-se o nome como aparece indicado na obra mas na constituição do ponto de acesso controlado deve optar-se por uma forma de nome.

Neste caso optou-se pela forma mais completa:

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro.

As Regras Portuguesas de Catalogação definem alguns critérios para a eleição do cabeçalho uniforme conforme segue:

1º - Nome ou forma de nome por que é mais frequentemente identificado no país a que pertence o núcleo bibliográfico;

2º - Nome mais frequente com que os autores se referenciam nas suas obras;

3º - Nome indicado nas obras de referência (este critério aplica-se normalmente aos autores mais antigos);

4º - A forma de nome mais recente, desde que se possa concluir que houve mudança intencional. É o caso do nome de solteira e dos nomes adquiridos pelo casamento; normalmente a forma adotada para a constituição do cabeçalho é a que contém o nome adquirido pelo casamento;

5º - Entre a forma mais completa de nome e a menos completa de nome, eleger a mais completa;

6º - Os nomes por regra escrevem-se na língua original e em ortografia atualizada. Há no entanto **algumas exceções** a esta regra, como:

6.1 - Os nomes dos imperadores, reis, príncipes, papas, santos e autores clássicos gregos e latinos escrevem-se em língua portuguesa;

Exemplos

Nicolau II, Imperador da Rússia

Eduardo, Príncipe de Gales

Horácio (em vez de Quinto Horácio Flaco)

João XXIII, Papa

Francisco de Assis, Santo, 1182-1226

Isabel II, Rainha de Inglaterra, 1952-

6.2 – No caso de nomes de autores políglotas, eleger a forma mais frequentemente utilizada no país a que pertence o núcleo bibliográfico.

A RETER

→ É importante referir que na descrição bibliográfica o nome do responsável da obra é transcrito na 1ª zona tal como aparece na folha de rosto.

→ A uniformização do nome só existe na constituição dos pontos de acesso controlados (formas de elaborar o cabeçalho e as entradas secundárias).

Regras específicas para a elaboração dos pontos de acesso controlados:

→ Apellidos simples

Têm entrada pelo último apelido.

Exemplos:

Nome: Armando Rocha Trindade

Cabeçalho: TRINDADE, Armando Rocha, 1937-

Nome: Jean-Paul Sartre

Cabeçalho: SARTRE, Jean-Paul, 1905-1980

NOTA: se o nome não contém um apelido, mas tem um elemento que identifica a pessoa e funciona como apelido faz-se a entrada por esse elemento.

Exemplo: Rão Kiao

Cabeçalho: Kiao, Rão

→ Apellidos compostos

Nome: António Pereira Pimentel de Brito Corte Real

Cabeçalho: CORTE REAL, António Pereira Pimentel de Brito

Nome: Maria do Carmo Paço de Arcos

Cabeçalho: Paço de Arcos, Maria do Carmo

NOTAS:

- Em Portugal os apelidos compostos de portugueses que residem ou trabalhem em Portugal estão devidamente estabelecidos no ficheiro de autoridades, por isso é importante consultá-lo antes de proceder à elaboração deste tipo de cabeçalhos.
- A mesma regra aplica-se aos apelidos ligados por hífen. Se for um autor com um apelido composto ligado por um hífen e assim considerado no ficheiro de autoridades, o cabeçalho é constituído por esse apelido composto mas omite-se o hífen.

Exemplo:

Nome: João Castelo-Branco

Cabeçalho: Castelo Branco, João

- Na língua portuguesa os apelidos ligados por hífen nem sempre são apelidos compostos. Por isso se dois apelidos (de nomes portugueses) aparecerem habitualmente nas obras ligados por um hífen, mas não estiverem assim consagrados no ficheiro de autoridades, não se considera um apelido composto e dá entrada pelo último apelido.

Nome: António Palma-Ferreira

Cabeçalho: Ferreira, António Palma

Tratando-se de apelidos de autores estrangeiros o hífen é mantido.

Nome: Henriette Lewis-Hind

Cabeçalho: Lewis-Hind, Henriette

→ **Nomes espanhóis**

Nome: Manuel Vázquez Montalbán

Cabeçalho: VÁSQUEZ MONTALBÁN, Manuel, 1939-

→ **Apelidos com partículas de ligação como prefixos de nomes**

Quando um apelido inclui um artigo (por exemplo *La, Las, Le*), uma preposição (por exemplo *von*), ou uma combinação dos dois (por exemplo *de la, della*), a entrada faz-se pela parte do apelido que está consagrada no ficheiro de autoridades da agência bibliográfica do país de residência ou de trabalho da pessoa cuja obra está a ser catalogada.

→ **Por regra, nos nomes ingleses a entrada faz-se sempre pelo prefixo**

Nome: Knightley d'Anvers

Cabeçalho: D'ANVERS, Knightley

Nome: Augustin de Morgan

Cabeçalho: De Morgan, Augustin

→ **Por regra, nos nomes franceses se o prefixo consistir num artigo (por ex. *Le*) ou na contração de preposição e artigo (por ex. *Du*), a entrada faz-se pelo prefixo**

Nome: Jacques Le Goff

Cabeçalho: Le Goff, Jacques, 1924-

Nome: Max Du Veuzit

Cabeçalho: Du Veuzit, Max

→ **Por regra, nos nomes alemães se o prefixo consiste num artigo por contração de preposição e artigo (por exemplo *Am, Vom, Zum*), a entrada faz-se pelo prefixo**

Nome: Eva Am Endle

Cabeçalho: Am Endle, Eva

Nome: Otto Vom Endt

Cabeçalho: Vom Endt, Otto

Nome: Ernest Zum Felde

Cabeçalho: Zum Felde, Ernest

Atenção: caso contrário, a entrada faz-se pela parte do nome a seguir ao prefixo.

Nome: Johann Von Goethe

Cabeçalho: Goethe, Johann Von

→ **Por regra, nos nomes italianos a entrada faz-se sempre pelo prefixo no caso dos nomes modernos. Para autores medievais e início da Idade Moderna, é necessário confirmar a forma correta nas obras de referência.**

Nome: Ettore D'Amato

Cabeçalho: D'Amato, Ettore

Nome: Alberto Di Stefano

Cabeçalho: Di Stefano, Alberto

A RETER

→ Nos nomes portugueses a entrada nunca se faz pelo prefixo.

Nome: António da Silva

Cabeçalho: Silva, António da

Nome: José Miguel dos Santos

Cabeçalho: Santos, José Miguel dos

→ **Há ainda outros prefixos que são considerados palavra de ordem e por isso são a primeira palavra do cabeçalho**

O' Casey, Sean

O' Connor, Margaret

Mac Bride, Sean

Outros nomes estrangeiros

→ Nomes árabes:

Os nomes árabes que não estejam compostos por nome próprio e apelido, entram na forma direta, começando-se pelo elemento mais conhecido.

→ Nomes birmaneses:

O nome próprio encontra-se no princípio e Saw, Daw, Naw e Maung são formas de tratamento. No entanto, se o autor tiver um nome de origem ocidental este deve ser proposto.

→ Nomes chineses:

Costumam começar pelo apelido e entram, em geral, na forma direta.

→ Nomes hebreus:

A palavra de ordem é por Ben, Abi, Ab, Bar, Mar, Ha ou He, unida por hífen ao apelido.

→ Nomes hindus

Os nomes antigos entram na forma direta. Nos nomes referentes a autores que viveram a partir da segunda metade do século XIX, a palavra de ordem é pelo apelido.

→ Nomes tailandeses

Entram pela ordem direta.

→ Nomes turcos

Os nomes de autores nascidos antes de 1935, entram na forma direta. A partir desta data, a palavra de ordem é pelo apelido.

Outras situações:

→ Pseudónimos:

Quando a maioria (ou totalidade) das obras de um autor figura sob um pseudónimo, escolhe-se esse pseudónimo para determinar o cabeçalho.

Exemplo:

Nome: Eric Arthur Blair

Cabeçalho: ORWELL, George, pseud.

Nome: Adolfo Correia da Rocha

Cabeçalho: Torga, Miguel, pseud.

No entanto, se um autor usou algumas vezes o seu nome real e também em outras obras usou um ou mais pseudónimos, sem que haja uma distinção na tipologia das obras (por exemplo são todas obras literárias), escolhe-se como cabeçalho o nome real.

Exemplos:

Cabeçalho: Pessoa, Fernando

Nomes: Álvaro de Campos, Ricardo Reis, Alberto Caeiro, Bernardo Soares

Cabeçalho: Álvaro Cunhal

Nome: Manuel Tiago

A escolha pelo nome real ocorre também quando a pessoa usou ocasionalmente um pseudónimo.

Exemplo:

Cabeçalho: Lisboa, Irene

Esta autora usou ocasionalmente o pseudónimo de João Falco

→ Nomes seguidos por designação de parentesco:

Exemplos:

Nome: António de Assis Júnior

Cabeçalho: ASSIS JÚNIOR, António de, 1877-1960

Nome: Artur Portela Filho

Cabeçalho: Portela Filho, Artur, 1937-

→ Nomes de religião:

Exemplos:

Nome: Maria do Divino Coração de Maria

Cabeçalho: DIVINO CORAÇÃO DE MARIA, Maria do

Nome: Lucas de Santa Catarina

Cabeçalho: SANTA CATARINA, Lucas de, 1660-1740

→ Nomes de papas:

Exemplos:

Nome: Papa Pio IX

Cabeçalho: PIO IX, Papa

→ Nomes de santos:

Exemplos:

Nome: São João de Brito

Cabeçalho: JOÃO DE BRITO, Santo, 1647-1693

Nome: Santa Teresa de Ávila

Cabeçalho: TERESA DE ÁVILA, Santa, 1515-1582

→ Nomes de soberanos:

Exemplos:

Nome: D. Duarte

Cabeçalho: Duarte, Rei de Portugal

Nome: Rainha de Espanha Isabel I

Cabeçalho: Isabel I, Rainha de Espanha

→ Nomes de príncipes não reinantes:

Exemplos:

Nome: Luís com o título de Delfim de França

Cabeçalho: Luís, Delfim de França

→ Títulos nobiliárquicos:

A palavra de ordem é pelo título nobiliárquico, seguido da palavra que designe o grau de nobreza.

Exemplos:

Nome: Manuel Francisco de Barros e Sousa

Título nobiliárquico: 2º Visconde de Santarém

Cabeçalho: SANTARÉM, 2º Visconde de, 1791-1856

→ Nomes seguidos de locativos de origem ou de qualquer outro análogo:

Exemplos:

Nome: Alberto Magno

Cabeçalho: ALBERTO Magno

Nome: Pedro Diácono

Cabeçalho: PEDRO Diácono

Na elaboração dos pontos de acesso controlados pode consultar-se o catálogo coletivo da Biblioteca Nacional de Portugal: <http://porbase.bnportugal.pt/>.

Nos casos de nomes estrangeiros que não estejam consagrados no catálogo de autoridades nacional, deve pesquisar-se a forma de nome autorizado na agência catalográfica do país de origem.

NOMES DE COLETIVIDADE AUTOR

As coletividades podem classificar-se em dois grupos:

1º - As coletividades independentes que entram pelo seu nome específico. A palavra de ordem é a primeira do nome, seguida das restantes palavras na ordem direta.

Exemplos:

Fundação Calouste Gulbenkian

Sociedade Portuguesa de Geografia

UNESCO

2º - As coletividades dependentes, quer por subordinação, quer por coordenação.

Entendem-se por coletividades dependentes:

2.1 – Aquelas cujo nome inclui o nome do seu subordinante.

Exemplo:

Nome: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação

Cabeçalho: PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento.

2.2 – Aquela cujo nome contém uma palavra (departamento, secção, divisão, etc.) que por definição implica que ela é parte componente de outra.

Exemplo:

Nome: Micro Photo Division (é uma divisão dentro da organização Bell and Howell)

Cabeçalho: Bell and Howell. Micro Photo Division

2.3 – Nomes de faculdades, de institutos de faculdade, etc.

Exemplo:

Nome: Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra

Cabeçalho: UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Faculdade de Letras. Instituto de Estudos Clássicos

2.4 – Os ministérios, órgãos legislativos, judiciais, etc. têm que recorrer a nomes geográficos (nome do país, estado, província, cidade, etc.) como subordinantes.

Exemplos:

Nome: Agência Geral das Colónias

Cabeçalho: PORTUGAL. Agência Geral das Colónias

Nome: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas

Cabeçalho: PORTUGAL. Ministério da Cultura. Instituto Português do Livro e das Bibliotecas

Nome: Junta de Investigação do Ultramar

Cabeçalho: PORTUGAL. Junta de Investigação do Ultramar

Nome: Ministère des Affaires Étrangères

Cabeçalho: França. Ministère des Affaires Étrangères

2.5 – Os órgãos legislativos, administrativos, judiciais de carácter religioso só se identificam com a inclusão do nome da Igreja a que pertencem.

Nome: Sagrada Congregação para a Educação Católica

Cabeçalho: IGREJA CATÓLICA. Sagrada Congregação para a Educação Católica

Nome: Concílio Vaticano II

Cabeçalho: IGREJA CATÓLICA. Concílio Vaticano, 2, 1962-1965

Nome: Diocese de Santarém

Cabeçalho: SANTARÉM. Diocese

Nome: Secretariado da Ação Pastoral do Patriarcado de Lisboa

Cabeçalho: LISBOA. Patriarcado. Secretariado da Ação Pastoral

Nota: as outras igrejas cristãs, no que respeita à administração quer central quer local, têm, como palavra de ordem, os elementos adequados, escolhidos segundo os princípios determinados para a Igreja católica.

2.6 – As embaixadas e consulados têm como palavra de ordem o elemento geográfico correspondente ao nome do país que representam, em português ou na forma consagrada pelo uso em Portugal.

Exemplos:

Nome: Embaixada da França em Portugal

Cabeçalho: FRANÇA. Embaixada (Portugal)

Nome: Consulado da Colômbia em Lisboa

Cabeçalho: Colômbia. Consulado (Lisboa)

2.7 - As comunicações de carácter oficial de chefes de estado, membros de governo, membros da igreja, têm entrada principal pela designação do cargo por eles desempenhado, precedida da entrada geográfica ou equivalente.

Nome: Discurso pronunciado por Marcelo Caetano enquanto Presidente do Conselho

Cabeçalho: PORTUGAL. Presidente do Conselho, 1968-1974 (Marcelo Caetano)

Nome: Carta encíclica “Veritatis Splendor” /João Paulo II

Cabeçalho: Igreja Católica. Papa, 1978-2005 (João Paulo II)

TÍTULO

Como se verificou ao longo das regras para a determinação da autoria, o título torna-se cabeçalho ou entrada principal nas seguintes situações:

- 1º - Quando se trata de obras anónimas com título uniforme ou convencional;
- 2º - Em obras de autoria indeterminada;
- 3º - Em obras com mais de três autores;
- 4º - Quando se trata de compilações com indicação de editores literários, organizadores, coordenadores, etc.;
- 5º - Em obras de autoria de um grupo sem designação.

TÍTULOS UNIFORMES

Designa-se como título uniforme, um título adotado pela agência bibliográfica nacional que, sendo muitas vezes distinto da forma com que figura na folha de rosto, permite reunir no mesmo ponto do catálogo determinadas obras.

A vantagem de se criarem formas de cabeçalhos com títulos uniformes reside no facto de se criar um único ponto de acesso para determinadas obras, que circularam em várias épocas ou em várias línguas com títulos diferentes.

→ Uma das situações mais usuais, ocorre na determinação do cabeçalho dos clássicos anónimos.

Exemplos:

Nome: La canción de Roldán

Cabeçalho: CHANSON DE ROLAND

Nome: A morgadinha dos canaviaes

Cabeçalho: A morgadinha dos canaviais

→ Agrupam-se ainda sob um título convencional os textos bíblicos bem como outros textos sagrados (judaicos, budistas, hindus, islâmicos, etc.)

Exemplos:

Nome: Os Atos dos Apóstolos

Cabeçalho: BÍBLIA. N.T. Atos

Nome: Zend-Avestá

Cabeçalho: AVESTÁ

→ Obras de teor legislativo

Agrupam-se ainda sob um título convencional e uniforme as compilações totais ou parciais de legislação emanada de uma jurisdição (referencia-se o país).

Exemplos:

Título próprio: Código civil português

Cabeçalho. Portugal. Leis, decretos, etc.

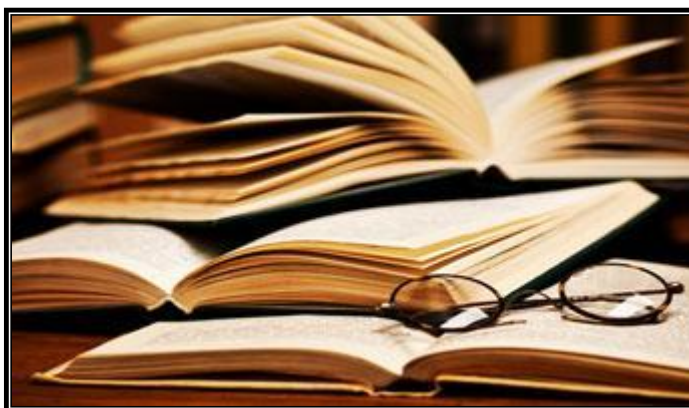
Título próprio: Leyes laborales del trabajo

Cabeçalho: Espanha. Leis, decretos, etc.

CAPÍTULO 2

A CATALOGAÇÃO: UMA FERRAMENTA AO SERVIÇO DO CONHECIMENTO

2.2. DESCRIÇÃO DE RECURSOS IMPRESSOS NUM SÓ VOLUME



2.2. DESCRIÇÃO DE RECURSOS IMPRESSOS NUM SÓ VOLUME ⁴:

⁴ Este tema foi dado na Unidade Curricular ALD I.

Catalogar não é uma tarefa fácil e nem sempre é consensual, pois ocorrem com muita frequência, no momento de catalogar, situações que provocam dúvidas e por isso é necessário que as bibliotecas definam procedimentos a seguir no que diz respeito à descrição dos recursos.

As bibliotecas devem elaborar manuais de procedimento para obter uma política eficaz de descrição documental. A existência de uma política de catalogação pressupõe a elaboração de um conjunto de regras/procedimentos que definem o nível de descrição bibliográfica a ser seguido, constituindo por isso um instrumento essencial de normalização.

A catalogação de qualquer tipologia de recursos compreende basicamente as seguintes partes:

1. A **descrição bibliográfica**. É fundamental que as bibliotecas definam o nível de descrição e os procedimentos a seguir de forma a garantir a uniformidade no catálogo;
2. Os **pontos de acesso controlados**. Embora existam as Regras portuguesas de catalogação e as diretivas da Biblioteca Nacional de Portugal que definem a forma de elaborar os pontos de acesso controlados, é necessário que as bibliotecas definam algumas regras particulares que garantam o bom funcionamento do serviço;
3. Os **dados de localização - a cota**. A definição dos elementos da cota é da inteira responsabilidade de cada instituição.

Na descrição de recursos impressos, a ISBD Consolidada prevê para cada zona, a descrição de uma série de elementos que podem resultar em descrições mais simples ou mais complexas. As bibliotecas, em função do fundo documental que possuem e dos utilizadores que as frequentam, devem determinar o nível de profundidade da catalogação dos seus recursos.

A nível da descrição bibliográfica, tomaremos aqui como norma a utilização de um nível que permita a apreensão dos conhecimentos básicos de catalogação, o que significa, em termos de descrição e de acordo com as zonas ISBD, o seguinte:

1ª Zona – Zona do título e da menção de responsabilidade

- Título próprio
- Título paralelo
- Outra informação de título
- Menção de responsabilidade (podem existir várias menções de responsabilidade).

Título próprio

É o primeiro elemento da descrição bibliográfica.

Regras de transcrição:

- É transcrito tal como se apresenta ortograficamente na página de rosto, mas não é necessário respeitar as maiúsculas ou a pontuação. A utilização de outras maiúsculas deve seguir a prática corrente para a língua e escrita usada na descrição.
- Um título próprio muito extenso pode ser abreviado no meio ou no fim, tendo o cuidado para não alterar informações importantes. As omissões são assinaladas com o uso de reticências.

Os títulos podem apresentar-se de diversas formas:

- O título próprio pode ser uma **frase**.
Exemplo: História da arte moderna
- O título próprio pode ser uma **palavra**.
Exemplo: Plays
- O título próprio pode ser constituído pelo **nome de um autor pessoa física ou coletividade**.
Exemplos: Sophocles
The Open University

- O título próprio pode ser constituído por uma **sigla ou um acrónimo**.
Exemplo: Unesco
- O título próprio pode ser constituído por **duas partes ligadas pela palavra “ou”** (ou sua equivalente noutra língua).
Exemplo: Fedón ou Acerca da alma / Platão
- O título próprio pode **incluir uma menção de responsabilidade, o nome do editor ou elementos relativos a outras zonas** como a menção de edição da 2ª zona.

Exemplos: Poemas de Bocage

The compact edition of the Oxford english dictionary

- O título próprio pode incluir um **título coletivo e títulos de obras individuais que estão contidas na obra**.

Quando esta situação ocorre, é escolhido como título próprio o título coletivo e os títulos das obras individuais são colocados na zona de notas (7ª zona). A indicação destes títulos é precedida pela palavra contém. Os diferentes títulos das obras individuais são separados uns dos outros por ponto e vírgula.

Exemplos: Three plays / Nissin Ezekiel

Contém: Nalini : a comedy in three act ; marriage poem a one tragedy-comedy ; the sleep walkers

- O título próprio pode consistir num **título comum e num título dependente**, quando se trata de uma secção ou parte e esta tem uma designação insuficiente para o identificar sem a inclusão do título da publicação principal. Esta situação ocorre sobretudo em manuais escolares.

Exemplo: Mathematic. Student handbook

Biology. Part one

- Quando uma publicação é constituída por duas ou mais obras individuais, e **não apresenta um título coletivo**, a regra define a apresentação dos títulos das obras individuais pela ordem de apresentação na página de rosto ou pelo relevo tipográfico.

Nesta circunstância podem ocorrer três situações:

1ª: Os títulos das obras individuais são do mesmo autor e por este motivo a regra prevê a separação destes títulos individuais por ponto e vírgula.

Exemplo: Anátema ; Amor de perdição / Camilo Castelo Branco

2ª: Os títulos das obras individuais pertencem a autores diferentes. Neste caso, o título individual é acompanhado pelo nome do seu autor e separado do outro título e nome de autor por um ponto final.

Exemplo: Os maias / Eça de Queirós. Amor de perdição / Camilo Castelo Branco

3ª: Alguns títulos individuais têm a mesma menção de responsabilidade e outros não. Nesta situação cada menção de responsabilidade é dada a seguir ao(s) título(s) a que dizem respeito.

Exemplo: Coração do dia ; Mar de Setembro / Eugénio de Andrade.
Sonetos / Florbela Espanca

Título paralelo

- São títulos que **figuram na folha de rosto** em outras línguas.

Exemplo: A Administração Pública da Finlândia = The Public Administration of Finland

- São referenciados quando necessários para identificação e a sua inclusão pode ser considerada (ou não) importante na política de catalogação da instituição. Cada instituição deve definir se deve referenciar todos os que aparecem na folha de rosto ou definir um limite.
- O sinal gráfico a usar é o sinal de igual = .
- Não podem ser confundidos com títulos originais. O conceito de título original é aplicado quando estamos perante um recurso traduzido. Um título paralelo aparece normalmente em recursos que estão escritos em várias línguas e como consequência lógica, o título próprio aparece também nessas línguas. É também usual aparecerem nas publicações de congressos, simpósios, catálogos de exposições, etc.
- Se na publicação existir também informação de outro título a regra é a seguinte: Título próprio : informação de outro título = Título paralelo : informação de outro título paralelo.
Exemplo:
Centros de documentação : planificação e organização = Centros de documentación : planificación y organización
- Recomenda-se a leitura da ISBD Consolidada no ponto 1.2 (p.98-103).

Outra informação de título

- A outra informação de título consiste numa palavra ou expressão, ou num grupo de caracteres, que figura associado e subordinado ao título próprio, a um título(s) paralelo(s) ou a títulos de obras individuais contidas na publicação.

- O sinal gráfico a usar é o sinal de dois pontos :

Exemplo: Título próprio : informação de outro título : informação de outro título

Melhoria dos serviços telefónicos e de dados com redução de custos : o setor público : estudo de caso

Menção de responsabilidade

- A menção de responsabilidade diz respeito a pessoas e/ou coletividades responsáveis por, ou contribuindo para, a criação ou realização do conteúdo intelectual ou artístico de uma obra contida no recurso descrito.
- É o elemento colocado imediatamente a seguir ao título e é separado por /
- Num mesmo documento podem existir várias menções de responsabilidade, sendo necessário por isso atribuir ao recurso uma menção de responsabilidade principal. As restantes designam-se menções de responsabilidade secundárias.
- Esta menção de responsabilidade principal pode dizer respeito a mais do que um nome desde que desempenhem a mesma função no recurso. Um recurso impresso pode ter sido escrito por dois ou mais autores, e todos eles são igualmente produtores intelectuais, fazendo por isso parte da menção de responsabilidade principal.
- Os restantes intervenientes no recurso, que podem ser os tradutores, os prefaciadores, os ilustradores, etc., enquadram-se nas menções de responsabilidade secundárias.
- Uma menção de responsabilidade é transcrita nos termos em que está expressa na publicação, mas cada instituição pode definir nos procedimentos a seguir, regras uniformes. Por exemplo, pode definir que quando os nomes

de várias pessoas ou coletividades aparecerem numa única menção, o sinal gráfico a usar é a vírgula ou então pode ligá-los por palavras adequadas ou ainda pelas expressões que aparecem mencionadas na publicação.

Exemplos:

Graça Silva, Ana Vaz, Manuel Pereira

Graça Silva e Ana Vaz e Manuel Pereira

Jean Dubois et Anne Tourné

John Tulloch and Deborah Lupton

Pode ainda uniformizar-se a terminologia relativa às funções dos autores, usando as abreviaturas correspondentes.

Por exemplo: ed. lit , coord. , compil. , introd. , pref. , trad. , etc.

- As menções de responsabilidade com **funções diferentes** são separadas por ponto e vírgula ;

Exemplo:

Matemática analítica / Donald Elliot ; trad. Maria José Antunes. -

Conceição Pereira ; rev. Marília Correia de Barros. -

2ª Zona - Zona da edição

- Esta zona é composta pelos seguintes elementos:
 1. Menção de edição;
 2. Menção paralela de edição (facultativo);
 3. Menções de responsabilidade relativas à edição;

4. Menção adicional de edição;
 5. Menções de responsabilidade a seguir a uma menção adicional de edição.
- Consideramos importante referenciar apenas a menção de edição e, quando existir, indicar a menção adicional de edição.

Exemplos:

Menção de edição:

4ª ed.

Nova ed. Revista

6th ed.

Menção de edição e menção adicional de edição:

2nd ed., reprint

3e éd., 2e tirage

- Recomenda-se a leitura da ISBD Consolidada no ponto 2 (p.137-149).

3ª Zona

- **Não é usada** na catalogação de monografias.

4ª Zona - Zona da publicação, distribuição, etc.

- É uma zona complexa, onde se regista a informação relativa ao lugar, ao nome e à data de todas as atividades referentes à publicação, distribuição e impressão do recurso.

- No que diz respeito à descrição dos recursos impressos, consideramos importante referenciar apenas os elementos obrigatórios: **o lugar de publicação, o nome do editor e a data da publicação.**
- Estes elementos, se aparecerem repetidos na publicação, podem ser referenciados se tal estiver estipulado na política de catalogação da instituição. Pode existir mais do que um local para o mesmo editor, dois ou mais dois editores com dois ou mais locais, ou então mais do que um editor para o mesmo local.

Exemplos:

. – Lugar de publicação : nome do editor, data

. – Lugar de publicação : nome do editor ; Lugar de publicação : nome do editor, data

. – Lugar de publicação ; Lugar de publicação : nome do editor, data

. – Lugar de publicação : nome do editor : nome do editor, data.

- A **data** é um elemento muito importante na descrição bibliográfica e deve colocar-se sempre que possível, nem que seja uma data aproximada.
- Se a data de publicação não aparecer mencionada, deve optar-se pela data de copyright (cop.), de depósito-legal (D.L.) ou de impressão (imp.). Quando no recurso não figurar nenhuma destas datas, deve então procurar-se uma data aproximada e colocá-la dentro de parênteses retos (ver RPC, D.M. 4.4.5).
- Nesta zona existem elementos facultativos que podem ser ou não referenciados. Os mais usuais são o lugar de impressão, o nome do impressor e a data. Estes elementos são colocados após a indicação dos elementos obrigatórios. Referenciam-se entre parênteses curvos e com os mesmos sinais de pontuação dos elementos anteriores.

Exemplo:

Lisboa: [s.n.], 1984 (Lisboa: Tip. Gráfica, 1984)

5ª Zona – Zona da descrição material

- Consideramos importante referenciar todos os elementos desta zona:
 1. Extensão;
 2. Outras indicações físicas;
 3. Dimensões;
 4. Menção do material acompanhante.

Exemplo: . - XV, 300 p. : il. ; 30 cm + 1 cassete vídeo

- A menção de extensão identifica e enumera a unidade ou unidades físicas que constituem o recurso;
- Na menção da extensão dos recursos impressos, podem ocorrer duas situações:
 1. O recurso corresponder a uma só unidade física. Nesta situação especifica-se os dados ao nível da página, folha ou coluna.
 2. Uma publicação ter mais do que uma unidade física: volumes, pastas, separatas, etc.
- Para a indicação da paginação dos recursos impressos recomenda-se a leitura da ISBD Consolidada, ponto 5.1.4 (p. 212-220).
- As outras indicações físicas de um recurso impresso dizem respeito sobretudo a existência de ilustrações. Quando um recurso é ilustrado pode utilizar-se a abreviatura **il.** depois da menção específica do material.

Exemplo: 30 p., il.

- Tipos particulares de ilustração podem ser especificados após a indicação da abreviatura **il.**

Exemplo: 30 p., il., mapas

- Para a indicação da presença de ilustrações nos recursos impressos recomenda-se a leitura da ISBD Consolidada, ponto 5.2.3 e 5.2.4 (p. 222-224).
- No que diz respeito às dimensões da publicação, esta é dada sempre por excesso: se uma publicação tiver de altura 19,6 cm e outra 19,1 cm ambas são referenciadas com 20 cm.

6ª Zona – Zona da série e recursos monográficos em várias partes⁵

Consideramos importante referenciar apenas:

- Título próprio da série;
- Outra informação de título de uma série ou recurso monográfico em várias partes;
- Numeração dentro de uma série ou recurso monográfico em várias partes.

Exemplo: (Textos de base. Cursos formais ; 45)

7ª Zona - Zona das notas

- Embora seja facultativa, é uma zona importante porque fornece informações adicionais, amplia e qualifica a descrição formal dos documentos.
- Cada biblioteca deve definir na sua política de descrição documental, as notas obrigatórias (as que considera fundamentais) e as de carácter mais facultativo. Deve procurar também normalizar a forma de as referenciar para dar homogeneidade ao catálogo bibliográfico.

⁵ A ISBD Consolidada na edição inglesa de 2011 (publicada pela BNP em 2012) alterou a anterior designação desta zona, denominada zona de coleção, para esta nova designação.

- No que diz respeito às monografias, as mais usuais dizem respeito às notas sobre o título próprio, sobretudo quando se trata de traduções. Podem também indicar-se notas sobre as menções de responsabilidade, sobre a zona da edição, sobre a bibliografia indicada, sobre a existência de índices e notas sobre o conteúdo dos documentos.

Exemplos:

Tit. orig.: Espace Urban

Ed. facsimilada

Contém bibliografia. (Esta nota indica que a bibliografia se encontra dispersa na publicação).

Bibliografia, p. 30-35. (Esta nota indica as páginas onde se encontram as referências bibliográficas do recurso).

Contém : comunicações várias

8ª Zona – Zona do identificador do recurso e das modalidades de aquisição

- É uma zona importante, sobretudo no que diz respeito ao número normalizado - ISBN.
- Esta zona pode ser repetida quando o recurso que está a ser catalogado possuir mais do que um número normalizado. Esta situação pode ocorrer nos recursos publicados em vários volumes (com um número para o conjunto e/ou números para cada volume) ou então em obras publicadas em mais do que um formato ou por mais do que um editor.
- Os dados referentes à modalidade de aquisição são facultativos e são transcritos se a biblioteca os considerar importantes. A ordem de colocação é a seguinte: ISBN (qualificação) : preço

Exemplo:

ISBN 0-330-23591-5 (brochado) : 50,00 euros

Bibliografia

GUSMÃO, Armando Nobre de; CAMPOS, Fernanda Maria Guedes ; SOTTOMAYOR, José Carlos Garcia (Coord.) - *Regras portuguesas de catalogação*. 4ª reimp. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2010. 275 p. ISBN 972-565-242-8

IFLA- *Descrição bibliográfica internacional normalizada*. Trad. e rev. técnica de Rosa Maria Galvão, Margarida Lopes. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012. 356 p. ISBN 978-972-565-479-8

IFLA - *Descripción bibliográfica internacional normalizada (ISBD)* [Em linha] : *edición preliminar consolidada*. [Madrid] : Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em: http://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD_consolidated_2007_es.pdf

SOTTOMAYOR, José Carlos (Ed.) - *Regras de catalogação: descrição e acesso de recursos bibliográficos nas bibliotecas de língua portuguesa*. Lisboa : BAD- Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2008, 1075 p. ISBN: 978-972-9067-38-0.

CAPÍTULO 3 – DESCRIÇÃO DE RECURSOS IMPRESSOS

3.1 - PUBLICAÇÕES EM VÁRIOS VOLUMES



CAPÍTULO 3 – DESCRIÇÃO DE RECURSOS IMPRESSOS

3.1 - PUBLICAÇÕES EM VOLUMES

Entende-se por uma publicação em vários volumes uma obra que é composta por um número limitado de unidades físicas que são distintas entre si (podem até ter títulos e menções de responsabilidade específicas), mas que foram concebidas e publicadas como um todo.

Como catalogar estas publicações?

Existem basicamente duas opções de elaborar a catalogação neste tipo de publicações:

- A descrição bibliográfica estruturada num único nível de descrição;
- A descrição bibliográfica estruturada em vários níveis de descrição.

DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESTRUTURADA NUM ÚNICO NÍVEL

Na descrição bibliográfica estruturada num único nível, a informação descritiva do **todo**⁶ e das **partes**⁷ é colocada nas sete zonas da ISBD.

No anexo A da ISBD Consolidada são referenciadas quatro opções para catalogar as publicações em volumes a partir de um só nível de descrição.

Optou-se por explicitar as opções A, B e C, deixando a opção D, referente à descrição das partes componentes, para o tema seguinte.

Opção A - Descrição bibliográfica num único nível, usando a 7ª zona – nota de conteúdo

A descrição bibliográfica num único nível, usando a 7ª zona, corresponde a uma descrição em que o título próprio, (descrito na primeira zona ISBD), é o título comum a todos os volumes e o título de cada volume individual é transcrito numa nota de conteúdo.

⁶ No contexto da catalogação, este conceito de “**todo**” significa o conjunto de elementos da descrição que são comuns a todos os volumes de uma publicação.

⁷ As **partes** numa publicação em volumes são todos os elementos da descrição que dizem respeito unicamente a cada volume.

Exemplos:

Exemplo nº 1:

BRAUDEL, Fernand, 1902-1985

Civilização material, economia e capitalismo : sécs XV-XVIII / Fernand Braudel ; trad. Telma Costa. – Lisboa : Teorema, D.L. 1992. – 3 vol. ; 25 cm. – (Teorema. Série especial; 6; 8; 9). - Tit. Orig. : Civilisation matérielle, économie et capitalisme. – Contém: 1º v. : As estruturas do quotidiano : o possível e o impossível. – 544 p. - 2º v. : Os jogos das trocas. – 600 p. – 3º v. : O tempo do mundo. – 607 p.

Nota - Neste tipo de descrição é usual colocar apenas em notas o título individual de cada volume (denominado título da parte) e a paginação correspondente.

Exemplo : Contém: 1º v. : As estruturas do quotidiano : o possível e o impossível. – 2º v. : Os jogos das trocas. – 3º v. : O tempo do mundo.

Exemplo nº 2:

KIPLING, Rudyard, 1865-1936

Selected works of Rudyard Kipling / Kipling. – New York : P. F. Collier, [190-]. – 3 vol. ; 21 cm. – Contém : 1º vol. : Soldiers three ; In black and white ; The story of the Gadsbys ; The phantom 'rickshaw and other tales ; Wee Willie Winkie and other child stories. – 2º vol. : The light that failed ; Plain tales from the hills. – 3º vol. : Mine own people ; The courting of Dinah Shadd and other stories ; American notes ; Under the deodars and other tales ; Departmental ditties ; Barrack-room ballads and other verses.

Exceção:

Há publicações em volumes muito simples, em que os elementos descritivos são idênticos em todos os volumes (partes). O único aspeto que difere entre eles é a sua paginação distinta. Quando esta situação se verifica, não é necessário elaborar uma descrição complexa, utilizando a 7ª zona ISBD. A catalogação é feita num único nível sem referenciar qualquer informação em nota de conteúdo.

Exemplos:

Exemplo nº 1:

CHAUNU, Pierre, 1923-

A civilização da Europa das luzes / Pierre Chaunu ; trad. de Manuel João Gomes. - Lisboa : Estampa, 1985. - 2 vol. : il., mapas, quadros ; 21 cm. - (Imprensa universitária ; 43 ; 44). - Tít. orig.: La civilisation de l' Europe des Lumières

Exemplo nº 2:

HERCULANO, Alexandre, pseud.

Opúsculos / Alexandre Herculano ; org., introd. e notas de Jorge Custódio e José M. Garcia. - ed. crítica. - Lisboa : Presença, 1982-1987. - 6 vol. : il. ; 24 cm

Opção B - Descrição bibliográfica num único nível, usando a 6ª zona – zona da série

A descrição bibliográfica num único nível, usando a 6ª zona, corresponde a uma descrição em que o título próprio, que é descrito na primeira zona ISBD, é o título de cada uma das partes individuais e o título comum a todos os volumes é transcrito na 6ª zona da ISBD, na zona da série. Nesta forma de descrição, cada volume da publicação origina uma ficha catalográfica distinta.

Exemplos:

KIPLING, Rudyard, 1865-1936

Soldiers three ; In black and white ; The story of the Gadsbys ; The phantom 'rickshaw and other tales ; Wee Willie Winkie and other child stories / Rudyard Kipling. – New York : P. F. Collier, [190-]. – 300 p. ; 21 cm. – (Selected works of Rudyard Kipling ; vol. 1)

KIPLING, Rudyard, 1865-1936

The light that failed ; Plain tales from the hills / Rudyard Kipling. – New York : P. F. Collier, [190-]. – 280 p. ; 21 cm. – (Selected works of Rudyard Kipling ; vol. 2)

KIPLING, Rudyard, 1865-1936

Mine own people ; The courting of Dinah Shadd and other stories ; American notes ; Under the deodars and other tales ; Departmental ditties ; Barrack-room ballads and other verses / Rudyard Kipling. – New York : P. F. Collier, [190-]. – 310 p. ; 21 cm. – (Selected works of Rudyard Kipling ; vol. 3)

Opção C - Descrição bibliográfica num único nível, usando a 1ª zona – zona do título e da menção de responsabilidade

A descrição bibliográfica num único nível, usando a 1ª zona, corresponde a uma descrição em que o título próprio é uma combinação do título que é comum a todos os volumes e do título individual de cada um. Nestas situações, o título próprio consiste na junção do título comum e do título individual. Este título individual não é considerado informação de outro título (complemento de título) mas sim título dependente.

Nesta forma de descrição, cada volume da publicação origina uma ficha catalográfica distinta.

Exemplo:

COURTILLON, Janine

Libre échange 3. Livre du professeur / Janine Courtillon, C. Guyot-Clément, Geneviève-Dominique de Salins. - Paris : Hatier : Didier, 1994. – 189 p. : il. ; 25 cm. ISBN 2-278-04028-6

Nota – No exemplo dado o título *Libre échange 3* é o título comum às partes e o título *Livre du professeur* é o título individual. Este título individual denomina-se título dependente porque a sua designação é insuficiente para poder ser considerada título próprio.

DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA A VÁRIOS NÍVEIS

A descrição a vários níveis baseia-se na divisão da informação descritiva em dois ou mais níveis. O primeiro nível contém informação comum ao conjunto da publicação. O segundo nível e os níveis subsequentes contêm informações relativas aos volumes individuais ou outras unidades.

Em cada nível, os elementos da descrição são dados pela mesma ordem e com a mesma pontuação da publicação unitária.

Exemplos:

Exemplo nº 1:

BRAUDEL, Fernand, 1902-1985

Civilização material, economia e capitalismo : sécs XV-XVIII / Fernand Braudel ; trad. Telma Costa. – Lisboa : Teorema, D.L. 1992. - 3 vol. ; 25 cm. – Tit. Orig. : Civilisation matérielle, économie et capitalisme.

Vol. 1: As estruturas do quotidiano : o possível e o impossível. – 544 p. – (Teorema. Série especial; 6)

Vol. 2: Os jogos das trocas. – 600 p. - (Teorema. Série especial; 8)

Vol. 3: O tempo do mundo. – 607 p. - (Teorema. Série especial; 9)

Exemplo nº 2:

KIPLING, Rudyard, 1865-1936

Selected works of Rudyard Kipling / Kipling. – New York : P. F. Collier, [190-]. – 3 vol. ; 21 cm

Vol. 1º : Soldiers three ; In black and white ; The story of the Gadsbys ; The phantom 'rickshaw and other tales ; Wee Willie Winkie and other child stories. – 300 p.

Vol. 2º : The light that failed ; Plain tales from the hills. – 280 p.

Vol. 3 : Mine own people ; The courting of Dinah Shadd and other stories ; American notes ; Under the deodars and other tales ; Departmental ditties ; Barrack-room ballads and other verses. – 310 p.

DESCRIÇÃO EM ABERTO

Um outro conceito muito importante a reter, relativo à catalogação de publicações em volumes é o conceito de *descrição em aberto*.

A descrição em aberto corresponde a descrições bibliográficas em que certos elementos da descrição são deixados em aberto porque a entidade catalogadora não possui todos os volumes da publicação. Esses espaços em aberto são especificamente dois: a data da publicação (elemento pertencente à 4ª zona) e o número de volumes (elemento pertencente à 5ª zona). Os espaços são deixados em aberto até a biblioteca integrar no seu acervo todos os volumes dessa publicação.

Especificidades da descrição catalográfica na 4ª e 5ª zonas ISBD

4ª Zona – Zona da publicação, distribuição, etc. – Data da publicação

No preenchimento da data de publicação de uma obra em volumes, duas situações podem ocorrer:

1 – Todos os volumes da publicação foram publicados no mesmo ano.

Quando esta situação se verifica, coloca-se apenas uma data de publicação, pelo facto de esta ser idêntica em todos os volumes.

Exemplo:

Local : Editor, 1979. – 4 vol.

2 - Todos os volumes da publicação foram publicados em anos distintos.

Quando esta situação se verifica, indica-se na descrição bibliográfica a data do primeiro e do último volume, separados por um hífen.

Exemplo:

Local : Editor, 1979-1982. – 3 vol.

Na informação relativa à data da publicação e no que diz respeito às **entradas em aberto**, podem ocorrer três situações distintas:

- a) A biblioteca possui apenas o primeiro volume da publicação.

Quando esta situação se verifica, a informação da data do primeiro volume é colocada na referência bibliográfica. Como não existe indicação da data do último volume porque a biblioteca não o possui, é obrigatório deixar espaços gráficos a assinalar essa ausência.

Exemplo:

Local : Editor, 1980- . - vol. ; 23 cm

- b) A biblioteca não possui o primeiro e o último volume do recurso que está a catalogar, mas sim alguns volumes do meio. Por exemplo, de uma publicação em seis volumes, a biblioteca possui apenas o 3º e o 4º volume.

Neste contexto, não existe a data do início e a data do fim da publicação. Quando esta situação se verifica, as datas têm que ser calculadas pelo próprio catalogador em função das indicações que este possui da obra que está a catalogar.

Neste cálculo de datas, há um limite cronológico a respeitar: entre a primeira data, relativa ao primeiro volume, e a data do último volume, o período temporal não pode ser superior a vinte anos.

Exemplo:

A biblioteca de uma publicação em seis volumes possui apenas o 3º e 4º volume, cujas datas de publicação são respetivamente 1993 e 1995. Calculam-se as datas prováveis e coloca-se essa informação dentro de parênteses retos:

Local : Editor, [1988?]-[1999?]. - v. ; 20 cm

Há uma outra forma (que é a mais usual) de elaborar o registo bibliográfico que é calcular e indicar apenas a data do primeiro volume, deixando em aberto a data do último número da publicação.

Local : Editor, [1988?]- . - v. ; 20 cm

c) A biblioteca possui apenas o último volume. Nesta situação, a data do primeiro volume fica em aberto e é inserida somente a data do último volume da publicação.

Exemplo:

Local : Editor, -1985. - vol. ; 22 cm

5ª Zona – Zona da descrição física – indicação dos volumes

Quando a biblioteca não possui todos os volumes de uma dada publicação, a descrição fica em aberto porque a indicação do total dos volumes não pode ser referenciada.

Na 5ª zona ISBD, coloca-se apenas a indicação **vol.** precedida de dois ou mais espaços gráficos para assinalar essa ausência.

Uma variante a esta regra: em vez da indicação **vol.** pode optar-se por colocar apenas um **v.**

Exemplos de referências bibliográficas em aberto

Existe apenas o primeiro volume:

PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento

Caracterização de estruturas formativas: ensino vocacional, técnico-profissional, formação profissional, ensino superior / Gabinete de Estudos e Planeamento [do] Ministério da Educação ; João Cidade Alpiarça. - Lisboa : Ministério da Educação, 1983- . - v. : il, mapas, gráficos ; 21 cm. – Contém: 1º vol.: zona norte. - 1983. - 128 p.

Existe apenas o último volume:

PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento

Caracterização de estruturas formativas : ensino vocacional, técnico-profissional, formação profissional, ensino superior / Gabinete de Estudos e Planeamento [do] Ministério da Educação ; João Cidade Alpiarça. - Lisboa : Ministério da Educação, 1984. - v. : il, mapas, gráficos ; 21 cm. – Contém: 2º vol.: zona sul. - 1984. – 95 p.

Existem apenas alguns volumes dispersos:

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros

Dez anos de política externa (1936-1948) : a Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial / Ministério dos Negócios Estrangeiros. - Lisboa : Imprensa Nacional de Lisboa, [1961?]- . - vol. - A obra está incompleta, só existem os volumes 5º e 6º.

Bibliografia:

GUSMÃO, Armando Nobre de; CAMPOS, Fernanda Maria Guedes ; SOTTOMAYOR, José Carlos Garcia (Coord.) - *Regras portuguesas de catalogação*. 4ª reimp. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2010. 275 p. ISBN 972-565-242-8

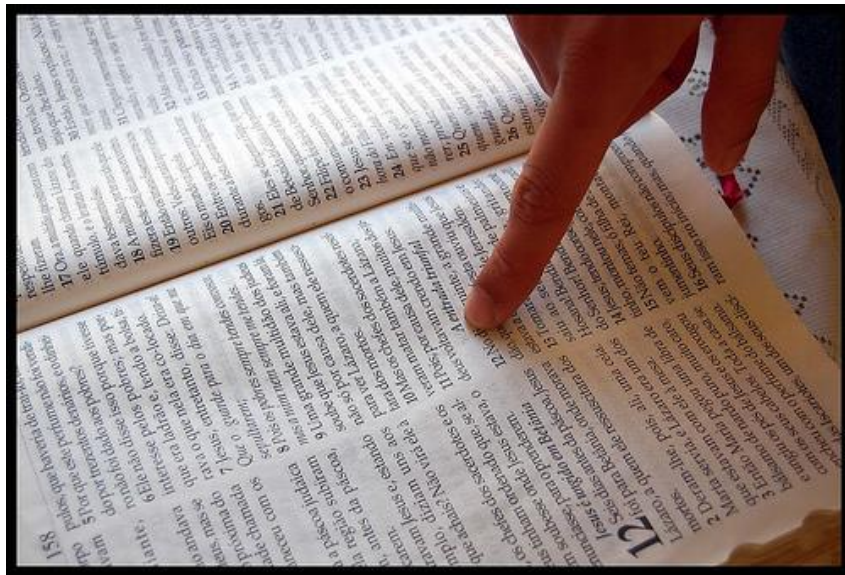
IFLA- *Descrição bibliográfica internacional normalizada*. Trad. e rev. técnica de Rosa Maria Galvão, Margarida Lopes. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012. 356 p. ISBN 978-972-565-479-8

IFLA. *Descripción bibliográfica internacional normalizada (ISBD)* [Em linha] : *edición preliminar consolidada*. [Madrid] : Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em: http://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD_consolidated_2007_es.pdf

SOTTOMAYOR, José Carlos - *Regras de catalogação : descrição e acesso de recursos bibliográficos nas bibliotecas de língua portuguesa*. Lisboa : BAD- Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2008, XVI, 1075 p. ISBN: 978-972-9067-38-0

CAPÍTULO 3 - DESCRIÇÃO DE RECURSOS IMPRESSOS

3.2 – PARTES COMPONENTES



CAPÍTULO 3 - DESCRIÇÃO DE RECURSOS IMPRESSOS

3.2 – PARTES COMPONENTES

As bibliotecas muitas vezes com o objetivo de organizar e difundir informação que vá ao encontro da satisfação das necessidades dos seus utilizadores têm necessidade de catalogar partes de uma publicação.

Estas partes de publicações podem ser capítulos ou partes de monografias, artigos de publicações em série, faixas de documentos áudio ou vídeo ou partes de qualquer outro tipo de recurso.

De uma forma mais simplista podemos dizer tratar-se de referenciar “trabalhos dentro de trabalhos”.

Utiliza-se a designação de “*parte componente*” para a descrição bibliográfica destes registos.

Em 1977, surgiu por parte da IFLA uma primeira tentativa para normalizar este tipo de referências, mas somente em 1988 foi publicada a ISBD (CP), norma aplicada à descrição de partes componentes.

As regras que são explicitadas na ISBD (CP) aplicam-se apenas à descrição de partes componentes que são editadas **com, em, ou como parte de um item hospedeiro** e que dele dependem quanto ao acesso ou identificação bibliográfica.

Não se incluem neste tipo de descrição as obras em volumes, as separatas e os suplementos.

Na catalogação das partes componentes, devem respeitar-se as regras gerais de catalogação indicadas na ISBD Consolidada ou então utilizar-se a ISBD (CP) conjuntamente com a ISBD que corresponde ao tipo de material que está a ser catalogado.

No entanto, independentemente do tipo de documento que estiver a ser descrito, a ISBD para partes componentes prevê a existência de cinco campos distintos:

- 1- Encabeçamento por autor da parte ou capítulo ou então pelo título da parte.
- 2- A descrição da parte componente
- 3- Um elemento de união
- 4- Uma identificação e descrição da obra principal
- 5- Pormenores da localização da parte dentro do item hospedeiro

1 Encabeçamento por autor da parte ou capítulo ou então pelo título da parte

A determinação da autoria principal é feita de acordo com as regras existentes em Portugal para a determinação do cabeçalho.

2 A descrição da parte componente é basicamente composta por:

- Título da parte componente
- Sub-título ou informação de outro título
- Autor da parte

3 Elemento de união

Este elemento de união existe na descrição com dois objetivos:

1. Marcar claramente o fim da descrição da parte componente e o princípio da descrição e identificação do item hospedeiro.
2. Identificar a relação de pertença da “parte” em relação o “todo”.

Graficamente este elemento de união pode ser representado de duas formas:

1 – Pela utilização de sinais gráficos como //(espaço, barra dupla, espaço). Este sinal gráfico só é utilizado se a descrição for feita de uma forma sequencial.

Exemplo:

Identificação da parte // Identificação da totalidade da obra

2 – Pela utilização da expressão **In:**

A forma gráfica **In:** que indica uma relação de inclusão, é utilizada quando na descrição bibliográfica se separam os dois segmentos da descrição por um parágrafo. Descreve-se a parte componente e depois no parágrafo seguinte utiliza-se a expressão **In:**, seguido da descrição do item hospedeiro.

Exemplo:

Descrição da parte componente

In: Título do item hospedeiro

4 Identificação e descrição do item hospedeiro

A descrição que identifica o item hospedeiro é estruturada de acordo com o esquema das zonas e elementos da ISBD Consolidada. Pode também recorrer-se à ISBD específica do tipo de recurso que está a ser catalogado.

1ª Zona

- O título da publicação deve ser sempre incluído na identificação do item hospedeiro.

- Os títulos paralelos são normalmente excluídos.
- A informação de outro título só se inclui quando o título próprio não é distintivo.
- A primeira indicação de responsabilidade inclui-se normalmente na identificação do item hospedeiro.

2ª Zona

- As indicações de edição incluem-se normalmente na identificação do item hospedeiro.

3ª Zona

- Geralmente não é utilizada na catalogação de partes componentes de publicações em série, mas pode ser utilizada para identificar certos elementos dos materiais cartográficos.

4ª Zona

- O lugar da publicação e o nome do editor normalmente incluem-se quando o item hospedeiro é uma monografia. Nas publicações em série estes dois elementos são normalmente excluídos. No que diz respeito ao ano de publicação, este é referenciado em todas as tipologias de recursos.

5ª Zona, 6ª Zona e 7ª Zona

- São normalmente excluídas da identificação do item hospedeiro.

8ª Zona

- Se existir um número internacional normalizado deve ser sempre incluído na identificação do item hospedeiro.

5 Pormenores da localização da parte dentro do item hospedeiro.

- A forma como se referencia esta localização varia conforme a tipologia do recurso do item hospedeiro.
- Nos recursos impressos compostos por apenas um volume, a localização da parte é expressa através da sua paginação.

Exemplo: p. 40-78

- Nas publicações em volumes é também obrigatório indicar o número do volume onde está contida a parte componente que está a ser catalogada.

Exemplo: vol. 4, p. 78-90

- No caso das publicações periódicas, é necessário referir o volume, o número, o ano da publicação e também a paginação do recurso que está a ser catalogado.

Exemplo: Vol. 26, nº 2 (1976), p. 302-324

- Na catalogação de partes componentes de recursos áudio, vídeo e eletrónico, indica-se a localização da parte componente nos termos adequados ao tipo de material que está a ser descrito. Por regra, utiliza-se a numeração e os termos utilizados na própria publicação. No entanto, a numeração árabe substitui qualquer outro tipo de numeração, incluindo os números escritos por extenso.

Exemplos:

Slide número 91

Faixa nº 3

CD nº 1, faixa 4

EXEMPLOS DA DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA DE PARTES DE MONOGRAFIAS

Exemplo nº 1:

RAYNAUD, Pierre

La puissance paternelle et l'assistance éducative / Pierre Raynaud

In: Mélanges offerts à René Savatier. – Paris : Librairie Dalloz, 1985. – p. 807-820

- I- Tit da parte componente
- II- Tit do item hospedeiro

Exemplo nº 2:

RAU, Virgínia

A técnica saleira no Vale do Sado e o sal de Setúbal / Virgínia Rau

In: Estudos sobre a história do sal português / Virgínia Rau. – Lisboa : Ed. Presença, [198-?]. – p. 39-54

- I- Tit da parte componente
- II- Tit do item hospedeiro

Exemplo nº 3:

MATTOSO, José

A batalha de Ourique / José Mattoso, Ana Maria Magalhães, Isabel Alçada

In: História de Portugal / José Mattoso, Ana Maria Magalhães, Isabel Alçada. – Lisboa : Caminho, imp. 1993. – ISBN 972-21-1026-8. - Vol 4, p. 63-64

- I- Tit da parte componente
- II- Tit do item hospedeiro
- III- Magalhães, Ana Maria, co-aut.
- IV- Alçada, Isabel, co-aut.

Bibliografia

GUSMÃO, Armando Nobre de; CAMPOS, Fernanda Maria Guedes ; SOTTOMAYOR, José Carlos Garcia (Coord.) - *Regras portuguesas de catalogação*. 4ª reimp. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2010. 275 p. ISBN 972-565-242-8

IFLA- *Descrição bibliográfica internacional normalizada*. Trad. e rev. técnica de Rosa Maria Galvão, Margarida Lopes. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012. 356 p. ISBN 978-972-565-479-8

IFLA. *Descripción bibliográfica internacional normalizada (ISBD)* [Em linha] : *edición preliminar consolidada*. [Madrid] : Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em: http://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD_consolidated_2007_es.pdf

IFLA. *Guidelines for the application of the ISBDs to the description of components parts*. Washigton: Library of Congress, 2003. 30 p.

CAPÍTULO 4 - DESCRIÇÃO DE REGISTOS VÍDEO, SONOROS E IMAGENS ESTÁTICAS



CAPÍTULO 4 – DESCRIÇÃO DE REGISTOS VÍDEO, SONOROS E IMAGENS ESTÁTICAS

A atual ISBD Consolidada, no que diz respeito à descrição bibliográfica dos recursos vídeo, sonoros e imagens, corrobora os princípios e as diretrizes da ISBD (NBM) no que respeita à especificidade da descrição deste tipo de recursos.

A Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada para materiais não livro, a ISBD (NBM), é um documento oficialmente publicado pela IFLA que foi editado pela primeira vez em 1977 e revisto em 1987. Este documento foi publicado para normalizar a catalogação de documentação não textual, de natureza muito diversificada, cuja descrição não se encontrava enquadrada nas regras de descrição das ISBDs já existentes.

À semelhança das outras ISBDs, a ISBD (NBM), especifica os elementos necessários para a descrição e identificação de um documento não-livro, atribui uma ordem a esses elementos e estipula um sistema de pontuação a separá-los.

As regras desta ISBD cobrem a descrição:

- Dos registos sonoros em qualquer suporte;
- Dos filmes e registos vídeo de todos os tipos e em variados suportes;
- De objetos que podem ser brinquedos, jogos, marionetas, fantoches, material de laboratório, esqueletos, ossos, etc.;
- Dos recursos gráficos;
- De material multimédia.

Nota: A designação “*non-book material*” ou “*material não-livro*”, aplicável apenas a estas tipologias de recursos, há muito que deixou de fazer sentido, pelo facto dos recursos eletrónicos⁸ serem também material não-livro. Por este motivo, atualmente

⁸ Os recursos eletrónicos pelas suas características distinguem-se na descrição bibliográfica, não só por serem novos suportes da informação, mas sobretudo porque pelas implicações tecnológicas que estão subjacentes à sua leitura, torna-se necessário uma maior especificidade na descrição.

já não se utiliza esta designação, mas sim as específicas para cada tipo de recurso: registo sonoro, registo vídeo, imagens estáticas, imagens em movimento, objeto e recursos multimédia.

Na presente unidade temática, abordaremos apenas os aspetos gerais da descrição dos registos sonoros, dos registos vídeos e das imagens estáticas.

Caraterísticas gerais dos recursos sonoros e vídeos:

Os recursos sonoros e vídeos quanto à tipologia são normalmente documentos caracterizados por uma grande diversidade na apresentação física:

- Os recursos sonoros podem apresentar-se nos seguintes formatos: bobine sonora, cartucho sonoro, cassete áudio, disco sonoro, CD áudio, rolos para piano, etc.
- Os recursos vídeo podem apresentar-se nos seguintes formatos: cassete vídeo (VHS e Betacam), cartucho vídeo, disco vídeo e DVD.

São recursos mais frágeis na sua estrutura, pois deterioram-se mais facilmente. As frequentes visualizações originam a perda de qualidade na imagem e no som.

Os recursos áudio e vídeo para serem visualizados, necessitam de recorrer a equipamentos de leitura (leitor de áudio, leitor de vídeos, leitor de DVD, etc.). Os avanços tecnológicos ocorridos na sociedade têm originado a rápida desatualização destes recursos pelo aparecimento de novos formatos. É frequente, as bibliotecas já não possuírem equipamentos de leitura que permitam o acesso ao conteúdo informacional contido nesses recursos. A solução, passa por convertê-los em novos formatos, o que nem sempre é viável para as bibliotecas.

Em relação ao tratamento documental, são recursos mais complexos de catalogar, sobretudo ao nível da descrição da 1ª zona - zona de título e menção de responsabilidade, da 5ª Zona - zona da descrição física e da 7ª zona - zona das notas.

Um outro aspeto que dificulta a descrição deste tipo de documentos é a ausência de página de título ou fonte de informação equivalente. Além disso, muitos recursos multimédia, gravações sonoras, imagens fixas e em movimento carecem de uma fonte de informação única que permita elaborar uma descrição bibliográfica a partir dela. É frequente encontrar informação (muitas vezes diferente) na capa, na etiqueta que está colada ao recurso, no próprio recurso quando este é visualizado, etc., colocando-se o problema de selecionar a fonte de informação mais apropriada para catalogar.

Para decidir uma ordem de preferência entre estas fontes de informação, convencionou-se considerar como fonte principal de informação **o próprio recurso**, seguido da etiqueta colada, do invólucro ou de outro texto acompanhante. Muitas vezes, esta ordem de prioridades é alterada por vários motivos: a informação não está disponível na fonte principal de informação; a informação é insuficiente; o recurso contém duas ou mais obras e o título coletivo encontra-se referido no contentor (invólucro) ou no material textual acompanhante.

No que diz respeito à pontuação, à língua e escrita da descrição e ao uso de maiúsculas e de abreviaturas, a regra é idêntica à que é utilizada na catalogação de recursos impressos.

O quadro seguinte, pertencente à ISBD (NBM), apresenta um esquema comparativo que estabelece a correspondência entre os termos mais usuais que eram utilizados na *Designação genérica de material* - 1ª Zona ISBD e os termos utilizados na *Designação específica do material* - 5ª Zona ISBD. Apesar de ter sido abolida a indicação da designação genérica de material na 1ª zona, optou-se por manter este quadro comparativo por se considerar que permite uma melhor contextualização dos conceitos.

ESQUEMA COMPARATIVO

DESIGNAÇÃO GENÉRICA DO MATERIAL 1ª Zona	DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA DO MATERIAL 5ª Zona
<p>[Registo sonoro]</p> <p>São documentos em que o registo de som não é acompanhado de imagens visuais.</p>	<p>Bobine sonora</p> <p>Cartucho sonoro</p> <p>Cassete ou Cassete áudio</p> <p>Disco sonoro</p> <p>CD ou CD áudio</p> <p>Rolos para piano (e outros rolos)</p>
<p>[Registo vídeo]</p> <p>São documentos com registo de imagens visuais em movimento e com acompanhamento sonoro, destinadas a ser visionadas num televisor ou num écran.</p>	<p>Cassete vídeo</p> <p>Cartucho vídeo</p> <p>Disco vídeo</p> <p>DVD</p>
<p>[Filme]</p> <p>São documentos com ou sem pista sonora, (magnética ou ótica) que contém uma sequência de imagens que criam a ilusão de movimento quando projetadas em sucessão rápida.</p>	<p>Filme em bobine</p> <p>Filme em cartucho</p> <p>Filme em cassete</p> <p>Filmeloop</p>

<p style="text-align: center;">[Material gráfico]</p> <p>São imagens bidimensionais (individuais ou formando um conjunto), produzidas na sua forma original pela técnica de desenho, pintura ou fotografia.</p> <p>É frequente encontrar a designação [Visual gráfico] em vez de [Material gráfico].</p> <p style="text-align: center;">[Projeção visual]</p> <p style="text-align: center;">Requer equipamento de leitura</p>	<p style="text-align: center;">Álbum Cartão estereográfico Cartaz Desenho técnico Fotografia Gravura Ilustração Postal Quadro didático Reprodução de arte, etc.</p> <p style="text-align: center;">Diapositivos e transparências</p>
<p style="text-align: center;">[Multimédia]</p> <p>Material composto por dois ou mais elementos, dos quais nenhum é considerado de primordial importância. Em geral, destinam-se a ser usados como um todo unitário.</p>	

Zonas para a descrição deste tipo de recursos

1ª Zona – Zona do título e da menção de responsabilidade

2ª Zona – Zona da edição

4ª Zona – Zona da publicação, produção, distribuição, etc.

5ª Zona – Zona da descrição material

6ª Zona – Zona da série e recursos monográficos em várias partes

7ª Zona – Zona das notas

8ª Zona – Zona do identificador do recurso e das modalidades de aquisição

1ª Zona – Zona do título e da menção de responsabilidade

- Fonte principal da informação para estes registos: o próprio recurso, a etiqueta, o contentor, o material textual acompanhante e outras fontes.
- Língua da descrição: a dos elementos que surgem na própria publicação.
- Comporta os seguintes elementos:
 - Título próprio
 - Título paralelo (precedido do sinal gráfico =)
 - Outra informação de título (precedido do sinal gráfico :)
 - Menção de responsabilidade (precedido do sinal gráfico /)
 - Outras menções de responsabilidade (precedido do sinal gráfico ;)

Título próprio = Título paralelo : outra informação de título / Menção de responsabilidade ; outras menções de responsabilidade. –

□ **Título próprio**

- É o primeiro elemento que se coloca na descrição bibliográfica, mesmo quando na fonte prescrita de informação é precedido por indicações de responsabilidade, de edição, de série, de publicação ou outros elementos que não a informação do título.
- O título próprio pode ser constituído por um termo genérico que indique um tipo de trabalho ou o seu conteúdo intelectual ou artístico:

Exemplo:

Concerto

Ar de rock

Leitura de poemas

- Quando o título próprio é composto por um conjunto de iniciais ou um acrónimo e na mesma página também está presente a sua forma desdobrada, estas iniciais ou o acrónimo, são considerados como título próprio e a forma desdobrada é referenciada como complemento de título ou como uma indicação de responsabilidade.

Exemplo:

ITE : Instituto de Tecnologia Educativa

ITE / Instituto de Tecnologia Educativa

- O título próprio pode consistir no nome de uma pessoa ou entidade, quando a fonte prescrita de informação não referencia outro título senão este nome.

Exemplo:

The Beatles

Michael Jackson

- No entanto, não se consideram como parte do título, a indicação do intérprete, do produtor, do diretor, indicações que por vezes precedem ou sucedem ao título próprio.

Exemplo:

Título que aparece na fonte de informação: Twentieth Century Fox presents Star Wars

Título indicado: Star Wars

- O título próprio pode incluir números ou letras, quando estes são considerados como informação essencial que permite distinguir o título próprio de outros títulos.

Exemplo:

Knitting I

Knitting II

Shreck I

Shreck II

- O título próprio pode incluir referências sobre a música, a numeração e a data da composição.

Exemplo:

Sinfonia nº 6, op.74

Sonata nº 13 em Si maior

Sinfonia 2 (1970)

- Se um recurso contém dois ou mais trabalhos individuais e um título coletivo a caracterizá-los, escolhe-se como título próprio, o título coletivo e os títulos dos trabalhos individuais podem ser referenciados na 7ª zona ISBD.

Exemplo:

Disneyland

Contém: Tomorrow; Fantasy; Frontierland

- Se um recurso contém vários trabalhos individuais e não tem referenciado um título coletivo na descrição bibliográfica, são transcritos os títulos das obras individuais pela ordem em que aparecem indicados na fonte principal de informação.

Exemplo:

A batalha de Inglaterra ; A batalha da Rússia ; A batalha Austríaca / Frank Capra

Título paralelo

- Os títulos paralelos são referenciados na descrição bibliográfica, segundo o seu relevo tipográfico ou pela ordem sequencial com que aparecem indicados na fonte principal de informação.
- Cada entidade catalogadora deve definir se inclui todos os títulos paralelos que aparecem indicados ou se estabelece um limite para a descrição.

Exemplos:

Em busca da verdade = Säsom i en spegel

Harry Potter y la piedra filosofal = Harry Potter and the philosopher's stone

Informação de outro título

- A informação de outro título é o 3ºo elemento desta zona e é precedido pelo sinal gráfico : .

- Cada informação de outro título é transcrita na ficha catalográfica respeitando a ordem de sucessão ou o seu relevo tipográfico.

Exemplo:

Braga : Bom Jesus : fonte, gruta e Hotel do Parque

Oliver Twist : as primeiras aventuras

- Quando um recurso não tem indicado um título próprio, o catalogador deve atribuir um título a esse recurso e colocá-lo entre parênteses retos⁹. Esta situação ocorre com alguma frequência na descrição do material gráfico.

Exemplos:

[Retrato de António Nobre]

[Anúncio da Prevenção Rodoviária Portuguesa]

Menção de responsabilidade

- A menção de responsabilidade é o quarto elemento da primeira zona, e segue em termos genéricos as regras estipuladas para a descrição dos recursos impressos.
- Este elemento refere-se a qualquer entidade (pessoa ou coletividade), responsável por, ou tendo contribuído para o conteúdo intelectual ou artístico de um recurso, podendo ser também responsável pela sua realização.
- A menção de responsabilidade pode dizer respeito a entidades como: escritores, compositores, artistas, gráficos, coreógrafos, encenadores, realizadores, produtores, diretores, compiladores, ilustradores, compositor de música, intérpretes, etc.
- Por regra, a responsabilidade deste tipo de documentos é assumida não só por entidades individuais e coletivas que têm um papel significativo na criação ou

⁹ Na catalogação, a utilização de parênteses retos indica ao utilizador que a informação contida entre estes sinais gráficos é da responsabilidade do catalogador.

realização da obra, mas também pelas entidades cujo papel é comparativamente menor, mas que aparecem indicadas na fonte prescrita de informação. Estas indicações, relativas a entidades que se pensa desempenharem um papel secundário, podem ser referenciadas na zona das notas - 7ª zona.

- As menções de responsabilidade para os **registos sonoros** normalmente são compostas por várias autorias. De acordo com a ISBD Consolidada, estas menções de responsabilidade, devem ser transcritas pela seguinte ordem: compositor(es) da música, autor do texto, intérpretes por ordem de apresentação, solistas, atores, declamadores, coro, diretor do coro, orquestra, diretor da orquestra, produtor de registo de música popular.

Quando numerosos, o nome dos intérpretes são colocados na zona de notas – 7ª zona, ou podem omitir-se, se a entidade catalogadora assim o decidir.

Exemplo:

Concerto nº 2 para piano e orquestra / Bomtempo. –

Nota: Pianista Nella Maissa

Orquestra Sinfónica de Nurenberg, sob a direção de Klauspeter Seibel

Os grandes intérpretes

Nota: Intérpretes : Jorge Palma (com Flak), Camané, Rui Veloso

- As menções de responsabilidade para os **registos vídeo** (sobretudo filmes) são normalmente numerosas e complexas, dada a multiplicidade de intervenientes na realização destes recursos. Na descrição bibliográfica registam-se os nomes das companhias produtoras e os nomes dos produtores, dos diretores, dos realizadores ou outros intervenientes que detêm algum grau de responsabilidade global na obra.

Exemplo:

Amor de perdição / real. António Lopes Ribeiro ; música Jaime Silva Filho ; fot. Octávio Bobone

▪ Relativamente ao **material gráfico**, transcrevem-se as menções de responsabilidade relativas a pessoas ou coletividades que desempenham as funções mais importantes na criação intelectual do recurso que está a ser catalogado. Podem ainda referenciar-se aqueles que se destacam pela sua participação na criação ou produção deste tipo de recurso. Consideramos como entidades responsáveis: os diretores, os produtores, os artistas, os desenhadores, os criadores, os patrocinadores, etc.

Exemplo:

Comemorações da implantação da República / Câmara Municipal de Vila do Conde

Violeta amarela / desenho de Alfredo da Conceição

2ª Zona – Zona da edição

- Fonte principal da informação para este tipo de recurso: o próprio recurso, a etiqueta, o contentor, o material textual acompanhante e outras fontes.
- Língua da descrição: a dos elementos que surgem na própria publicação.
- Esta zona é composta pelos seguintes elementos:
 - Menção de edição
 - Menção paralela da edição
 - Menções de responsabilidade relativas à edição
 - Outra menção de edição
 - Menções de responsabilidade relativas a outra menção de edição.

- Optamos apenas por apresentar explicações relativas ao primeiro elemento desta zona: a menção da edição.

. – Menção de edição. –

- Transcreve-se a menção de edição de um registo sonoro, de um filme, de um registo vídeo ou de um recurso gráfico de acordo com o que aparece indicado no recurso que está a ser catalogado. Por norma, só se referencia este elemento a partir da segunda edição ou quando se tratar de uma reimpressão da obra.

Exemplo:

2ª ed.

Re-edited version

3ª Zona – Zona específica do material ou tipo do recurso

- Esta zona não se aplica especificamente aos recursos vídeos, sonoros e gráficos. No entanto, se um documento é em simultâneo um destes recursos e outro tipo de material, como uma publicação em série ou um mapa, preenche-se esta zona com a informação prescrita na ISBD. Indica-se a numeração e a data nas publicações em série¹⁰ e os dados matemáticos e outras características na descrição do material cartográfico.

4ª Zona – Zona da publicação, produção, distribuição, etc.

¹⁰ Nas publicações em série esta zona apenas se preenche se estivermos a catalogar a publicação a partir do seu primeiro número. Ver tema: Recursos contínuos.

- Fonte principal da informação para este tipo de recursos: o próprio recurso, etiqueta, contendor, material textual acompanhante e outras fontes.

- Língua da descrição: a dos elementos que surgem na própria publicação.

- As menções da publicação, produção e distribuição descritas neste tipo de recursos, seguem em termos genéricos, as regras estipuladas para os recursos impressos.

- Esta zona é composta pelos seguintes elementos:

- Local de publicação, produção e distribuição
- Nome do editor, produção e distribuição
- Indicação da função do distribuidor
- Datas de publicação e/ou de distribuição
- Local de impressão
- Nome do impressor
- Datas de impressão

- Para a simplificação deste tipo de descrição, consideramos apenas importante que sejam referenciados os seguintes elementos:

. - Local de publicação: nome do editor, data de publicação. -

Local de publicação, produção, distribuição, etc.

- O local de publicação é o local (cidade ou localidade) onde o recurso foi publicado ou distribuído.

- As regras de transcrição são idênticas às indicadas na ISBD(M).

□ **Nome do editor, produtor, distribuição, etc.**

- As regras de transcrição são idênticas às indicadas na ISBD(M).

□ **Datas de publicação**

- O quarto elemento desta zona é a data da publicação e/ou distribuição.
- As regras de transcrição são idênticas às indicadas na ISBD(M).
- Quando não for possível atribuir qualquer data de publicação ou distribuição, copyright ou fabrico, será dada uma data aproximada, colocada entre parênteses retos.
- Regista-se a data da criação de um registo sonoro, vídeo, original de arte, fotografias ou outros itens gráficos, mesmo que não sejam editados.

5ª Zona – Zona da descrição material

- Fonte principal da informação para este tipo de recursos: qualquer fonte. A informação é obtida no próprio recurso, quer esteja explícita ou implícita.
- Língua da descrição: a da agência bibliográfica que está a catalogar o recurso, respeitando as abreviaturas e as nomenclaturas normalizadas.
- Esta zona é composta pelos seguintes elementos:
 - Extensão
 - Outras indicações físicas
 - Dimensões
 - Menção do material acompanhante (facultativo)

. – Extensão : outras indicações físicas ; dimensões do item + material acompanhante. -

□ Extensão

- O primeiro elemento desta zona cita e numera a(s) unidade(s) física(s) que compõe(m) o recurso. O conceito de *extensão* diz respeito à quantidade de unidades físicas e a *designação específica do material* diz respeito ao seu nome concreto (ver esquema comparativo das páginas 84 e 85).

Exemplo:

1 postal

1 cartaz

36 diapositivos

1 cassete vídeo

20 transparências

1 CD

2 DVDs

- Marcas registadas e sistemas técnicos particulares

Nos recursos vídeos e nos filmes, depois da designação específica do tipo de recurso, regista-se entre parênteses curvos um nome comercial ou outra indicação de um sistema técnico determinado, quando a utilização dum registo vídeo está dependente dessa informação.

1 cassete vídeo (Beta)

1 cassete vídeo (U-matic)

1 cassete vídeo (VHS)

▪ Medidas adicionais de extensão

Podem mencionar-se outras medidas adicionais de extensão como o tempo de leitura, o número de folhas, o número de fotogramas, etc.

Esta informação é colocada dentro de parênteses curvos.

Exemplos:

1 cassete vídeo (VHS) (120 min.)

3 bobines (90 min.)

2 CDs (60 min. cada)

5 diafilmes (40 fotogramas)

1 álbum seriado (6 f.)

1 pasta (26 folhas)

▪ *Em relação ao tempo de leitura importa referir o seguinte:*

⇒ Se a indicação do período está referenciada no item, regista-se esse período conforme está indicado:

Exemplo:

1 cassete vídeo (13 min., 30 seg.)

1 cassete vídeo (70 min.)

⇒ Se a indicação do período não está referenciada no item, mas esse período pode ser bem determinado, deve ser registado:

Exemplo:

1 cassete vídeo (40 min.)

⇒ Se a indicação do período não está referenciada no item e não pode ser bem determinado, deve ser registado um tempo aproximado:

Exemplo:

1 cassete vídeo (ca 40 min.)

⇒ Se um item em várias unidades de tempo tem referenciado o mesmo período temporal para cada uma das partes, regista-se o tempo de cada unidade, seguido da palavra *cada*:

Exemplo:

3 bobines (35 min. cada)

⇒ Se um item em várias unidades de tempo tem referenciado os vários períodos de tempo, registam-se esses períodos conforme está escrito:

Exemplo:

3 CDs audio (50, 43, 49 min.)

□ **Outras indicações físicas**

▪ O segundo elemento da 5ª zona é a indicação de outras indicações físicas. Este elemento é precedido do sinal gráfico : .

⇒ No caso dos documentos sonoros as indicações físicas mais relevantes são:

∞ o tipo de gravação (ou seja sistema técnico que codificou o registo sonoro)

Exemplo:

1 disco (20 min.) : analóg.

1 CD (ca 50 min.) : digital

∞ a velocidade de audição. Nos discos analógicos pode referenciar-se a medida em rotações por minuto - *rpm*, e nas bobines analógicas pode indicar-se a medida em centímetros por segundo - *cm/seg*.

Exemplo:

- 1 disco (20 min.) : analóg., 33 $\frac{1}{3}$ rpm
- 1 bobine (40 min.) : analóg., 20 cm/seg.

⇒ No caso dos recursos vídeo e dos filmes, as indicações físicas mais relevantes são as características do som e da cor.

Exemplo:

- 1 cassete vídeo (90 min.) : son., color
- 1 bobine (20 min.) : son., p & b.

⇒ No caso dos materiais gráficos, importa considerar as indicações relacionadas com o material de que é feito o recurso e a indicação da cor.

Exemplo:

- 1 impressão de arte : estampa, color.
- 1 impressão de arte : gravada em cobre
- 1 desenho técnico : fotocópia, azul e branco
- 2 fotografias : negativo
- 1 álbum seriado : face dupla

∞ Relativamente à indicação da cor, para indicar se o recurso gráfico é a cores ou a preto e branco, utiliza-se a abreviatura *color.* ou a abreviatura *p. & b.* Pode ainda indicar-se a cor sépia.

Exemplo:

- 4 cartazes : p. & b.

20 diapositivos : color.

3 fotografias : sépia

□ **Indicação das dimensões**

▪ O terceiro elemento da 5ª zona é a indicação das dimensões do recurso, e este elemento é precedido pelo sinal gráfico ;

▪ A indicação das dimensões pode ser expressa em cm. A regra determina que esta indicação em centímetros é arredondada sempre pelo centímetro superior. No caso dos filmes de 8 mm e 16 mm este arredondamento é feito em milímetros

▪ Para os documentos bidimensionais indica-se: largura x altura

Exemplo:

20 diapositivos : color. ; 7 x 7 cm

1 fotografia : sépia ; 12 x 8 cm

1 gravura : p. & b. ; 18 x 27 cm

▪ Se as medidas dos cartuchos e das cassetes forem diferentes da dimensão padrão, esta medição também é registada.

Exemplo:

1 cassete áudio (ca 30 min.) ; 12 x 7 cm

▪ Se um material gráfico for constituído por uma folha dobrada, registam-se as dimensões da folha desdobrada, seguida da expressão “*dobr. em*” ou “*dobrado em*”, dando-se no final a indicação da dimensão da folha dobrada.

Exemplo:

1 quadro didático : color. ; 48 x 90 cm dobrado em 24 x 15 cm

▪ Nos discos em forma circular, regista-se o diâmetro:

Exemplo:

1 disco (20 min.) : analóg. ; 30 cm

- Nos filmes regista-se a medida padrão (largura) em milímetros (mm)

Exemplo:

1 bobine (15 min.) : son. ; 16 mm

1 filme em loop (2 min. 10 seg.) : color. ; super 8 mm

- Dada a multiplicidade de casos, que variam em função de cada tipo de material, sugerem-se as leituras do ponto 5.3 da ISBD (NBM) ou dos pontos 5.1.5 da ISBD Consolidada.

□ **Indicação de material acompanhante**

- O quarto elemento da 5ª zona é a indicação de material acompanhante e é precedido pelo sinal gráfico + .

- O termo *material acompanhante* designa qualquer parte separada fisicamente do recurso, mas que é publicado juntamente com ele. Este material acompanhante pode estar num suporte diferente do recurso que está a ser catalogado (um recurso eletrónico, vídeo, sonoro etc.) ou pode ser apenas a parte menor de um recurso, como por exemplo um folheto explicativo que acompanha um DVD.

Exemplo:

1 cassete vídeo (VHS) (30 min.) : son., color. + 1 glossário (10 p.)

1 DVD (45 min.) : son., color. + 1 manual de utilizador

2 cassetes video (VHS) (30, 23 min.) : son., color. + 1 cassete audio (12 min.)

- É um elemento facultativo que é usado para caraterizar uma parte fisicamente separável do recurso.

- Existem outras formas catalográficas para referenciar o material acompanhante. Pode fazer-se um registo independente para esse material acompanhante; pode descrever-se numa nota na 7ª zona ou então pode fazer-se uma descrição a vários níveis. Recomenda-se a leitura do ponto 5.4 da ISBD Consolidada.

6ª Zona – Zona da série e recursos monográficos em várias partes

- Quando existem elementos para esta zona a sua sequência e pontuação correspondem aos enunciados na descrição de recursos monográficos impressos.

7ª Zona – Zona das notas

- As notas que constituem a sétima zona da descrição bibliográfica completam e esclarecem os dados da descrição.
- Neste tipo de recursos recorre-se mais frequentemente à zona das notas.
- A sua inscrição deve seguir a sequência das zonas ISBD às quais se referem, e a sua utilização deve ser determinada pela política catalográfica de cada instituição.
- Convém no entanto que a descrição das notas não seja exaustiva para não tornar a descrição demasiado complexa.
- Quando se descreve mais do que uma nota, cada uma delas é registada separadamente. À semelhança da descrição dos recursos impressos, cada nota, quando apresentada seguidamente, é separada da nota seguinte por um ponto, espaço, traço, espaço (. -). Se forem apresentadas em linhas individuais, utiliza-se o ponto, no final de cada nota.
- O quadro seguinte, especifica para cada zona, as notas mais utilizadas na descrição dos recursos vídeo, sonoros e gráficos:

7ª ZONA – ZONA DAS NOTAS

ZONA	NOTAS

<p>1º ZONA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ●Notas relativas à língua da obra, traduções ou adaptações Dobrado em espanhol Adaptado da obra de Júlio Vernes ●Notas relativas à fonte do título próprio, as variantes de título ou títulos transliterados Título retirado do contentor Titulo da capa: O homem de negro ●Notas relativas à natureza, âmbito, forma artística ou finalidade do recurso Comédia em dois actos Documentário ●Notas relativas aos títulos paralelos ou complementos de título ●Notas relativas às menções de responsabilidade. Em relação aos registos sonoros, registam-se os intérpretes e em relação aos registos vídeos ou filmes, registam-se os atores e outras pessoas que contribuíram de forma artística ou técnica, mas que não foram mencionados na menção de responsabilidade (1ª zona). Elenco: Jeremy Irons, John Lone, Barbara Sukowa Narrador: Manuel Antunes Arranjos: Luís Pedro Fonseca, Rão Kyao Adaptação Louis Daquin; música Jean Wiener; som Lucien Legrand Atribuída a Thomas Dekker
<p>2º ZONA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ●Nas notas relativas à menção de edição, explicitam-se as relações do documento descrito com outros documentos ou suas edições e reimpressões. Originalmente publicado em 1965
<p>4ª ZONA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ●Notas relativas a outros editores comerciais ou distribuidores. ●Notas relativas a mudanças da publicação e datas adicionais. Cop. 1954, 1957, 1962, 1968 Distribuído em Espanha pela UNED
<p>5º ZONA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ●Notas relativas às variações no formato ou duração. ●Notas relativas a disponibilidade do documento em formatos alternativos.

	<p>Disponível na versão de 8mm</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Informação adicional relativa à descrição física. O postal está rasgado
6º ZONA	<ul style="list-style-type: none"> ● Nota relativa a alguma informação relativa à série a que o documento pertence.
OUTRAS NOTAS	<ul style="list-style-type: none"> ● Notas relativas ao conteúdo: especificação de títulos individuais, indicação de índices, bibliografias, etc. Contém: O mar ; A terra. ● Notas relativas à disponibilidade do documento. Embalagem para demonstração limitada <ul style="list-style-type: none"> ● Notas ao exemplar em mão Cópia pintada à mão ● Notas fornecendo um sumário ● Notas relativas à audiência Para maiores de 12 anos

8ª Zona – Zona do identificador do recurso e das modalidades de aquisição

▪ Esta zona, a oitava da descrição bibliográfica, é composta pelos seguintes elementos:

- Identificador do recurso
- Modalidades de aquisição

ISBN : Modalidades de aquisição

ISBN 0-525-56142-X : para aluguer

ISBN 0-340-16427-1 : 25 euros

ISBN 978-972-9067-38-9 : grátis para os membros da Associação

Determinação dos cabeçalhos

A determinação dos cabeçalhos para este tipo de publicações é muito semelhante aos princípios adotados para os recursos impressos. Há, no entanto, algumas particularidades que importam considerar:

MATERIAL GRÁFICO:

Fotografias – A entrada principal é feita pelo nome do fotógrafo.

Reprodução de arte – A entrada principal deve ser feita pelo nome do autor original. Contudo, se a reprodução da obra for feita por outro artista (por exemplo uma gravura que reproduz uma pintura), a entrada será feita pelo nome do artista que fez a reprodução.

Cartazes, postais, diapositivos, etc. – devem ter como ponto de acesso principal, o nome de autor pessoa-física ou autor-coletividade.

Se a entidade catalogadora assim o entender, podem ser criados pontos de acesso secundários para outras pessoas e instituições, consideradas relevantes na concepção do recurso.

RECURSO VÍDEO:

Por norma, nos recursos vídeo, a entrada principal é feita pelo título do exemplar que se está a catalogar.

Podem e devem fazer-se entradas secundárias para pessoas ou entidades com responsabilidade no recurso, como os realizadores, os produtores, os argumentistas, os sonoplastas, etc., etc.

Podem ainda criar-se entradas secundárias para o elenco, que normalmente é referido na 7ª zona, numa nota relativa às menções de responsabilidade.

O critério da criação das entradas secundárias nos recursos vídeo fica a cargo da agência catalogadora. Cada biblioteca, em função da sua tipologia, do seu acervo e dos seus utilizadores, define a criação destes pontos de acesso.

RECURSO SONORO:

Enquadram-se na tipologia destes recursos, as gravações de música (dita popular ou erudita), as gravações de discursos políticos, de entrevistas, ensino de línguas, “livros falados”, etc.

Por regra, a entrada principal deste tipo de documentos é feita pelo responsável intelectual e artístico da obra: compositor e/ou intérprete.

Exemplos:

1 - The rhythm of the saints / Paul Simon

Cabeçalho: SIMON, Paul

2 - A cor da fogueira / Mafalda Veiga

Cabeçalho: VEIGA, Mafalda

3 - Sinfonia no 4 em Mi bemol maior : romântica / Anton Bruckner ; Orquestra Sinfónica da Rádio Austríaca

Cabeçalho: Bruckner, Anton, 1824-1896, compos.

Entrada secundária: Orquestra Sinfónica da Rádio Austríaca

Nas gravações de som, cujo conteúdo seja falado e não cantado ou tocado (poesia, palestras, discursos), a entrada é feita pelo autor da poesia, das palestras ou do discurso.

Exemplo:

Ode marítima / Álvaro de Campos; poesias lidas por João Grosso

Cabeçalho: PESSOA, Fernando, 1888-1935

Entrada secundária: GROSSO, João

Exemplos

Tipologia do material – [Registo sonoro]

Definição – Registo de som, sem acompanhamento de imagens.

Exemplo nº 1

BOMTEMPO, João Domingos, 1775-1842

Concerto nº 2 e nº 4 para piano e orquestra / Bomtempo. – [Lisboa] : Portugalsom, 1988. – 1 CD audio (51 min., 23 seg.) : stereo

Pianista: Nella Maissa.

Orquestra Sinfónica de Nurenberg, sob a direcção de Klauspeter Seibel.

I-Tit.

Poder-se-á também fazer entradas secundárias pelos nomes referidos na zona das notas.

Exemplo nº 2

FADOS PORTUGUESES

Fados portugueses / selec. de David Ferreira. – Braga : Escola Secundária, 1987. –
1 cassete (60 min.)

I-Tit.

II- FERREIRA, David, sel.

Exemplo nº 3

GRUPO CORAL E INSTRUMENTAL DE ALVALADE

Grupo coral e instrumental de Alvalade. – Sacavém : Dualsom, 1992. – 1 disco : 45
rpm, stereo ; 18 cm.

Contém: lado A: Uma roseira enxertada; Cravos, camélias e rosas. Lado B: Levantou-
se o povo inteiro; Menina do fogareiro

Exemplo nº 4

SIMON, Paul

Graceland / Paul Simon. – [New York?] : Warner Bros. Records, 1986. – 1 CD (ca 40
min.) : stereo

Contém: The boy in the bubble ; Graceland ; I know what I know...

Etiqueta de Warner Bros 7599-25447-2

I-Tit.

Tipologia do material – [Registo vídeo]

Definição – Registo de imagens, geralmente em movimento e com acompanhamento de som, destinadas a ser visionadas através de um aparelho de televisão ou outro dispositivo eletrónico.

Exemplo nº 1

OS PINGUINS

Os pinguins : uma família a defender / National Geographic Society. – Lisboa : Lusomundo, 1991. – 1 cassete vídeo (VHS) (ca 180 min.) : color.

I- National Geographic Society

Exemplo nº 2

PORQUE MORREMOS

Porque morremos? / realizado por John Basset, Nancy Archibald, Heather Cook. – São João da Madeira : Ecofilme [distrib.], 1990. – 1 cassete vídeo (VHS) (52 min.) : color. – (Planeta terra; 7)

Vídeo documental.

Locução em português.

Para maiores de 12 anos.

- I- BASSET, John, real.
- II- ACHIBALD, Nancy, real.
- III- COOK, Heather, real.

Exemplo nº 3

INDIANA JONES E O TEMPLO PERDIDO

Indiana Jones e o templo perdido / real. Steven Spielberg. – [S.l.] : Edivideo, cop. 1987. – 1 cassete video (VHS) (ca 118 min.) : color. – Elenco : Harrison Ford, Kate Capshaw. – Maiores de 12 anos

- I- SPIELBERG, Steven, 1964-
- II- FORD, Harrison, elenco
- III- CAPSHAW, Kate, elenco

Tipologia do material – Imagem estática

Definição – São imagens bidimensionais (individuais ou formando um conjunto), produzidas na sua forma original pela técnica de desenho, pintura ou fotografia.

Exemplo nº 1 – Postal ilustrado

IDÍLIO NA FONTE

Idílio na fonte = Idyll at the fountain. – Porto : Lifer, [194-]. – 1 postal ilustrado : color.; 8 x 12 cm. – (Imagens do Minho). - Data manuscrita: 20/7/1949

Exemplo nº 2 – Diapositivos

SANTOS, Henrique

Casa alentejana / Henrique Santos. – Lisboa : [s.n.], 1970. – 24 diapositivos : color. ; 5 x 5 cm.

I-Tit.

Exemplo nº 3 – Diapositivos

PORTUGAL. Instituto de Tecnologia Educativa. Grupo de trabalho para o Ensino da Biologia

Grandes ecossistemas terrestres : diapositivos de inquérito com guia de professor / Instituto de Tecnologia Educativa, Grupo de trabalho para o Ensino da Biologia. – Lisboa : I.T.E., 1981. – 12 diapositivos : color. ; 35 x 25cm + 1 brochura com 25 p. – (Sequência F)

I-Tit.

Exemplo nº 4 – Cartaz

LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO

Ajude : precisamos de si! / Liga portuguesa contra o cancro. – Lisboa : L.P.C.C., [198-]. – 1 cartaz : color. ; 64 x 25 cm

I-Tit.

Exemplo nº 5 – Reprodução de obra de arte

PAISAGEM FANTÁSTICA

[Paisagem fantástica]. – Lisboa : C. Rodrigues, D.L. 1988. – 1 reprodução de arte : color ; 64 x 25 cm

Reprodução de uma pintura não assinada.

Paisagem fantástica, com sugestão de figura humana.

Bibliografia

IFLA- *Descrição bibliográfica internacional normalizada*. Trad. e rev. técnica de Rosa Maria Galvão, Margarida Lopes. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012. 356 p. ISBN 978-972-565-479-8

IFLA. *Descripción bibliográfica internacional normalizada (ISBD)* [Em linha] : *edición preliminar consolidada*. [Madrid] : Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em: http://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD_consolidated_2007_es.pdf

IFLA - ISBD(NBM) [Em linha] : International standard bibliographic description for non-book materials. München: K. G. Saur, 1987. Disponível em: http://www.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBDNBM_sept28_04.pdf

SOTTOMAYOR, José Carlos - *Regras de catalogação : descrição e acesso de recursos bibliográficos nas bibliotecas de língua portuguesa*. Lisboa : BAD- Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2008, XVI, 1075 p. ISBN: 978-972-9067-38-0

CAPÍTULO 5 – DESCRIÇÃO DE RECURSOS ELETRÔNICOS



CAPÍTULO 5 – DESCRIÇÃO DE RECURSOS ELETRÓNICOS

Nos últimos anos, tem-se assistido ao aumento considerável da comunicação académica e científica em formato eletrónico. Destacamos, as versões digitais das dissertações e teses de mestrado e doutoramento, os repositórios institucionais, as versões eletrónicas das publicações em série académicas e profissionais, as atas de congressos e seminários e a publicação de recursos editados apenas em formato digital.

Há já um número substancial de editoras que colocam no mercado editorial versões digitais de monografias (e-books, epub, etc.), e na própria Web existem numerosos recursos de referência, com valor informativo que são uma mais-valia para os utilizadores.

As bibliotecas começaram, já há alguns anos a integrar nas suas coleções documentos em outros formatos que não as tradicionais monografias e publicações periódicas impressas. Inicialmente foram os registos sonoros, vídeos e gráficos e mais recentemente começaram a integrar alguns recursos eletrónicos, como os CD-ROMs, os DVDs e as publicações em série em formato eletrónico.

Neste campo, ainda há um longo caminho a percorrer, porque, como veremos mais adiante, há todo um vasto conjunto de documentos eletrónicos e recursos contínuos que contêm grande volume de informação e é necessário que sejam gradualmente integrados nos acervos das bibliotecas.

Os recursos eletrónicos não são fáceis de catalogar, pela dificuldade em encontrar nas fontes de informação prescrita, os elementos para a sua descrição. São também recursos perecíveis e, pelo facto de muitos deles serem contínuos, estão sujeitos a frequentes atualizações.

A necessidade de normalizar a descrição bibliográfica para este tipo de documentos data já de algumas décadas.

A ISBD (NBM) foi a primeira norma da IFLA a introduzir a questão dos ficheiros e dados do computador e a usar a designação geral de documentos legíveis por máquina.

No entanto, as particularidades da descrição deste tipo de material, levaram a IFLA em 1981 a propor a criação de uma ISBD específica.

Em 1988 surgiu a ISBD (CF) que designou estes materiais por ficheiros de computador (computer files).

Em 1997 o termo ficheiro de computador foi substituído pela designação de documento eletrónico.

A designação “**documento eletrónico**” é um termo mais amplo, que permite identificar tanto os produtos como os conceitos associados às tecnologias informáticas.

A *ISBD (ER) – International Standard Bibliographic Description (Electronic Resources)*, que veio substituir a ISBD (CF), foi a norma publicada pela IFLA para a descrição bibliográfica dos recursos eletrónicos.

À semelhança das outras ISBDs, a ISBD (ER) estabelece e ordena os elementos da descrição deste tipo de publicações, e prescreve também um sistema adequado de pontuação para separar os elementos e as zonas ISBD.

A Norma Internacional para a Descrição Bibliográfica dos Documentos Electrónicos – ISBD (ER), é aplicada sobre os recursos eletrónicos, entendendo-se estes como os documentos (dados e/ou programas) legíveis por computador, incluindo aqueles que requerem o uso de um periférico.

Existem também um conjunto de recursos, que se designou de recursos contínuos, que podem ser simultaneamente recursos eletrónicos. Os recursos contínuos integram as publicações em série (impressas e em formato eletrónico) e os recursos integrantes, que podem também estar em formato eletrónico (páginas Web, etc.).

Os recursos contínuos serão objeto de descrição e estudo no próximo tema (tema 6).

RECURSOS ELETRÓNICOS

Os recursos eletrónicos são recursos que são geridos por computador, podendo ainda requerer o uso de um periférico, como um leitor de CD-ROM. Consideram-se como recursos electrónicos os:

DADOS – Informação representando números, texto, gráficos, imagens, mapas, imagens em movimento, música, som, etc.

PROGRAMAS – Informação contida em sistemas utilitários com instruções ou rotinas para o desempenho de certas tarefas, incluindo o processamento de dados.

DADOS E PROGRAMAS- Conjugação de dados e programas, como os serviços em linha ou os multimédia interativos.

Durante muito tempo, estas designações foram muito importantes na descrição, pela sua relação direta com o preenchimento da 3ª zona ISBD– Zona específica do material ou tipo do recurso.

Esta zona era, até há pouco tempo, uma zona obrigatória na descrição dos recursos eletrónicos.

O preenchimento da 3ª zona neste tipo de documentos foi introduzido na edição das AACR2 de 1988 e já parece mencionado na ISBD (CF).

As designações: *dados*, *programas* e *dados e programas*, mantiveram-se em todas as edições da AACR2 até 2002.

Por sua vez, a ISBD (ER), na sua edição de 1997, apresenta uma longa lista de designações que se podiam incluir nesta zona da descrição. Este documento refere entre outras designações: dados, dados numéricos, dados textuais, programa CAD, Programa de sistema operativo, jogo interativo, etc., etc.

Atualmente, de acordo com a ISBD Consolidada, a 3ª zona já não é preenchida na catalogação dos recursos eletrónicos¹¹.

De acordo com este documento, a 3ª zona ISBD é apenas utilizada para indicar alguns aspetos da descrição dos recursos cartográficos (dados numéricos), dos recursos musicais impressos e das publicações em série (numeração).

A ACESSIBILIDADE NOS RECURSOS ELETRÓNICOS

A acessibilidade dos recursos eletrónicos é um outro aspeto muito importante na catalogação, pois são as diferentes formas de acessibilidade ao documento, que determinam alguns aspetos da descrição bibliográfica.

Quanto à **acessibilidade**, os documentos eletrónicos são tratados de formas distintas (em algumas zonas e elementos da descrição), conforme o acesso seja local ou remoto.

- Por **acesso local**, consideram-se os documentos que possuem um suporte físico que pode ser descrito e que é inserido num computador ou num periférico a ele associado (disquete, disco ótico (CD-ROM, DVD).
- Num documento de **acesso remoto** não existe um suporte físico manuseável e o utilizador não pode manipular o suporte. O acesso, só pode ser feito através da utilização de um dispositivo de entrada/saída (páginas Web, diretórios de bibliotecas, bases de dados, publicações em série, listas de discussão, etc.).
- A questão da acessibilidade é determinante para a descrição bibliográfica destes registos, nomeadamente na informação a colocar nas 5ª e 7ª zonas ISBD.

¹¹ O preenchimento da 3ª zona foi eliminado. Pode consultar o anexo A para obter informação sobre esta zona ISBD.

FONTES DE INFORMAÇÃO

▪ A principal fonte de informação dos documentos eletrónicos é o próprio documento, devendo, no entanto, preferirem-se as fontes internas do recurso em detrimento das fontes externas.

Consideram-se como **fontes internas**:

- Ecrã de título
- Menu principal
- Ficheiro principal
- Página de acolhimento
- Ou outra informação apresentada de forma destacada

Consideram-se como **fontes externas**:

- Etiquetas afixadas ou impressas no suporte físico do documento
 - Documentação, invólucro ou outros materiais acompanhantes
 - Qualquer outra descrição mencionada no documento
- Quando o recurso que está a descrever-se é composto por duas ou mais unidades físicas separadas, (por exemplo um documento multimédia interativo que contém um CD-ROM e um DVD), e cada parte tem as suas próprias fontes de informação, considera-se o elemento unificador, (a “caixa”, invólucro ou etiquetas afixadas), como a fonte principal de informação.
- Se as fontes anteriormente mencionadas, não proporcionarem a informação necessária para a descrição, pode recorrer-se a outras fontes de informação, como referências ao documento em bases de dados bibliográficas e em recensões.

LÍNGUA DA DESCRIÇÃO

- Nas Zonas 1, 2, 4 e 6 – A transcrição é feita na língua original do próprio documento, exceto na designação genérica do tipo de recurso.
- Nas Zonas 5, 7 e 8 – A transcrição é feita na língua da agência catalográfica, exceto nas transcrições, como por exemplo quando se referencia em notas, o nome do título original (Tit. orig.).

OUTROS ASPETOS

- Alguns documentos eletrónicos podem partilhar na catalogação características com outro tipo de recursos. Nestas situações, deverão ter-se em atenção as particularidades dos vários recursos mencionados na ISBD Consolidada ou então consultar as respetivas ISBDs¹². A título de exemplo, na catalogação de publicações em série em formato eletrónico, poderá ser necessário consultar a ISBD (CR), onde estão indicados os aspetos particulares da descrição destes recursos.
- Atualmente os recursos eletrónicos aparecem cada vez com maior frequência em diferentes edições. Considera-se uma nova edição, quando se verificou existirem diferenças significativas no conteúdo intelectual e artístico do recurso. Nestes casos, deve elaborar-se um novo registo bibliográfico. As diferenças pouco significativas, não justificam a criação de um novo registo, a não ser que tal esteja determinado nos procedimentos da biblioteca. Não optando por criar um registo à parte, a 2ª zona ISBD omite-se e dá-se esta indicação na 7ª zona (Ver ponto A.2.2 da ISBD Consolidada).

¹² A consulta da ISBD Consolidada é preferencial, mas dada a complexidade da catalogação destes recursos pode consultar-se a ISBD específica.

Zonas para a descrição deste tipo de publicações

1ª Zona – Zona do título e menção de responsabilidade

2ª Zona – Zona da edição

4ª Zona – Zona da publicação, produção, distribuição, etc.

5ª Zona – Zona da descrição material

6ª Zona – Zona da série e recursos monográficos em várias partes

7ª Zona – Zona das notas

8ª Zona – Zona do identificador do recurso e das modalidades e aquisição

1ª Zona – Zona do título e menção de responsabilidade

- Fonte principal da informação para estes registos: fontes internas, etiquetas do suporte físico, documentação, caixas ou outros materiais acompanhantes.
- Língua da descrição: a dos elementos que surgem na própria publicação.
- Esta zona é composta pelos seguintes elementos:
 - Título próprio
 - Título paralelo (precedido do sinal gráfico =)
 - Outra informação de título (precedido do sinal gráfico :)
 - Menção de responsabilidade (precedido do sinal gráfico /)
 - Outras menções de responsabilidade (precedido do sinal gráfico ;)

--

Título próprio = Título paralelo : informação de outro título / Menção de responsabilidade ; outras menções de responsabilidade. –

□ **Título próprio:**

- É o primeiro elemento da descrição bibliográfica, mesmo quando precedido na fonte prescrita de informação por indicação de responsabilidade, de edição, de série, de publicação ou outros elementos que não a informação do título.
- É transcrito tal como aparece na fonte prescrita de informação, mas sem necessidade de respeitar a pontuação e as maiúsculas.
- O título próprio pode ter as mesmas formas que os outros tipos de recursos. Pode por exemplo, indicar o conteúdo intelectual e artístico do recurso, pode consistir no nome de uma pessoa ou coletividade, pode incluir menções de responsabilidade, iniciais, acrónimos, etc.
- É frequente, sobretudo nos documentos eletrónicos de acesso remoto, encontrar recursos com mais do que um título próprio e por isso é necessário eleger um, em detrimento de todos os outros. De acordo com a ISBD Consolidada (ponto 1.1.4.1.1), a escolha é feita em função da tipografia dos títulos na fonte de informação prescrita. Se não existir distinção tipográfica, segue-se a sequência dos títulos na fonte de informação prescrita. Quando o relevo tipográfico ou a sequência não proporcionarem a base para uma escolha clara, elege-se o título mais completo.
- É obrigatório referir em notas a fonte do título próprio (ou seja, é obrigatório indicar em zona de notas o “lugar” de onde é extraído o título).

Exemplos:

Tit. obtido do contentor

Tit. obtido do ecrã do título

Tit. retirado da página de acolhimento

Título paralelo

- Os títulos paralelos são considerados títulos próprios noutra língua.
- É o segundo elemento da descrição bibliográfica e é precedido pelo sinal gráfico = .
- Quando na fonte prescrita de informação aparecerem títulos paralelos (o mesmo título em várias línguas), escolhe-se como título próprio, o título que coincide com a língua do conteúdo do recurso, que normalmente é o primeiro da sequência. Quando não se pode aplicar este critério, (por exemplo, porque o recurso se apresenta de forma idêntica em duas ou mais línguas), a escolha recai sobre o primeiro dos títulos apresentados sequencialmente.
- Cada entidade catalogadora deve definir se inclui todos os títulos paralelos ou se estabelece um limite para a descrição.
- A ISBD Consolidada (ponto 1.2.2.) refere que os títulos paralelos devem incluir-se quando são necessários para a identificação do recurso ou porque se consideram importantes para os utilizadores do catálogo.

Exemplo:

A porta do Oriente = La porta d'Oriente

La Suisse vue à vol d'oiseau = La Svizzera a volo d'ucello = A bird's eye view of Switzerland

- Se a entidade catalogadora assim o entender, podem fazer-se entradas secundárias para os restantes títulos paralelos

Outra informação de título

- A outra informação de título é o 3º elemento desta zona e é precedido do sinal gráfico : .

- A outra informação de título, está subordinada ao título próprio e/ou títulos paralelos.
- Cada informação de outro título é transcrita respeitando a ordem de sucessão ou o relevo tipográfico.

Exemplo:

O universo : o sistema solar

- Os princípios da determinação da informação de outro título são semelhantes aos prescritos para a catalogação dos recursos impressos.

□ **Menção de responsabilidade**

- É o 4º elemento da zona de título e da indicação de responsabilidade, e segue em termos genéricos as regras estipuladas para a descrição das monografias.

- Refere-se a qualquer entidade (pessoa ou coletividade) responsável por, ou tendo contribuído para o conteúdo intelectual ou artístico de uma obra contida no recurso a descrever. Pode também ser o responsável pela sua realização.

- A indicação de responsabilidade pode dizer respeito a entidades como: escritores, programadores, gráficos, compositores, realizadores, produtores, web designers, responsáveis pelo desenvolvimento dos conteúdos, etc.

- Qualquer entidade e/ou pessoa física com uma participação menor (por exemplo um consultor histórico), desde que mencionado na fonte prescrita de informação, pode também ser considerado um elemento a descrever na menção de responsabilidade.

- Podem também registar-se algumas menções de responsabilidade na zona das notas- 7ª zona.

Exemplo:

Os répteis / Maria José Araújo

Notas: Guia do utilizador: António Bidarra.

2ª Zona – Zona da edição

- Fonte principal da informação para os documentos eletrónicos: fontes internas, etiquetas do suporte físico, documentação, caixas ou outros materiais acompanhantes.

- Língua da descrição: a dos elementos que surgem na própria publicação.

- Esta zona é composta pelos seguintes elementos:
 - Menção de edição
 - Menção paralela da edição (=)
 - Menções de responsabilidade relativas à edição (/)
 - Outra menção de edição (;)

Exemplo:

Menção de edição = Menção paralela de edição

Menção de edição / Menção de responsabilidade

Menção de edição / Menção de responsabilidade ; menção de responsabilidade

Menção de edição , outra menção de edição.

▪ Optou-se apenas, por apresentar explicações relativas ao primeiro elemento desta zona: a menção da edição.

▪ Há uma nova edição quando se verificam alterações significativas no conteúdo intelectual ou artístico de um documento, quer o documento contenha ou não

referência a esse facto. Estas alterações incluem adições e supressões de conteúdo, diferenças de linguagens de programação e modificações no sistema operativo.

- Uma atualização não constitui uma nova edição. Deve dar-se apenas a indicação em notas, da alteração ou atualização produzida.
- No caso de dúvida sobre se uma menção constitui ou não uma menção de edição, pode considerar-se a presença de palavras como “edição”, “publicado”, “versão”, “nível” (ou os seus equivalentes noutras línguas), como o sinal de que essa informação é uma menção de edição, e como tal deve ser descrita.

Exemplo:

- Versão 1.2
 - 2ª ed. rev.
 - Interactive ed.
 - Version 2.4
-
- No entanto, os termos anteriores nem sempre são garantia de que o recurso que está a ser catalogado é uma nova edição. Quando não é possível ter a certeza, é preferível omitir esta zona ISBD.

4ª Zona – Zona da publicação, produção, distribuição, etc.

▪ Fonte principal da informação para os documentos eletrónicos: fontes internas, etiquetas do suporte físico, documentação, caixas ou outros materiais acompanhantes.

▪ Língua da descrição: a dos elementos que surgem na própria publicação.

▪ Todos os documentos eletrónicos de acesso local ou remoto são considerados publicados.

▪Nesta zona ISBD, as regras para a descrição são idênticas aos restantes recursos, aplicando-se os mesmos critérios. Não consideramos aqui as publicações periódicas em formato eletrónico, pois as particularidades da descrição destes recursos serão objeto de estudo no Tema 6.

▪Convém referir que nem sempre é fácil determinar e localizar no recurso os elementos desta zona da descrição.

▪As menções da publicação e distribuição para este tipo de material seguem em termos genéricos, as regras estipuladas para as monografias.

▪ Comportam os seguintes elementos:

- Local de publicação
- Nome do editor
- Indicação da função do distribuidor
- Datas de publicação
- Local de impressão
- Nome do impressor
- Datas de impressão

▪ Para simplificação deste tipo de descrição consideramos apenas importantes que sejam referenciados os seguintes elementos:

. - Local de edição e/ou distribuição : nome do editor e/ou distribuição, data e/ou distribuição. -

Local de publicação e de distribuição

- O local de publicação é o local (cidade ou localidade) onde o recurso foi publicado ou distribuído.

Nome do editor e de distribuição

- Se aparecerem vários editores na fonte prescrita de informação, escolhe-se o que tem maior relevância visual ou tipográfica ou o que aparece em primeiro lugar.

Datas de publicação

- O quarto elemento desta zona é a data da publicação e/ou distribuição.
- Quando um documento eletrônico é de acesso remoto (em linha), por vezes pode apresentar-se com indicação de ano, mês e dia. Quando isto ocorre, regista-se o ano nesta zona e as restantes datas (mês e dia) na 7ª zona – Zona das notas.
- Quando não for possível atribuir qualquer data de publicação ou distribuição, copyright ou fabrico, será dada uma data aproximada, colocada entre parênteses retos. As regras da descrição são idênticas aos restantes recursos.

5ª Zona – Zona da descrição material

- Fonte principal da informação para os documentos eletrónicos: qualquer fonte.
- Língua da descrição: a da agência bibliográfica, respeitando as abreviaturas e as nomenclaturas normalizadas.
- Esta zona é composta pelos seguintes elementos:

- Extensão
- Outras indicações físicas
- Dimensões
- Menção do material acompanhante

. – Extensão e designação específica do material : outras indicações físicas ;
dimensões do item + material acompanhante. –

▪ As regras enunciadas na 5ª zona, por norma não se aplicam aos documentos em acesso remoto. No entanto, a extensão do recurso pode ser dada, quando a informação é conhecida e considerada importante para os utilizadores do catálogo.

- Pode indicar-se a medida total do arquivo, utilizando os termos bytes, kilobytes, megabytes, etc. A dar-se esta indicação, esta é colocada entre parênteses curvos.
- Podem também indicar-se o número de páginas em documentos de acesso remoto que estão paginados, como é o caso de alguns documentos em PDF.
- Pode também indicar-se que se trata de uma página web.

□ Extensão

- O primeiro elemento desta zona cita e numera a(s) unidade(s) física(s) que compõe(m) o recurso e acrescenta outras medidas do recurso quando necessário.
- É aqui que se **identifica a** classe específica de material onde está contido o recurso, ou seja, identifica-se o suporte que contém a informação: disquete, DVD, CD-ROM, etc.

- É dada na língua da agência bibliográfica e a nomenclatura usada não está normalizada. Cada biblioteca deve definir um conjunto de termos (dentro dos possíveis) e referenciá-los sempre da mesma forma.

- O **número** de unidades físicas é dado antes da indicação específica do tipo de material.

- 4 disquetes
- 1 DVD
- 1 CD-ROM
- 2 CDs
- 1 bobine para computador
- 1 disco óptico (CD-ROM)

Outras indicações físicas

- O segundo elemento da 5ª zona é a indicação de outras indicações físicas e este elemento é precedido do sinal gráfico : .

- Se o recurso especifica que tem som, regista-se essa especificidade. Os requisitos necessários para a produção de som são registados em nota: “Requisitos do sistema:”

Exemplo:

1 DVD : son.

- Se o recurso especifica que tem duas ou mais cores, regista-se essa especificidade. Os requisitos necessários para a produção da cor são registados em nota: Requisitos do sistema:

Exemplo:

1 DVD : son., color.

Indicação das dimensões

- O terceiro elemento da 5ª zona é a indicação das dimensões, é precedido pelo sinal gráfico ;
- As dimensões podem ser expressas em centímetros, sempre arredondado pelo cm superior.
- A principal dimensão a descrever é a do próprio recurso, independentemente das dimensões externas do invólucro que o acompanha.
- No entanto, o ponto 5.3.1.3 da ISBD Consolidada prevê também a indicação das dimensões do invólucro para os recursos publicados desta forma. A norma aconselha a utilização da palavra caixa/invólucro (ou outra palavra equivalente) a acompanhar a indicação dessas dimensões.

□ **Indicação de material acompanhante**

- O quarto elemento da 5ª zona é a indicação de material acompanhante e é precedido pelo sinal gráfico + .
- Depois da palavra ou frase que caracteriza o material acompanhante, pode elaborar-se uma breve descrição física deste material. A descrição é feita respeitando a ordem e pontuação dos elementos da 5ª zona, sendo colocada dentro de parênteses curvos.

Exemplo:

- 1 DVD : son., color. + 1 guia do utilizador (23 p.)
- 2 CD-ROMs : son., color. + 1 manual (10 p. : il. ; 30 cm)

6ª Zona – Zona da série e recursos monográficos em várias partes

- A 6ª zona da descrição bibliográfica utiliza-se quando o recurso eletrónico está publicado numa série ou subsérie.

- Fonte principal da informação para os documentos eletrónicos:
 - Acesso local: fontes internas, etiquetas do suporte físico, documentação, caixas ou outros materiais acompanhantes, etc..

 - Acesso remoto: título de ecrã, menu principal, menções do programa ou outra informação identificativa que apareça destacada.

- Língua da descrição: a dos elementos que surgem na própria publicação.

- Esta zona é composta pelos seguintes elementos:
 - Título próprio da série ou recurso monográfico em várias partes
 - Título paralelo da série ou recurso monográfico em várias partes
 - Outra informação de título de uma série ou recurso monográfico em várias partes
 - Menções de responsabilidade da série
 - ISSN
 - Número de volume

- A menção da série ou recurso monográfico em várias partes é dada entre parênteses curvos ().

- Quando existem elementos para esta zona, a sua sequência e pontuação corresponde à catalogação dos recursos impressos.

7ª Zona – Zona das notas

- As notas que constituem a 7ª zona da descrição bibliográfica, completam e esclarecem os dados da descrição.
- Para os documentos eletrónicos existem notas de carácter obrigatório e notas de carácter facultativo.

NOTAS OBRIGATÓRIAS:

1. Nota obrigatória para documentos eletrónicos de acesso local: **requisitos do sistema**
2. Nota obrigatória para documentos eletrónicos de acesso remoto: **modo de acesso**
3. Nota obrigatória para todos os recursos eletrónicos: **informação de onde é retirado o título próprio.**

1 - Nota obrigatória para documentos eletrónicos de acesso local - Nota sobre os requisitos do sistema

- É a primeira nota a ser descrita na 7ª zona.
- A nota é iniciada com o termo **Requisitos do sistema** : seguido das características descritas no próprio recurso. Inclui informação sobre a marca, o modelo ou nome da máquina, a capacidade de memória necessária, o nome do sistema operativo necessário para poder ler o programa, as características do *software*, os periféricos, etc.
- Esta nota é importante, porque dá informação ao utilizador das características técnicas que o computador tem que possuir para que o documento possa ser lido.

- Todas as características, exceto a primeira, devem ser antecedidas de ponto e vírgula.

Exemplo:

. - Requisitos do sistema: 16 Mb de RAM; Placa gráfica SVGA (milhares de cores 640x480); Placa de som (16 bit). –

. – Requisitos do sistema : 18 Mb de Ram; Internet Explorer 5.0 ou superior; CD-ROM 4x; placa gráfica; monitor; rato

2 - Nota obrigatória para documentos eletrónicos de acesso remoto - Notas sobre o modo de acesso

- Por regra é a primeira nota a ser descrita, mas se o documento *excepcionalmente* tiver a indicação dos requisitos do sistema, esta será referenciada em primeiro lugar.
- Esta nota é precedida pela expressão: *Modo de acesso:*

Exemplo:

. - Modo de acesso: FTP via Internet

. – Modo de acesso: World Wide Web

. – Modo de acesso: Internet

- Apesar da ISBD (ER), em alguns exemplos, incluir a direção eletrónica do recurso, atualmente apenas se inclui o tipo de acesso. O endereço não se regista.

3- Nota obrigatória para todos os recursos eletrónicos - Informação de onde é retirado o título próprio

- Esta nota é obrigatória tanto para os documentos de acesso remoto como para os de acesso local.

Esta nota informa o utilizador do “lugar” de onde foi retirada a informação do título próprio.

Exemplo:

Tit. obtido do contentor

Tit. atribuído pelo catalogador

Tit. da página inicial

Tit. obtido do ecrã do título

Tit. retirado da página de acolhimento

▪ **Outros tipos de notas:**

⇒ Notas sobre a língua e a escrita (língua da obra, traduções ou adaptações):

Exemplo:

Obra bilingue

⇒ Notas sobre as variantes de título:

Exemplo:

Segundo tit. do ecran: La adoración de los pastores

⇒ Notas sobre a natureza, âmbito, forma artística ou finalidade do documento:

Exemplo:

Documentário

Destinado aos trabalhadores dos CTT

⇒ Notas sobre os títulos paralelos e informações de outro título:

Exemplo:

No contentor aparece também como informação de outro título: relatório anual de 2003

⇒ Notas sobre as menções de responsabilidade que não tenham lugar na 1ª zona:

Exemplo:

Guia do utilizador: Richard Strauss

⇒ Notas sobre a menção de edição (alterações menores, história da própria edição, algumas datas consideradas importantes para a apreensão do conteúdo, relações do documento descrito com outros documentos):

Exemplo:

Realizado originalmente em 1995

⇒ Notas sobre informação adicional sobre o tipo de extensão dos recursos:

Exemplo:

Extensão máxima de cada registo: 2000 bytes

⇒ Notas relativas à 4ª zona (outros editores, datas não registadas na zona 4):

Exemplo:

Em Portugal distribuído pela Livraria Portugal

⇒ Notas relativas à descrição física (alguma informação adicional):

Exemplo:

Apresentação no ecrã em verde, amarelo e vermelho

Nota relativa à série a que o documento pertence:

Exemplo:

A primeira versão foi publicada na coleção: À descoberta do universo

⇒ Notas de conteúdo:

Exemplo:

Contém: Lado 1: Somos meninos do mundo; Lado 2: Meninos de todas as cores

Contém: Aqui em Évora / Manuel Silva; Barco Negro em Goa / Tiago Pereira; A África revisitada / Ana Costa e José Fontes

⇒ Notas relativas a dissertações ou teses:

Exemplo:

Tese de Doutoramento em Linguística, apresentada à Universidade Nova de Lisboa

⇒ Notas relativas ao uso/audiência:

Exemplo:

Maiores de 12 anos

⇒ Resumo:

Exemplo:

O estuário do Rio Sado, suas características e localização geográfica. O impacto da flora e da fauna nas atividades económicas da região.

8ª Zona – Zona do identificador do recurso e das modalidades de aquisição

- Fonte principal da informação para os documentos eletrónicos: fontes internas, etiquetas do suporte físico, documentação, caixas ou outros materiais acompanhantes.
- Língua da descrição: a da agência bibliográfica, respeitando as abreviaturas e as nomenclaturas normalizadas.
- Regista-se o ISBN ou ISSN.
- Pode registar-se o título chave, se o documento a ser descrito for uma publicação em série em formato eletrónico.
- As modalidades de aquisição e/ou preço são facultativas.

Exemplo:

ISBN 0-87490-399-8 : 35 euros

ISSN 0021-8871 = Journal of applied chemistry : oferta

EXEMPLOS

Documentos de acesso local

Exemplo nº 1

HISTÓRIA DA FOTOGRAFIA

História da fotografia : 1840-1960 / ed. Marcos Lepíscopo, Thales Trigo. – São Paulo : Senac, 1997. – 1 CD-ROM : color.

Requisitos do sistema: Windows 95; 16 Mb RAM; Super VGA 640x480, milhares de cores

Tit. retirado do contentor.

Ed. trilingue: português, inglês e castelhano.

- I- LEPÍSCOPO, Marcos, ed.
- II- TRIGO, Thales, ed.

Exemplo nº 2

CASTRO, Ana

On possessives in portuguese / Ana Castro. – Lisboa : [s.n.], 2006. – 1 disco óptico (CD-ROM). – Requisitos do sistema: Acrobat reader; 1, 29 MB de memória livre, leitor de CD-ROM. - Tit. retirado da pag. de título da tese. – Tese de doutoramento em Linguística, apresentada à Universidade Nova de Lisboa

- I- Tit.

Exemplo nº 3

SEQUEIRA, Rosa Maria, 1958-

O mito de Don Juan nos países do mediterrâneo / Rosa Maria Sequeira. - Dados. - Lisboa : Universidade Aberta, cop. 2003. - 1 disco óptico (CD-ROM). . - Requisitos do sistema: PC compatível Pentium I 166 Mhz; 32 MB RAM; Placa de Som; MS Internet Explorer 6.0/Netscape 6.0. . – Tit. retirado do ecrã
ISBN 972-674-420-2 : Oferta

I- Tit.

Exemplo nº 4

COLÓQUIO LITERATURA E HISTÓRIA PARA UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR,
Lisboa, 2003

Literatura e história para uma prática interdisciplinar : actas / [do] Colóquio.....; Departamento de Língua e Cultura Portuguesas, Departamento de Ciências Humanas e Sociais. - Lisboa : Universidade Aberta, 2003. - 1 CD-ROM. – Requisitos do sistema: PC compatível Pentium I 166 Mhz; 32 MB RAM; Placa de som; MS Internet Explorer 6.0/Netscape 6.0. – Título retirado do ecrã

ISBN 972-674-414-8

- I- UNIVERSIDADE ABERTA. Departamento de Língua e Cultura Portuguesas
- II- UNIVERSIDADE ABERTA. Departamento de Ciências Humanas e Sociais

Exemplo nº 5

PORTUGAL. Ministério da Ciência e da Tecnologia. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Observatório das Ciências e das Tecnologias

Livro branco do desenvolvimento científico e tecnológico português : 1999-2006 / Observatório das Ciências e das Tecnologias, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e da Tecnologia. - Lisboa : M.C.T., 1999. - 1 disco óptico (CD-ROM). - Requisitos do sistema: Windows 3.1 e Windows 95; Processador 386 ou superior 8 MB RAM; Windows NT 3.51 ou superior; Processador 486 ou superior 16MB RAM; Macintosh modelos 68xxx; 4 MB RAM; apple system 7.0 ou superior; Power Macintosh; 6 MB RAM; apple system 7.0 ou superior. - Tit. retirado do ecrã

I- Tit.

Exemplo nº 6

PREVENÇÃO RODOVIÁRIA

Prevenção rodoviária : aprender regras e sinais de trânsito / [ed.lit] Porto Multimédia Editora. – Porto : P.E.M., D.L. 2003. – 1 CD-ROM ; 19 cm. Requisitos do sistema: Software desenvolvido para windows 95, 98, 2000, Me, XP ou windows NT 4.0 (SP6); processador Pentium II a 450 MHZ; 64 MB de memória RAM; 185 Mb de espaço livre no disco rígido; leitor de CD-ROM 12x; placa de som compatível CL sound blaster (16 bit); placa gráfica SVGA (Milhares de cores a 800X600)

Título retirado do contentor.

ISBN 972-0-60999-0

I- Porto Multimédia Editora, ed. lit.

Exemplo nº 7

ATLAS DO MUNDO

Atlas do mundo : grande atlas enciclopédico / [ed.lit] Porto Multimédia Editora. – Porto : P.E.M., 2000. – 1 DVD : color. ; 13 cm. - Requisitos do sistema: Compatíveis IBM-PC; processador Pentium II a 450 MHz; Windows 95 ou 98; 32 MB de memória RAM; 50 MB de espaço no disco rígido; leitor de DVD-ROM; placa de som (16 bit). – Tit. retirado do contentor. – Jogo interativo

ISBN 972-0-67411-3

I- Porto Multimédia Editora, ed. lit.

Documentos de acesso remoto

Exemplo nº 1

IFLA

ISBD(M) : descrição bibliográfica internacional normalizada das publicações monográficas = international standard bibliographic description for monographic publications / IFLA ; trad. José Carlos Sottomayor. – Lisboa : Biblioteca Nacional : Jostis, 2005. – Modo de acesso: World Wide Web. – Tit. retirado do ecrã do título. – Trata-se de uma revisão de 2002

I- Tit.

II- SOTTOMAIOR, José Carlos, 1953- , trad.

Exemplo nº 2

BIBLIOTECAS NACIONAIS DO MUNDO

Bibliotecas nacionais do mundo : índice de bibliotecas nacionais de todo o mundo / [ed.] Biblioteca Nacional. – [Lisboa] : Biblioteca Nacional, 2003.

Modo de acesso : Internet

Tit. retirado do ecrã do título

Descrição baseada em: revisão de 27-12-2006

I- PORTUGAL. Biblioteca Nacional

Exemplo nº 3

ANALES DE DOCUMENTACIÓN, Murcia, 1998

Anales de documentación : revista de biblioteconomía y documentación / Facultad de Comunicación y Documentación. – Murcia : Universidad de Murcia, [1998]- .

Modo de acesso: World Wide Web.

Tit. retirado do ecrã do título.

Resumo: contém apenas os títulos, resumos e palavras-chaves em inglês. Para aceder ao texto integral precisa de assinatura.

ISSN 1697-7904

I- UNIVERSIDAD DE MURCIA. Facultad de Comunicación y Documentación

Exemplo nº 4

DUPUIS, John

A study of Canadian authorship in selected SPARC alternative journals in the early years after their introduction / John Dupuis, Leila Fernandez. – Canada : [s.n.], 2007.

- Modo de acesso: Internet. - Tit. retirado do ecrã do título

I – Tit.

II- FERNANDEZ, Leila, co-aut.

ANEXO A – Indica as designações a utilizar na 3ª zona e estabelece a sua relação com o tipo de documentos que está a ser descrito.

- Foi obrigatório até há pouco tempo o preenchimento desta zona.
- O quadro que a seguir se apresenta, estabelece a correspondência que existia entre a designação do tipo de documento com a estrutura dos documentos:

Designações do tipo de recursos descritos na 3ª zona	Tipo de documentos
DADOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fontes ▪ Imagens ▪ Dados numéricos: <ul style="list-style-type: none"> - Dados censitários -Dados de inquéritos ▪ Dados sonoros ▪ Dados representacionais /com imagem: <ul style="list-style-type: none"> -Dados cartográficos ▪ Dados textuais: <ul style="list-style-type: none"> -Documentos -Bases de dados bibliográficos -Jornais / revistas -Boletins

<p style="text-align: center;">PROGRAMAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programas de aplicação: <ul style="list-style-type: none"> - Programas CAD -Programas de bases de dados - Programas de edição - Jogos - Folhas de cálculo -Prog.de processamento de texto ▪ Programas de sistema: <ul style="list-style-type: none"> - Prog. de sistemas operativos -Prog. de linguagens de programação - Programa de recuperação ▪ Programa utilitário
<p style="text-align: center;">DADOS E PROGRAMAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Multimédia interativo ▪ Serviço em linha: <ul style="list-style-type: none"> - <i>Bulletins boards</i> - Grupos de discussão -Sites de www

▪ A dimensão e extensão do recurso foi sempre um elemento **facultativo**.

▪ Entende-se por extensão do recurso, a indicação por exemplo do número de ficheiros que compõem os dados ou programas. A indicação da extensão era dada em numeração árabe.

Exemplos:

- Dados (4 ficheiros)
- Programas (12 ficheiros)

- A dimensão e extensão do recurso podiam também ser dadas em bytes.

Exemplo:

- Dados (2 ficheiros, ca 20000 bytes cada)

Bibliografia:

IFLA- *Descrição bibliográfica internacional normalizada*. Trad. e rev. técnica de Rosa Maria Galvão, Margarida Lopes. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012. 356 p. ISBN 978-972-565-479-8

IFLA. *Descripción bibliográfica internacional normalizada (ISBD)* [Em linha] : *edición preliminar consolidada*. [Madrid] : Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em: http://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD_consolidated_2007_es.pdf

IFLA - ISBD(ER) [Em linha] : International standard bibliographic description for serials and other continuing resources. München : K. G. Saur, 2002. Disponível em : <http://www.ifla.org/VII/s13/pubs/isbd.htm>

SOTTOMAYOR, José Carlos - *Regras de catalogação : descrição e acesso de recursos bibliográficos nas bibliotecas de língua portuguesa*. Lisboa : BAD- Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2008, XVI, 1075 p. ISBN: 978-972-9067-38-0

CAPÍTULO 6 – DESCRIÇÃO DE RECURSOS CONTÍNUOS



TEMA 6 – DESCRIÇÃO DE RECURSOS CONTÍNUOS

A Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada das Publicações em Série - ISBD (S), que durante muitos anos foi utilizada para o tratamento catalográfico das publicações em série, foi substituída em 2002 pela ISBD (CR).

O alargamento do domínio da aplicação da norma para incluir, além das publicações periódicas (impressa ou eletrónica), os recursos integrantes, deu origem a um novo conceito, o **recurso contínuo**.

O **Recurso contínuo** é um recurso bibliográfico que é publicado ao longo do tempo, sem conclusão predeterminada.

Os recursos contínuos incluem as publicações em série e os recursos integrantes.

Uma **publicação em série** é um recurso contínuo, publicado numa sucessão de fascículos ou partes separadas e sucessivas, tendo normalmente uma numeração (volume, ano, número, etc.). Uma das suas principais características é não ter uma previsão de conclusão predeterminada.

As publicações em série incluem as revistas impressas ou eletrónicas, os diretórios publicados em partes sucessivas, os relatórios anuais e os jornais.

O **Recurso integrante** é um recurso bibliográfico que se completa ou modifica por meio de atualizações, que não permanecem separadas mas que se integram no todo.

Os recursos integrantes podem ser finitos ou contínuos. Exemplos de alguns destes recursos, são as folhas móveis atualizadas, as bases de dados atualizadas e os *sites* Web atualizados.

A ISBD (CR), publicada em 2002, introduziu uma premissa importante: a possibilidade da interação entre as várias ISBDs.

A ISBD (CR) é composta por um conjunto de regras aplicáveis ao tipo de recurso bibliográfico a que se destina, mas quando esse recurso apresenta características de outros tipos de materiais, pode-se recorrer à ISBD respetiva.

No caso das publicações em série, estas são descritas segundo a ISBD (CR) para os elementos respeitantes à periodicidade, mas no que diz respeito à descrição física (5ª zona), deve-se recorrer às ISBDs específicas, em função do tipo de recurso bibliográfico que está a ser catalogado.

Por exemplo, se o recurso que está a ser catalogado for um recurso eletrónico, tem de existir uma combinação entre as determinações da ISBD (CR) e da ISBD (ER). Estas determinações podem também ser encontradas na ISBD Consolidada.

Dada a complexidade e a abrangência dos recursos contínuos (publicações em série e recursos integrantes), optamos na presente unidade temática por apresentar os aspetos essenciais para a descrição de publicações periódicas impressas e eletrónicas e dos recursos integrantes.

Fontes de informação

Base de descrição para este tipo de recursos

→ Publicações em série impressas ou eletrônicas

- A descrição das publicações em série é feita a partir do **primeiro número publicado ou do número mais antigo que a biblioteca possui.**
- Se forem publicações não numeradas, (entende-se como não numeradas as publicações que não têm indicação de volume/número/ano/etc.), considera-se para a elaboração da descrição, o exemplar que tiver a data de publicação mais antiga.
- Consideram-se como fontes de informação para a descrição da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª zona, o primeiro ou o mais antigo número da publicação que está a ser catalogada e que pertence ao acervo da biblioteca.
- Consideram-se como fontes de informação para a descrição da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª zona, todos os números ou partes publicados. Para a 7ª e 8ª zona pode também recorrer-se a qualquer outra fonte.

→ Recursos integrantes

- A descrição de um recurso integrante baseia-se na **atualização corrente** do recurso, à exceção da data de início da publicação.
- Consideram-se como fontes de informação para a descrição da 1ª, 2ª, 4ª (exceto a data), 5ª, 6ª, 7ª e 8ª zona, a atualização corrente. Para a descrição da 7ª e 8ª zona, pode também recorrer-se a qualquer outra fonte.

A data de publicação (4ª zona) de um recurso integrante é **sempre a primeira data do recurso**, e se este tiver já terminado, deve indicar-se também a data que assinala o fim da publicação.

Fonte principal de informação

→ Recursos impressos

- A fonte principal de informação para os recursos impressos é a página de rosto ou a página de rosto substituta.
- A página de rosto substituta é, por esta ordem de preferência, a seguinte: página com o título no sumário, capa, cabeçalho, ficha técnica, colofão e outras páginas.
- Numa descrição, sempre que se utilizar a página de rosto substituta dever-se-á indicar uma nota com a indicação da fonte usada.

Exemplos:

Titulo obtido da capa

Título obtido retirado da ficha técnica

→ Recursos não impressos

- No que diz respeito aos recursos contínuos não impressos, a ISBD (CR) remete para a ISBD relativa ao tipo documento que está a ser catalogado. É em função do tipo de documento que vai ser objeto de descrição bibliográfica, que se determina a fonte principal da informação.
- Por exemplo, no caso dos recursos contínuos eletrónicos, são válidas as prescrições estabelecidas na ISBD (ER). Na catalogação de uma publicação em série em formato eletrónico, tomar-se-á em atenção as fontes associadas ao primeiro número ou ao primeiro número disponível na biblioteca. Na catalogação de um recurso eletrónico integrante, considerar-se-á como fonte de descrição, a última atualização disponível. Estas determinações podem também ser encontradas na ISBD Consolidada.

Alterações ao título próprio

- Um outro aspeto inovador da ISBD (CR), relativamente às publicações em série (impressas e eletrónicas) e aos recursos integrantes, diz respeito às alterações de título e às regras que determinam quando estas alterações dão (ou não) origem a um novo registo bibliográfico.

Durante o ciclo de vida de um recurso contínuo, que por vezes é muito longo¹³, é frequente haver alterações ao título próprio. Algumas destas alterações são significativas porque mudam o sentido, o alcance e a abrangência das publicações, mas outras, são apenas alterações pequenas. Neste contexto, é fundamental conhecer as regras que permitem determinar os procedimentos a seguir.

- As alterações ao título próprio, que dão origem a um novo registo, designam-se como **alterações maiores** e as alterações ao título próprio que não dão origem a um novo registo, designam-se por **alterações menores**.

- A revisão das regras da descrição das publicações em série e de outros recursos integrantes reduziram as situações em que é necessário, quando há alteração de parte do título, elaborar um novo registo.

➔ Alterações maiores nas publicações em série (eletrónicas ou impressas):

- Atualmente, a ISBD (CR) e a ISBD Consolidada consideram como alterações maiores, as seguintes situações:

① A Adição, supressão ou reordenação das primeiras cinco palavras do título (ou seis palavras se o título começa com um artigo).

Exemplo:

¹³ Há publicações em série que são centenárias.

Cadernos de documentação audiovisual, converte-se em Cadernos de documentação multimédia

Focus on international comparative librarianship, converte-se em Focus on international library and information work

② A mudança tem lugar após as primeiras cinco palavras, mas altera o sentido do título ou aborda uma temática diferente.

Exemplo:

Revista médica das doenças do aparelho digestivo e urinário converte-se em Revista médica das doenças do aparelho digestivo

③ Muda a entidade citada no título (há nestes casos algumas exceções – ver ponto A.2.6.2, alínea a) da ISBD Consolidada).

Exemplo:

Boletín de la Sociedad Española de Cerámica converte-se em Boletín de la Sociedad Española de Cerámica y Vidro

RTSD newsletter, converte-se em ALCTS newsletter

④ Muda a menção de edição e essa mudança representa uma alteração significativa no alcance e cobertura da publicação.

Exemplo:

Transportation directory. New England edition, converte-se em Transportation directory. Eastern edition

⑤ Muda o suporte físico.

Exemplo:

ALCTS newsletter (boletim em suporte papel), converte-se em ALCTS newsletter online (boletim eletrónico disponível em www...)

⑥ Quando um título dependente se converte em independente.

Exemplo:

Memoirs of the Faculty of Science, Kyushu University. Series B, mathematics, converte-se em Kyushu journal of mathematics

⑦ Outras situações:

Quando a publicação em série é o resultado da fusão de duas ou mais publicações.
Quando a publicação em série dá origem a duas publicações distintas.

➔ Alterações menores nas publicações em série (eletrónicas ou impressas):

- As alterações menores ao título próprio não requerem a elaboração de um novo registo no catálogo. Estas alterações menores, por regra, registam-se em notas e se a entidade catalogadora considerar conveniente, pode elaborar-se uma entrada secundária de variante de título, com a indicação deste novo título.
- A ISBD (CR) e a ISBD Consolidada consideram como menores as seguintes alterações ao título próprio:
 - Mudanças de ortografia, sinais, símbolos.
 - Palavras abreviadas que se apresentam de forma desenvolvida (inclui abreviaturas e acrónimos).
 - Números árabes que são alterados para numeração romana (ou vice versa).
 - Mudança de uma palavra de plural para singular (ou vice versa).
 - Supressão ou adição de artigos ou preposições em qualquer lugar do título.
 - Adição ou supressão em qualquer lugar do título de palavras que indiquem o tipo de recurso, como boletim, revista e os seus equivalentes noutras línguas.

Exemplo:

Trail and timberline, converte-se em Trail & Timberline

Four whell fun, converte-se em 4 whell fun

Year book of the..., converte-se em Yearbook of the..

Microchimica acta, converte-se em Mikrochimica acta

Who's who in frontier science..., converte-se em Who's who in frontiers science...

Fisical survey of the states, converte-se em Physical survey of states

Política internacional, converte-se em Revista de política internacional

➔ Alterações maiores no título próprio dos recursos integrantes

▪ As alterações maiores ao título próprio num recurso integrante exigem também a criação de um novo registo no catálogo. O recurso, que tem um novo título, passa a ter uma nova descrição bibliográfica.

▪ A ISBD (CR) e a ISBD Consolidada consideram como **maiores ou significativas**, as seguintes alterações de título:

- Muda a menção de edição, indicando uma mudança significativa no alcance ou cobertura do recurso;
- Muda o suporte físico;
- O recurso é o resultado da fusão de dois ou mais recursos;
- O recurso dá origem a dois ou mais recursos.

→ Alterações menores no título próprio nos recursos integrantes

- Qualquer alteração ao título próprio que não seja uma das alterações maiores especificadas anteriormente para os recursos integrantes, são consideradas alterações menores e não exigem uma nova descrição catalográfica no catálogo.
- A grande diferença relativamente às publicações em série é que esta alteração menor faz modificar a descrição existente no registo e o título anterior dá lugar ao novo título.

Nota: A fonte prescrita de informação para os recursos integrantes é a **atualização corrente** e é por este motivo que, mesmo sendo uma alteração menor, se altera o título do registo bibliográfico.

Estas determinações podem também ser encontradas na ISBD Consolidada.

Descrição dos recursos contínuos

Zonas para a descrição deste tipo de publicações

1ª Zona – Zona do título e menção de responsabilidade

2ª Zona – Zona da edição

3ª Zona – Zona específica do material ou tipo do recurso

4ª Zona – Zona da publicação, produção, distribuição, etc.

5ª Zona – Zona da descrição material

6ª Zona – Zona da série e recursos monográficos em várias partes

7ª Zona – Zona das notas

8ª Zona – Zona do identificador do recurso e das modalidades de aquisição

1ª Zona – Zona do título e menção de responsabilidade

- Fonte principal da informação para as fontes impressas: página de rosto ou o seu substituto.
- Fonte principal da informação para as fontes não impressas: deverá ter-se em atenção o tipo de publicação que está a ser catalogado e, de acordo com a tipologia, seguir a fonte de informação prescrita para esta zona.
- Língua da descrição: a dos elementos que surgem na própria publicação.
- Esta zona é composta pelos seguintes elementos:
 - Título próprio
 - Título paralelo (precedido do sinal gráfico =)
 - Outra informação de título (precedido do sinal gráfico :)
 - Menção de responsabilidade (precedido do sinal gráfico /)
 - Outras menções de responsabilidade (precedido do sinal gráfico ;)

□ **Título próprio**

- É o primeiro elemento da descrição bibliográfica. Se o recurso for impresso, retira-se da folha de rosto ou do seu substituto, se o recurso não for impresso, colhe-se da fonte de informação prescrita para a tipologia do recurso.
- Deve respeitar-se a ortografia em que se encontra escrito o título, mas sem rigorosa observação de maiúsculas, pontuação ou extensão.
- Devem no entanto manter-se as maiúsculas para os nomes próprios e de instituições, uma vez que é frequente fazerem parte do título próprio.

Exemplos:

Bulletin de documentation et d'information

Boletín de la Sociedad Española para la Defensa del Patrimonio Geológico y Minero

Algumas particularidades do título próprio:

- O título próprio pode ser constituído por um termo genérico:

Exemplo:

Boletim

Boletim informativo

Anais

Arquivo

- Quando o título próprio consiste num conjunto de iniciais ou num acrónimo, e na mesma página também está presente a forma desdobrada, as iniciais ou o acrónimo são dados como título próprio, e a forma desdobrada é dada como outra informação de título.

Exemplo:

P.M.L.A : publications of the Modern Language Association of America

- Quando a menção de responsabilidade faz parte integrante do título próprio é transcrita como tal.

Exemplo:

Boletim da Casa do Pessoal da RTP

Bulletin de la Societé d'Anthropologie

- Quando o único título da publicação é o nome do autor, este é dado como título próprio.

Exemplo:

Syndicat National des Fabricants de Bronzes

- Se uma publicação em série tem várias secções, cada um desses títulos é considerado uma publicação independente e fazemos registos individuais.

Exemplo:

Colóquio. Artes

Colóquio. Letras

Colóquio. Ciências

Arquipélago. Série de história

Arquipélago. Série de biologia

Título paralelo

- Os títulos paralelos são referenciados na descrição pela ordem da sua sequência ou segundo o seu relevo tipográfico.
- Cada entidade catalogadora deve definir, se inclui todos os títulos paralelos ou se estabelece um limite para a descrição.

Exemplo:

Anuário estatístico = Annuaire statistique

Art updates in vídeo = Kunst nieuwigheden in vídeo = Lo último del arte en video

□ **Outra informação de título**

- A informação de outro título é o 3º elemento desta zona, e é precedido do sinal gráfico : .
- Cada outra informação de título é transcrita na ficha catalográfica, respeitando a ordem de sucessão ou o relevo tipográfico.

Exemplo:

A nossa região : jornal de actualidades
Perceptions : journal of international affairs

- Se o título próprio é constituído por uma sigla e esta surge desenvolvida, a forma desenvolvida dá-se como informação de outro título.

Exemplo:

S.L.B. : Sport Lisboa e Benfica

□ **Menção de responsabilidade**

- É o 4º elemento da zona de título e da menção de responsabilidade.
- Refere-se a pessoas ou coletividades que contribuíram para o conteúdo intelectual ou artístico do recurso.
- Por norma, nas publicações em série a menção de responsabilidade principal pertence ao proprietário, que é quase sempre uma entidade coletiva.

Exemplo:

/ prop. da Comissão de Coordenação da Região do Algarve

/ Centre d'Étude et de Promotion de la Lecture

- Se a menção de responsabilidade aparece como parte de um título próprio ou de uma informação de outro título, e foi registada como tal, não se repete na menção de responsabilidade.

Exemplo:

Open praxis: the bulletin of the International Council for Open and Distance Education

- Nas publicações em série não se registam como menção de responsabilidade, pessoas que aparecem referenciadas como editores. Se uma menção relativa a um editor é considerada necessária pela entidade catalogadora, coloca-se a referência numa nota.

Esta nova regra, que altera procedimentos anteriores (durante muito tempo foi obrigatório referenciar o editor como menção secundária), tem origem no facto de no percurso de vida de uma publicação em série, serem frequentes as alterações dos editores literários.

- Nos recursos integrantes registam-se como menções de responsabilidade, informações relativas a pessoas que sejam editores, se forem consideradas importantes.

- Uma menção de responsabilidade, que inclui o nome de uma entidade corporativa expressa de uma forma hierárquica, é transcrita na forma e na ordem com que aparece no recurso.

Exemplo:

/ Bibliothèque Nationale, Centre Bibliographique Nationale

/ Centre de Dialectologie près l'Université Catholique de Louvain

□ Outras menções de responsabilidade

- Se houver mais do que uma menção de responsabilidade, (nomes de pessoas singulares ou coletivas com diferentes funções na publicação), fica ao critério da entidade catalogadora a sua indicação. O sinal gráfico que as separa é o ponto e vírgula (;)

□ Alteração na menção de responsabilidade

- Nas publicações em série, as alterações às menções de responsabilidade não dão origem a uma nova descrição, nem se acrescenta ou suprime qualquer nome de entidade ou pessoa na zona de título e indicação de responsabilidade.

Se a entidade catalogadora assim o entender registam-se essas alterações numa nota.

- Nos recursos integrantes, se a menção de responsabilidade é acrescentada, alterada ou desaparece numa atualização subsequente, altera-se a zona de título e menção de responsabilidade, para dar a indicação da menção que aparece na atualização corrente.

2ª Zona – Zona da edição

- Fonte principal da informação para fontes impressas: página de rosto ou o seu substituto
- Fonte principal da informação para as fontes não impressas: deverá ter-se em atenção o tipo de publicação que está a ser catalogado e de acordo com a tipologia do recurso, seguir a fonte de informação prescrita para esta zona.
- Língua da descrição: a dos elementos que surgem na própria publicação.

▪ Comporta os seguintes elementos:

- Menção de edição
- Menção paralela da edição
- Menções de responsabilidade relativas à edição
- Outra menção de edição
- Menções de responsabilidade relativas a outra menção de edição

▪ Optou-se por apresentar apenas as explicações relativas ao primeiro elemento desta zona: a menção da edição.

. – Menção de edição. –

▪ Esta é uma zona que muitas vezes não é referenciada na descrição de publicações em série. Na maior parte das vezes, não aparecem referências relativas à menção de edição, pois somente em situações muito excepcionais, é que são reimpressos e ou revistos números de um periódico que já terminou.

▪ Caso exista uma menção de edição, os dados são inscritos nos termos em que se apresentam na publicação. No entanto, utilizam-se as abreviaturas normalizadas e os numerais são apresentados em algarismos.

Exemplo:

. – Reprintd. ed.

. – 2^a ed. rev.

Algumas particularidades da menção de edição

- Edição para determinado público

. – Ed. para o aluno

- Edição de um aspeto físico particular

. – Ed. braille

- Edição em determinada língua, quando a edição existe em várias línguas

. – Ed. em espanhol

- Edição local

. – Ed. do Porto

- Para os recursos integrantes, se for considerado importante, pode transcrever-se a menção de edição conforme as regras gerais para esta zona da descrição.

3ª Zona – Zona específica do material ou tipo do recurso

- Utiliza-se esta zona para publicações em série, quando se cataloga **a partir do seu primeiro número ou parte do recurso**.

- Esta zona não é geralmente utilizada na catalogação dos recursos integrantes.

- Fonte principal da informação para as fontes impressas: página de rosto ou o seu substituto, outras preliminares e colofão.

- Fonte principal da informação para as fontes não impressas: deverá ter-se em atenção o tipo de publicação que está a ser catalogada e de acordo com a tipologia do recurso seguir a fonte de informação prescrita para esta zona.
- Língua da descrição: a dos elementos que surgem na própria publicação.
- Integra os números e/ou datas do primeiro e último número da publicação (se a publicação já tiver findado).

. - Numeração referente ao início da publicação-numeração referente ao fim da publicação. -

- Embora as palavras que ocorram como numeração possam aparecer por extenso, a referência dá-se por abreviatura normalizada na língua da publicação.
- A indicação do número ou parte da publicação regista-se em números árabes, mesmo que no recurso figurem com outros numerais ou escritos por extenso.
- Quando a numeração é constituída por número e data, esta, é dada entre parênteses curvos.

Exemplo:

- S.1, vol. 1, nº 1 (Jan.1971)-
- Vol. 1, nº 1 (Jan. 1971)- Vol. 5, nº 12 (Dez. 1975)
- Vol. 1 (1970)-
- Vol. 1, pt. 1 (1974)-
- Vol. 1, nº 1 (June 1965)-

- T. 1, nº 1 (Jan.-Fév. 1974)-
- Quando a descrição não é feita a partir do primeiro número, não se preenche esta zona e indica-se na zona das notas:

Descrição baseada em: S.3, vol. 3, nº 1 (Jan. 1985)

ATENÇÃO

A 3ª zona só é preenchida quando a biblioteca está a fazer a catalogação da publicação em série a partir do seu primeiro número.

Se não a biblioteca não possuir no seu acervo o primeiro número de uma publicação, esta zona não se preenche.

Quando a descrição é feita a partir de outro número, que não o primeiro (o número mais antigo que a biblioteca possui), esta zona é omitida, e indica-se numa nota o volume, o número e a data (dia/mês/ano) do exemplar de onde é feita a descrição.

Esta nota é precedida pela expressão:

Descrição baseada em:

4ª Zona – Zona da publicação, produção, distribuição, etc.

- Fonte principal da informação para as fontes impressas: página de rosto ou o seu substituto, outras preliminares e colofão.

- Língua da descrição: a dos elementos que surgem na própria publicação.

- Esta zona é composta pelos seguintes elementos:
 - Local de publicação, produção, distribuição
 - Nome do editor
 - Indicação da função do distribuidor
 - Datas de publicação
 - Local de impressão
 - Nome do impressor
 - Datas de impressão

- Para simplificação deste tipo de descrição, consideramos apenas importante a referência dos seguintes elementos:

. - Local da publicação : nome do editor, data do início da publicação - data do fim da publicação. -

Local de publicação, produção e de distribuição

- O local de publicação é o local (cidade ou localidade) onde a publicação em série é publicada, tal como é designado no número descrito.

Nome do editor, produtor e de distribuidor

- O nome do editor pode ser dado numa forma abreviada, desde que possa ser entendido e identificado sem ambiguidade, tanto a nível nacional como internacional.

- Quando o editor é uma pessoa ou coletividade, cujo nome é referenciado por extenso na zona do título e/ou na menção de responsabilidade, o seu nome volta a ser referenciado na zona da publicação, mas pode utilizar-se uma forma abreviada.

➔ **Alteração no lugar e no nome do editor, produtor e/ou distribuidor**

Publicações em série

▪ Se nos fascículos ou partes posteriores de uma publicação, surgirem alterações no lugar e no nome do editor, produtor e/ou distribuidor, não se alteram os dados da descrição na 4ª zona. Essa informação, se considerada importante para os utilizadores do catálogo, é dada na zona das notas.

Recursos integrantes

▪ Na 4ª zona ISBD para os recursos integrantes, a fonte principal de informação é a atualização corrente. No caso de em posteriores atualizações ocorrerem alterações do local e do nome do editor, produtor e/ou distribuidor, a descrição modifica-se e colocam-se os dados da última atualização. Podem referenciar-se nas notas as datas e nomes anteriores, se esta informação for considerada importante para os utilizadores do catálogo.

Datas de publicação

Publicações em série

▪ O quarto elemento desta zona é o limite cronológico da publicação que abrange as datas extremas do primeiro ao último número.

Esses elementos podem corresponder aos que foram dados na zona da numeração.

Exemplo:

1980-1991

- No caso de uma publicação em curso, dá-se a data do primeiro número, seguida de hífen e de quatro espaços que assinalam que a publicação ainda não terminou.

Exemplo:

1975- . . -

- Se a biblioteca não tiver o primeiro ou o último número da publicação, mas estiver a fazer a descrição bibliográfica a partir do número mais antigo que possui, é necessário procurar a data do primeiro número nas bibliografias nacionais ou noutra fonte autorizada, para que de uma forma aproximada se possa determinar a data do início da publicação.
- A terceira zona ISBD fica por preencher e é colocada na zona da publicação e distribuição, uma data entre parênteses retos.
- Não tendo acesso a bibliografias nacionais ou outras fontes autorizadas, há uma outra forma de indicar a data aproximada, que é pelo cálculo da data.

Como se calcula esta data?

- Atualmente com a informatização dos acervos e pela pesquisa em bases de dados, é mais fácil determinar a data do início de uma publicação periódica. No entanto, se for necessário fazer um cálculo manual, deve ter-se em conta a periodicidade da publicação e também a sua numeração (indicações de ano, volume e número).
- Normalmente, a indicação de ano (A. 4) e de volume (Vol. 4) correspondem ao ano civil. Depois, em muitas situações, é necessário ter também em conta o número da revista e a sua periodicidade.

Exemplo:

- Está a ser catalogada uma publicação trimestral a partir do A. 4, nº 3 de 1999.

A data do início da publicação é calculada através de uma operação de subtração:
 $1999 - 4 = 1995$.

Esta data é colocada entre parênteses retos: [1995]- ou [1995?]- .

- Está a ser catalogada uma publicação quadrimestral a partir do Vol. 5, nº 1 de Abril de 2000.

A data do início da publicação é calculada através de uma operação de subtração:
 $2000 - 5 = 1995$.

Esta data é colocada entre parênteses retos: [1995]- ou [1995?]- .

- Está a ser catalogada uma publicação semestral a partir do T. 25, nº 2 de 1984.

Consideramos o tomo como a indicação de ano. A data do início da publicação é calculada através de uma operação de subtração: $1984 - 25 = 1959$

Esta data é colocada entre parênteses retos: [1959]- ou [1959?]- .

- Está a ser catalogada uma publicação trimestral a partir do nº 9 de Março de 1971. Nesta situação, o cálculo é mais difícil.

Trata-se de uma revista trimestral, o que significa que em cada ano são publicados quatro números. Se a biblioteca tem como primeiro número, o nº 9, fazendo um cálculo, verifica-se que esta publicação está a iniciar o seu terceiro ano.

A data do início da publicação é calculada através de uma operação de subtração:
 $1971 - 3 = 1968$.

Esta data é colocada entre parênteses retos: [1968]- ou [1968?]- .

- Alerta-se para o facto de muitas vezes existir o ano 0 da publicação, podendo por isso nestas operações de cálculo, subtrair-se mais um ano.

Recursos integrantes

▪ Elege-se como data de começo da publicação, (se é conhecida), o ano em que o recurso integrante esteve disponível pela primeira vez.

Quando se descreve um recurso integrante já findo, indica-se também, (se disponível), esta informação, usando a data do início e a do fim do recurso.

Exemplo:

1999-2003. -

2004- . -

▪ As datas das diversas atualizações podem dar-se em zona de notas, se consideradas importantes para os utilizadores do catálogo.

5ª Zona – Zona da descrição material

▪ Esta zona ISBD é composta pelos seguintes elementos:

- Extensão
- Outras indicações físicas
- Dimensões
- Menção de material acompanhante

▪ Num recurso contínuo registam-se os aspetos específicos do tipo de recurso que está a ser catalogado (ver a informação relativa à 5ª zona dos temas anteriores).

▪ Para os recursos impressos, pode usar-se a menção específica “vol” e se o recurso tiver terminado ou estiver completo pode indicar-se o número das partes em algarismos árabes. Se for um recurso com folhas atualizáveis deve acrescentar-se essa informação (folhas atualizáveis).

Exemplo:

30 vol.

2 vol. (folhas atualizáveis)

- Nas publicações em série impressas, é frequente referir apenas a dimensão do recurso. A dimensão é expressa em centímetros (cm).

6ª Zona – Zona da série e recurso monográfico em várias partes

- Quando existem elementos para esta zona, a sua sequência e pontuação corresponde ao da catalogação dos recursos impressos.

7ª Zona – Zona das notas

- As notas que constituem a sétima zona da descrição bibliográfica completam e esclarecem os dados da descrição.
- As notas fornecem certos pormenores da descrição que são importantes.
- Destacamos as seguintes notas para as publicações em série:
 - As notas relativas à periodicidade
 - As notas que ligam a publicação que se descreve com outras publicações em série
 - As notas que referem alterações que ocorrem no decurso da publicação
 - Notas que podem dar informações peculiares sobre determinado exemplar.

- Convém, no entanto, que a descrição das notas não seja exaustiva para não tornar a descrição complexa.
- Quando se elabora mais do que uma nota, cada uma delas é registrada separadamente. À semelhança da descrição dos restantes recursos, cada nota é separada da nota seguinte, por um ponto, espaço, traço, espaço (. -) quando apresentadas seguidamente, e por um simples ponto se apresentadas em linhas individuais.

NOTAS OBRIGATÓRIAS

□ Nota de periodicidade

- É a primeira nota a ser registrada. Ela é obrigatória na descrição dos recursos contínuos sempre que não conste da zona de título e da menção de responsabilidade.
- A periodicidade diz respeito à frequência das publicações em série ou à frequência das atualizações dos recursos integrantes.

Exemplo:

Publicações em série

Estudos contemporâneos

Nota: Trimestral

Recursos integrantes

Técnicas de auditoria

Nota: Atualizações semestrais

Periodicidade das publicações em série aplicada também aos restantes recursos contínuos:

Designação	Nºs esperados por ano	Descrição
Anual	1	1 item por ano
Bienal	1 em 2 anos	1 item de dois em dois anos
Bimensal	24	2 itens por mês
Bimestral	6	6 itens por ano
Bissemanal	104	2 itens por semana
Diário	365	1 item por dia
Irregular	365	Não definida
Mensal	12	1 item por mês
Quadrimestral	48	4 itens por mês
Quadrimestral	3	3 itens por ano
Quinzenal	24	2 itens por mês
Semanal	52	1 item por semana
Semestral	2	2 itens por ano
Trimensal	36	3 itens por mês
Trimestral	4	4 itens por ano
Trissemanal	156	3 itens por semana

- Se a periodicidade não é constante, indica-se em nota que a periodicidade é irregular.

Exemplo:

Dialogar

Nota

Periodicidade irregular

□ Notas à publicação descrita

- Esta nota é obrigatória, quando a descrição não é feita a partir do primeiro número publicado.

Descrição baseada em: A. 47, vol. 3 (1960)

Descrição baseada em: Vol. 3, nº 3 (Jun. 1989)

Descrição baseada em: 1966

□ Notas sobre as características do sistema

- Esta nota é obrigatória, se o recurso contínuo for em formato eletrónico de acesso local (Ver tema 5 – Recursos eletrónicos).

□ Notas sobre o modo de acesso

- Esta nota é obrigatória, se o recurso contínuo for em formato eletrónico de acesso remoto (Ver tema 5 – Recursos eletrónicos).

□ Notas ao título próprio

- Esta nota é obrigatória, se o recurso contínuo for em formato eletrónico (Ver tema 5 – Recursos eletrónicos)
- Para os recursos impressos, regista-se uma nota relativa à fonte do título próprio, quando a descrição não é feita a partir da fonte principal de informação.

Exemplo:

England official journal

Nota: Tít. obtido da capa

▪ As diferentes formas por que pode apresentar-se o título (para além do considerado título próprio), como o título de capa, o título da lombada, o ante título, o título corrente, ou títulos que sofrem pequenas alterações, podem ser referenciadas em notas, se consideradas importantes (esta nota não é obrigatória).

Tit. cap.:

Tit. adicional:

Tit. lombada:

- As alterações ao título próprio fazem-se de acordo com o referido na p. 5-8.
- Relembramos que nas publicações em série, registam-se em notas as alterações menores que ocorram no título próprio e nos recursos integrantes registam-se as notas relativas aos títulos próprios anteriores.

Exemplo:

Publicações em série:

Revista portuguesa de história

Nota: Revista portuguesa da história (números entre 1990 e1993)

Recursos integrantes

Normas da fiscalidade em Portugal

Nota: Tit. anterior: Regras da fiscalidade em Portugal

□ Notas à zona da edição e história bibliográfica da publicação em série

- Estas notas dizem respeito ao percurso de vida de um recurso e relacionam o recurso que se descreve com outros recursos, referindo as alterações que ocorreram durante o período de publicação.
- As notas mais frequentes são: continuação de, continuado por, fusão de, fusão com, absorve, absorvido por, separado de.
- A ISBD (CR) e a ISBD Consolidada enumeram o conjunto de notas possíveis relativas às relações de uma publicação com outras publicações, e estabelecem a obrigatoriedade na maioria delas.

→ Continuação de

- O recurso que está a ser descrito é a continuação de outro recurso já publicado. Regista-se uma nota obrigatória do título. Esta informação é precedida do termo: continuação de

Exemplo:

Título atual:

Civilização católica

Nota: Continuação de: Revista católica

→ Continuado por

- O recurso cessou a publicação e foi continuado por outro recurso. É também uma nota obrigatória. Esta informação é precedida do termo: continuado por

Exemplo:

Titulo atual:

Transport Committee

Nota: Continuado por: Glasgow Corporation = ISSN 0308-4140

→ Fusão de

▪ Quando o recurso continuado é o resultado da fusão de dois ou mais recursos editados anteriormente, elabora-se uma nota obrigatória com a indicação destes títulos.

Esta informação é precedida do termo: Fusão de:

Exemplo:

Titulo atual:

Época

Nota: Fusão de Diário da manhã e A voz

→ Fundido com.....; para formar:

▪ Quando o recurso contínuo que se descreve se funde com dois ou mais recursos, para dar lugar a um novo recurso continuado, elabora-se uma nota obrigatória com o(s) título(s) dos recurso(s) que se fundiram e também com o título do novo recurso. Esta informação é descrita da seguinte forma: Fundido com ; para formar

Exemplo:

Título atual:

Revista de actualidades, artes y letras

Nota: Fundido com: Gran via ; para formar: Revista Gran via de actualidades, artes y letras

→ **Absorveu:**

▪ Se um recurso absorve um outro recurso, mas conserva o seu título próprio, o título do recurso absorvido é referenciado em notas. É também uma nota obrigatória, sendo facultativo a indicação da data em que se deu a absorção. Esta informação é precedida do termo: Absorveu:

Exemplo:

Título atual:

O agricultor português

Nota: Absorveu: Jornal de agricultura

→ **Absorvido por:**

▪ Se um recurso contínuo é absorvido por outro recurso contínuo, regista-se numa nota (também obrigatória), o título do recurso que o absorveu. É facultativo indicar-se a data em que se deu a absorção.

Esta informação é precedida do termo: Absorvido por:

Exemplo:

Título atual:

Gazeta dos teatros

Nota: Absorvido em 1975 por: Museu literário

8ª Zona – Zona do identificador do recurso e das modalidades de aquisição

▪ Esta zona, a oitava da descrição bibliográfica dos recursos contínuos, é composta pelos seguintes elementos:

- Identificador do recurso
- Título-chave
- Modalidades de aquisição

Publicações em série

ISSN = Título-chave : Modalidades de aquisição

Outros recursos contínuos que não publicações em série

ISBN : Modalidades de aquisição

Número Normalizado

▪ Regista-se o ISSN ou o ISBN atribuído ao recurso.

□ Título-chave

- É o segundo elemento da 8ª zona para as publicações em série. Este título chave é atribuído pelo *Centro Internacional de Registo das Publicações em Série* e está unido inseparavelmente ao ISSN.
- O título-chave pode coincidir com o título propriamente dito, ou pode construir-se mediante a adição de elementos identificadores e/ou qualificadores, tais como o nome da entidade editora, o lugar da publicação ou a menção da edição.
- O título chave é registado, mesmo se é idêntico ao título próprio.
- É precedido pelo sinal de igual (=).
- Se não existir ISSN não se regista o título chave.

Exemplo:

ISSN 0021-8871 = Journal of applied chemistry

Determinação dos cabeçalhos

Publicações em série

- A **entrada principal** das publicações em série faz-se pelo título próprio, seguido da indicação do local da publicação e da data do início da mesma.

O BANDARRA. Trancoso, 1988

ANÁLISE SOCIAL. Lisboa, 1963

ARQUIVOS DO MUSEU BOCAGE. Lisboa, 1930

- A indicação do local de publicação e da data (ano) do início da mesma será feita de forma idêntica à que foi referenciada na descrição bibliográfica.

CADERNOS DE ACÇÃO REGIONAL E LOCAL. [Lisboa], 1980

BOLETIM DE SEGUROS. Lisboa, [1930?]

- As **entradas secundárias** são feitas pelos nomes das entidades responsáveis pela publicação e, facultativamente, pelos títulos paralelos, quando os houver.

UNESCO

UNIVERSIDADE DE LISBOA. Faculdade de Letras

PORTUGAL. Ministério da Justiça

Recursos integrantes

- A **entrada principal** dos recursos contínuos faz-se de acordo com o estipulado nas Regras Portuguesas de Catalogação, tendo em atenção a tipologia do recurso que está a ser descrito.

Exemplos

Publicações em série – recursos impressos

→ **Catálogo feita a partir do primeiro número da publicação**

Exemplo 1

INOVAÇÃO. Lisboa, 1988

Inovação : revista do Instituto de Inovação Educacional. - Vol. 1, nº1 (1988)- . -
Lisboa : Instituto de Inovação Educacional, 1988- . - Trimestral

ISSN 0871-2212

PORTUGAL. Instituto de Inovação Educacional

→ **Catálogo feita a partir de um número da publicação (sempre o mais antigo)**

Exemplo 2

COMPARATIVE STUDIES IN SOCIETY AND HISTORY. Cambridge, [1958?]

Comparative studies in society and history / Society for Comparative Study of Society and History. - Cambridge : Cambridge University Press, [1958?]- . - Trimestral. -
Descrição baseada em: vol 29, nº 2 (Abr. 1987).

ISSN 0010-4175

I - Society for Comparative Study of Society and History

Publicações em série – recursos eletrónicos

Exemplo 3

ANALES DE DOCUMENTATION, [Múrcia], 1998

Anales de documentación : revista de biblioteconomía y documentación / Facultad de Comunicación y Documentación. – V.1 (1998) - . – [Múrcia] : Universidad de Murcia. Facultad de Comunicación y Documentación, 1998- . – Anual. - Modalidade de acesso: World Wide Web. – Tit. obtido da página de sumário

ISSN 1697-7909 = Anales de documentación

I – Universidad de Múrcia. Facultad de Comunicación y Documentación

Exemplo 4

REVISTA ELECTRÓNICA DE ESTÚDIOS INTERNACIONALES, [Madrid?], 2000

Revista electrónica de estudios internacionales / Asociación de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales. – nº 1 (2000) - . – [Madrid?] : Asociación de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, 2000- . – Semestral. - Modo de acesso: World Wide Web. - Tit. retirado da página de sumário

ISSN 1697-5197

I – Espanha. Asociación de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales

Recursos integrantes

Exemplo 5

BEOnline

BEOnline : Business and Economics Online / Library of Congress. – Washington : Library of Congress, 1996- . – Modo de acesso: World Wide Web. – Título retirado da página inicial

I- Estados Unidos. Library of Congress

Exemplo 6

ÁLVARO MUTIS

Álvaro Mutis : página oficial / ClubCultura.com. – [S.l.] : FNAC. ClubCultura.com, cop. 2001- . – Requisitos do sistema: utiliza Flash; resolução mínima de pantalla 800x600. - Modo de acesso: World Wide Web. – Título retirado da página inicial. – Resumo: Esta página Web inclui informação bibliográfica detalhada sobre este autor, com uma lista das suas obras e com resumos dos seus ensaios e poesias

I- FNAC. ClubCultura.com

Bibliografia

IFLA- *Descrição bibliográfica internacional normalizada*. Trad. e rev. técnica de Rosa Maria Galvão, Margarida Lopes. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012. 356 p. ISBN 978-972-565-479-8

IFLA. *Descripción bibliográfica internacional normalizada (ISBD)* [Em linha] : *edición preliminar consolidada*. [Madrid] : Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em: http://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD_consolidated_2007_es.pdf

IFLA - ISBD(CR) [Em linha] : International standard bibliographic description for serials and other continuing resources. München : K. G. Saur, 2002. Disponível em : <http://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/isbdcr-final.pdf>

IFLA - ISBD(ER) [Em linha] : International standard bibliographic description for electronic resources. München : K. G. Saur, 2002. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/pubs/isbd.htm>

Sottomaior, José Carlos - *Regras de catalogação : descrição e acesso de recursos bibliográficos nas bibliotecas de língua portuguesa*. Lisboa : BAD-Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2008, XVI, 1075 p. ISBN: 978-972-9067-38-0

CAPÍTULO 7 – O FORMATO UNIMARC

O termo MARC, abreviatura de *Machine Readable Catalogue or Cataloguing*, não define um método de catalogação, mas sim um formato com uma estrutura normalizada que permite a troca internacional de registos bibliográficos em formato legível por computador.

O primeiro projeto, designado por *MARC I*, foi criado pela Biblioteca do Congresso em 1965-66. Na mesma época, um trabalho semelhante, designado por *Projecto BNB MARC*, foi desenvolvido no Reino Unido pelo Council of the British National Bibliography.

Em 1968, resultante da cooperação anglo-americana, foi criado o projeto *MARC II*. Em termos gerais, este formato de troca de registos, pretendia ser um suporte para todos os tipos de materiais, com a possibilidade de ser utilizado num largo número de sistemas automatizados.

Nos anos 70, como resultado das práticas nacionais de catalogação, as agências bibliográficas de muitos países desenvolveram o seu próprio formato MARC. Desde 1970, foram criados mais de vinte formatos MARC, como o MARC 21, UKMARC, INTERMARC, etc.

As diferenças existentes entre os vários formatos e as crescentes exigências a nível da troca de dados bibliográficos entre os diversos países obrigaram à criação de um formato universal que fosse compatível com as várias realidades MARC.

O formato UNIMARC foi criado pela IFLA em 1977. A primeira versão do UNIMARC pretendia ser apenas um formato intermédio entre os diversos MARC e não um formato para a criação de registos. No momento da troca de registos entre duas agências bibliográficas, os registos, estando num determinado formato MARC, eram convertidos primeiro para UNIMARC e mais tarde para o outro formato MARC.

O grande objetivo que presidiu à criação do formato UNIMARC, foi estabelecer um formato flexível e ajustável que no momento da troca de registos entre diferentes países, constituísse o formato único internacional.

Em 1980 publicou-se a 2ª edição do manual UNIMARC e em 1983 foi editado o *UNIMARC Handbook*. Ainda nesta década, expandiu-se o formato UNIMARC, de forma a abranger outros tipos de documentos, além das monografias e das publicações em série.

Em 1985, na Conferência da IFLA em Chicago, o UNIMARC foi adotado definitivamente como o único formato internacional para a troca de registos e também foi recomendado como base para formatos nacionais em países onde não existia um formato MARC próprio.

Em 1987, foi publicado um novo manual UNIMARC, e foi no final dos anos 80 que se consolidou e adotou este formato num grande número de agências bibliográficas.

Os desenvolvimentos deste formato ultrapassaram as fronteiras da descrição bibliográfica, tendo aparecido um novo tipo de formato: o *UNIMARC Autoridades*. Inicialmente, os nomes dos autores eram introduzidos de inúmeras formas, tantas quanto os documentos associados a eles. Com o novo formato do UNIMARC autoridades, criou-se uma entrada única para cada nome, (com referências Ver, Ver também e Notas) que permitiu uniformizar as entradas principais e secundárias dos registos bibliográficos.

Em 1991 foi publicado o UNIMARC autoridades.

Durante a década de 90, surgiu o *Comité Permanente do UNIMARC (PUC)* com o objetivo de supervisionar os desenvolvimentos do formato nas suas duas vertentes: UNIMARC autoridades e UNIMARC bibliográfico.

A cooperação em catálogos coletivos e a necessidade de partilhar não só a descrição bibliográfica mas também os conteúdos dos documentos, têm dado origem a estudos para a definição de um formato UNIMARC para a classificação e indexação.

PORTUGAL

A recomendação da IFLA de adotar o formato UNIMARC como formato internacional para troca de registos foi seguida por Portugal. Em 1986, a Biblioteca Nacional de Portugal lançou o projeto de criação de uma base de dados coletiva e adotou o UNIMARC como formato nacional português.

O *Catálogo Coletivo das Bibliotecas Portuguesas*, mais conhecido por *PORBASE*, é uma base de dados cooperativa, resultante da contribuição de mais de 170 catálogos de bibliotecas espalhadas por todo o país, contendo mais de 1.500.000 registos bibliográficos¹⁴.

Quando a Biblioteca Nacional de Portugal lançou o *PORBASE* e adotou o formato UNIMARC como o formato nacional português, impôs-se de imediato a necessidade de traduzir para a língua portuguesa o *UNIMARC Handbook*.

Em 1986, foi publicado o *Manual de operações UNIMARC* e este documento, que apareceu inicialmente em folhas móveis atualizáveis, foi fundamental para normalizar a prática da catalogação em Portugal.

¹⁴ Dados retirados do site <http://www.porbase.org/> cuja última atualização foi em 2009-04-24

No final de 1987, foi aprovada pela *IFLA UBCIM Programme*, a edição oficial do Manual UNIMARC que foi publicado pela Biblioteca Nacional de Portugal.

O acesso à edição abreviada do Manual UNIMARC (bibliográfico) pode ser feito através do seguinte *site*:

http://www.ifla.org/files/uca/Unimarc_bib_3%C2%AAed_abrev.pdf

OBJETIVOS E ÂMBITO DO UNIMARC

Como já foi referido, um dos principais objetivos do formato UNIMARC, é facilitar, entre as agências bibliográficas, a troca de registos bibliográficos em formato legível por computador. Além disso, a estrutura deste formato permite que possa ser usado no desenvolvimento de novos formatos bibliográficos, tendo a possibilidade de se adaptar às mudanças contínuas da sociedade da informação e ao aparecimento de novas tipologias de documentos.

A sua estrutura permite a descrição dos documentos nos seus mais variados suportes: monografias, publicações em série, material cartográfico, música impressa, registos sonoros, registos gráficos, materiais de projeção e vídeo, recursos eletrónicos e recursos contínuos.

A estrutura do formato UNIMARC, tal como em qualquer versão do formato MARC, é composta por três elementos:

- **Etiqueta de registo** – Contém os dados relativos à estrutura, tal como é definido pela norma ISO 2709.
- **Diretoria** – Os dados contidos na diretoria permitem identificar todos os campos (etiquetas numéricas de três dígitos) que compõem o registo, determinando a sua posição e dimensão.
- **Campos de dados** – Conjunto de caracteres identificadores para uma etiqueta e que contém um ou mais subcampos, de comprimento fixo ou variável.

Todos os campos, à exceção do 001 - campo de identificador do registo, são compostos por indicadores (instrução dada ao computador, para formar um ponto de acesso e que é variável de campo para campo) e por subcampos, que são unidades de informação definidas dentro de um campo.

O delimitador dos subcampos é o caracter ^ (chamado dólar- \$), seguido de caracteres numéricos ou alfanuméricos como por exemplo o ^a, ^b, ^4 .

BLOCOS DE CAMPOS UNIMARC

Os campos, identificados por etiquetas numéricas, estão organizados por blocos.

Estes blocos, que estão parametrizados em conformidade com as RPC e ISBDs, contêm etiquetas, que estão devidamente relacionadas não só com as zonas da descrição bibliográfica, mas também com os pontos de acesso correspondentes. Além disso, estes blocos têm configurado informaticamente a pontuação e os sinais gráficos que separam as zonas e os elementos, tornando a tarefa da catalogação mais célere.

Bloco 0 – Bloco de identificação

Bloco 1 – Bloco de informação codificada

Bloco 2 – Bloco de informação descritiva

Bloco 3 – Bloco de notas

Bloco 4 – Bloco de entradas relacionadas

Bloco 5 – Bloco de títulos relacionadas

Bloco 6 – Bloco de assuntos

Bloco 7 – Bloco de responsabilidade intelectual

Bloco 8 – Bloco de uso internacional

Bloco 9 – Bloco de uso nacional

CORRESPONDÊNCIA ISBD – UNIMARC

ZONAS	CAMPOS
1ª Zona	200
2ª Zona	205
3ª Zona	207
4ª Zona	210
5ª Zona	215
6ª Zona	225
7ª Zona	3xx
8ª Zona	01x

PONTOS DE ACESSO

(Entradas principais e secundárias)

BLOCO 5 – Títulos relacionados

Este Bloco contém quaisquer títulos, com exceção do título próprio, que se relacionem com o recurso que está a ser catalogado.

BLOCO 6 – Assuntos

Este Bloco contém os dados representativos do conteúdo do documento e permite a introdução dos assuntos e das notações provenientes dos sistemas de classificação (CDU ou outros).

BLOCO 7 – Responsabilidade intelectual

Este Bloco contém os nomes das pessoas e das coletividades, cuja responsabilidade tenha contribuído de alguma forma, para a criação intelectual ou artística da publicação que se descreve.

ESQUEMA DOS BLOCOS, CAMPOS E SUBCAMPOS DO FORMATO UNIMARC MAIS USADOS NA CATALOGAÇÃO DE DOCUMENTOS

BLOCO 0xx — BLOCO DE IDENTIFICAÇÃO

Campos

010 – Número Internacional Normalizado dos Livros

Sub campo

^a – ISBN

^b – Qualificação

^d – Modalidades de aquisição e/ou preço

011 - Número Internacional Normalizado das publicações em série

Sub campo

^a – ISSN

^b – Qualificação

^d – Modalidades de aquisição e/ou preço

BLOCO 1xx — BLOCO DE INFORMAÇÃO CODIFICADA

Campos

100 – Dados gerais de processamento

Sub campo

^a – Dados gerais de processamento. (Em alguns softwares o preenchimento é automático).

101 – Língua da publicação

Sub campo

^a – Língua do texto, banda sonora, etc. (existem códigos para cada língua).

^c – Língua do texto no original

102 – País de publicação

Sub campo

^a – País de publicação (existem códigos para cada país)

Todos os restantes campos do bloco 1xx são também campos de dados codificados relativos às diversas tipologias de documentos e seus atributos físicos.

BLOCO 2xx — BLOCO DE INFORMAÇÃO DESCRITIVA

Campos

200 – Título e menção de responsabilidade

Sub campo

^a – Título próprio

^b – Indicação geral da natureza do documento

^d – Título paralelo

^e – Informação de outro título

^f – Primeira menção de responsabilidade

^g – Outras menções de responsabilidade

205 – Menção de edição

Sub campo

^a – Menção de edição

^b – Outras menções de edição

^f – Menção de responsabilidade relativa à edição

206 – Campo específico de alguns tipos de materiais: Material cartográfico – dados matemáticos

Sub campo

^a – Menção dos dados matemáticos (normalmente a escala)

207 – Campo específico de alguns tipos de materiais: Publicações em série – Numeração

Sub campo

^a – Indicação de datas e volumes

^z – Fonte de informação de numeração

208 – Campo específico de alguns tipos de materiais: Música impressa

Sub campo

^a - Indicação específica da música impressa

210 – Publicação, distribuição, etc.

Sub campo

^a – Lugar da edição, distribuição, etc.

^c – Nome do editor, distribuidor, etc.

^d – Data da publicação, distribuição, etc.

^e – Lugar da impressão

^g – Nome do impressor

^h - Data da impressão

215 – Descrição física

Sub campo

^a – Indicação específica da natureza do documento e extensão

^c – Outras indicações físicas

^d – Dimensões

^e – Material acompanhante

225 – Coleção

Sub campo

^a – Título próprio da coleção

^i – Nome de uma parte ou secção

^v – Indicação do volume

BLOCO 3xx — BLOCO DE NOTAS

Campos

300 – Notas gerais

301 – Notas relativas a números de identificação

302 – Notas relativas a informação codificada

303 - Notas gerais relativas a informação descritiva

304 - Notas relativas a título e menção de responsabilidade

305 – Notas relativas a edição e história bibliográfica da publicação

306 – Notas relativas a publicação, distribuição, etc.

307 - Notas relativas à descrição física

308 - Notas relativas à coleção

310 – Notas relativas à encadernação e modalidades de aquisição

311 - Notas relativas a entradas relacionadas

312 - Notas relativas a títulos relacionados

313 - Notas relativas a acesso por assunto

314 - Notas relativas a responsabilidade intelectual

315 - Notas relativas a informação específica sobre alguns tipos de materiais (ou tipo de publicação)

320 - Notas relativas a bibliografias e índices internos

- 321 – Nota relativa a índices, resumos de autor e referências externas
- 322 – Nota aos responsáveis artísticos e técnicos (registos vídeo e registos áudio)
- 323 – Nota ao elenco (registos vídeo e registos áudio)
- 324 – Nota de *facsimile*
- 326 – Nota de periodicidade (publicações em série)
- 327 – Nota de conteúdo
- 328 – Nota de dissertação ou tese
- 330 – Sumário ou resumo
- 332 – Citação preferencial dos materiais descritos
- 333 – Nota relativa aos potenciais utilizadores
- 336 e 337 – Notas relativas a especificidades dos ficheiros de computador (nota provisória)
- 345 – Nota informativa sobre aquisições

EXEMPLOS DE FOLHAS DE RECOLHA DE DADOS USADAS NA CATALOGAÇÃO DE RECURSOS

Exemplo de uma folha de recolha de dados do Bloco 0 Bloco de identificação

8ª Zona – Campos 01X

The screenshot shows the BIBLIbase software interface. The window title is 'BIBLIbase: "Módulo de Catalogação e Pesquisa" - [Monografias - Texto Impresso (MTI): 317]'. The menu bar includes 'Base de Dados', 'Editar', 'Inserir', 'Pesquisas', 'Modelos', 'Utilitários', 'Favoritos', 'Janelas', and 'Ajuda'. The toolbar contains various icons for navigation and editing. On the left, a 'Lista de Campos' (List of Fields) pane is visible, showing a tree structure with categories like 'Etiqueta de Registo', 'Dados Gerais de Processamento', 'Identificação', 'Informação Codificada', 'Informação Descritiva', 'Notas', 'Entradas Relacionadas', 'Títulos Relacionados', 'Assuntos', and 'Responsabilidade Intelectual'. The main area displays a table with the following data:

Etq	Campo	Conteúdo
001	Identificador do registo	16749
010	ISBN	*a85-7110-345-3*bEncadernado*dCompra
	Número (ISBN)	85-7110-345-3
	Qualificação	Encadernado
	Modalidade de aquisição e/ou preço	Compra

At the bottom of the table area, a note reads: 'Identificador do registo. Número de controlo para o registo atribuído pela agência que o preparou.'

The status bar at the bottom shows 'UAAM: UNIV. ABERTA - MONOGRAFIAS (21246)', 'IMARCOS [ADMIN]', 'CAPS NUM INS 26-05-2010 16:29', and a search bar.

Exemplo de uma folha de recolha de dados do Bloco 1 – Bloco de informação codificada (país e língua de publicação)

The screenshot shows the 'BIBLIbase' software interface. The main window displays a data entry form for a record with the call number 'MFN 317'. The form is divided into sections: 'Identificação', 'Informação Codificada', 'Informação Descritiva', 'Notas', and 'Assuntos'. The 'Informação Codificada' section is active, showing a table with the following data:

Etq	Campo	Conteúdo
101	Língua da publicação	0 ^apor
^a	Língua do texto, banda sonora, etc.	por
102	País de Publicação	^aPT
^a	País de publicação	PT

An 'Edição da Tabela' dialog box is open, titled 'Edição da Tabela "Tabela com os códigos de país"'. It contains a table of country codes and descriptions:

Código	Descrição
OM	Oman
PA	Panamá
PE	Perú
PF	Polinésia Francesa
PG	Papua - Nova Guiné
PH	Filipinas
PK	Paquistão
PL	Polónia
PM	ST. PIERRE AND MIQUELON
PN	PITCAIRN
PR	Porto Rico
PT	Portugal

The dialog box also includes options for 'Ajuda', 'Seleccionar', 'Ordenação' (with radio buttons for 'Sem Ordenação', 'Código', and 'Descrição'), and 'Cancelar'. The status bar at the bottom shows 'Pais de Publicação - País de publicação'.

Exemplo de uma folha de recolha de dados do

Bloco 1 – Bloco de informação descritiva

1ª Zona – Campos 200

2ª Zona – Campos 205

4ª Zona – Campos 210

5ª Zona – Campos 215

BIBLIbase: "Módulo de Catalogação e Pesquisa" - [Monografias - Texto Impresso (MTI): 821]

Base de Dados Editar Inserir Pesquisas Modelos Utilitários Favoritos Janelas Ajuda

MFN 821 Pesquisas (Acesso Sequencial)

Lista de Campos

- Etiqueta de Registo
- Dados Gerais de Processamento
- Identificação
- Informação Codificada
- Informação Descritiva
 - 200: Título
 - 205: Menção da edição
 - 210: Publicação, Distribuição
 - 215: Descrição física
 - 225: Coleção
- Notas
- Entradas Relacionadas - Séries,
- Entradas Relacionadas - Outras I
- Títulos Relacionados
- Assuntos
- Responsabilidade Intelectual

Indicador de Título Significativo
[1] Título significativo [] Branco

Etq	Campo	Conteúdo
200	Título	1 ^aDistance education^ea short handbook^Börje Holmberg, W. Brugger^grad. John A. Baath
^a	Título próprio	Distance education
^a	Informação de outro título	a short handbook
^f	Primeira menção de responsabilidade	Börje Holmberg, W. Brugger
^q	Outras menções de responsabilidade	trad. John A. Baath
205	Menção da edição	^a2nd ed.
^a	Menção da edição	2nd ed.
210	Publicação, Distribuição	^aMalmö^cLiberHermod's^d1982
^a	Lugar da edição, distribuição, etc.	Malmö
^c	Nome do editor, distribuidor, etc.	LiberHermod's
^d	Data da publicação, distribuição, etc.	1982
215	Descrição física	^a80 p.^cil.^d23 cm^e1 CD-Rom
^a	Descrição física	80 p.
^c	Outras indicações físicas	il.
^d	Dimensões	23 cm
^e	Material	1 CD-Rom

Título - Primeira menção de responsabilidade

UAAM: UNIV. ABERTA - MONOGRAFIAS (21243) IMARCDOS [ADMIN] CAPS NUM INS 26-05-2010 12:45

Start BIBLIbase: "Módulo ..." Search Desktop

Exemplo de uma folha de recolha de dados do

Bloco 1 – Bloco de informação descritiva

1ª Zona – Campos 200

2ª Zona – Campos 205

4ª Zona – Campos 210

5ª Zona – Campos 215

Indicador de Título Significativo
[1] Título significativo [] Branco

Etq	Campo	Conteúdo
200	Título	1 ^a<A >escrita da história^teoria e métodos^José Mattoso
^a	Título próprio	<A >escrita da história
^b	Informação de outro título	teoria e métodos
^f	Primeira menção de responsabilidade	José Mattoso
210	Publicação, Distribuição	^aLisboa^cEstampa^d1988
^a	Lugar da edição, distribuição, etc.	Lisboa
^c	Nome do editor, distribuidor, etc.	Estampa
^d	Data da publicação, distribuição, etc.	1988
215	Descrição física	^a212 p.
^a	Descrição física	212 p.
225	Colecção	^aImprensa universitária^v67
^a	Título próprio da colecção	Imprensa universitária
^v	Indicação de volume	67

Título e menção de responsabilidade

UAAM: UNIV. ABERTA - MONOGRAFIAS [21243] IMARCDS [ADMIN] CAPS NUM INS 26-05-2010 12:49

Exemplo de uma folha de recolha de dados do Bloco 3 – Bloco de notas

7ª Zona – campos 3xx

(exemplo da algumas notas)

The screenshot shows the BIBLIbase software interface. The main window displays a data collection sheet for fields 3xx. The interface includes a menu bar (Base de Dados, Editar, Inserir, Pesquisas, Modelos, Utilitários, Favoritos, Janelas, Ajuda) and a toolbar. A list of fields is visible on the left side, and the main table contains the following data:

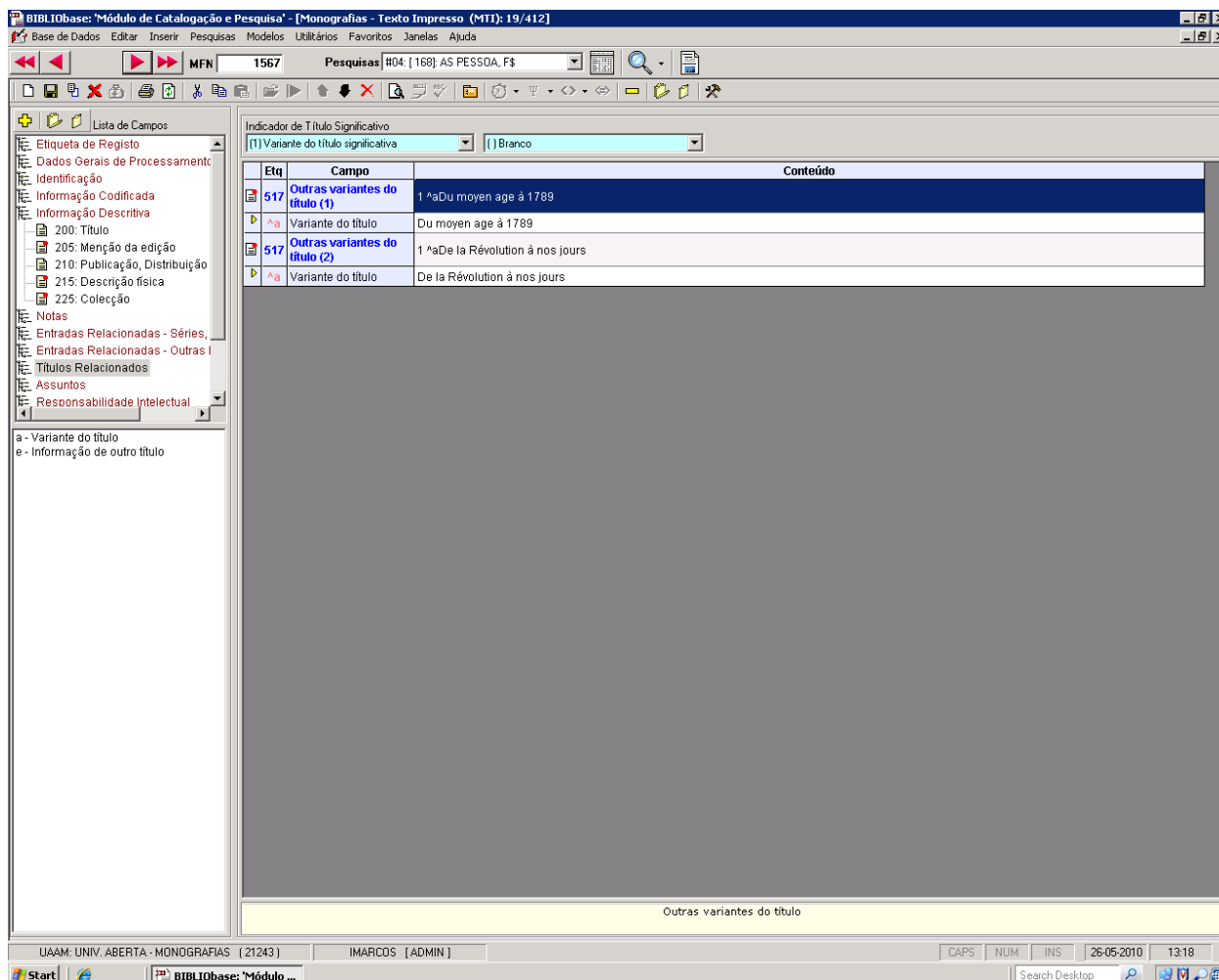
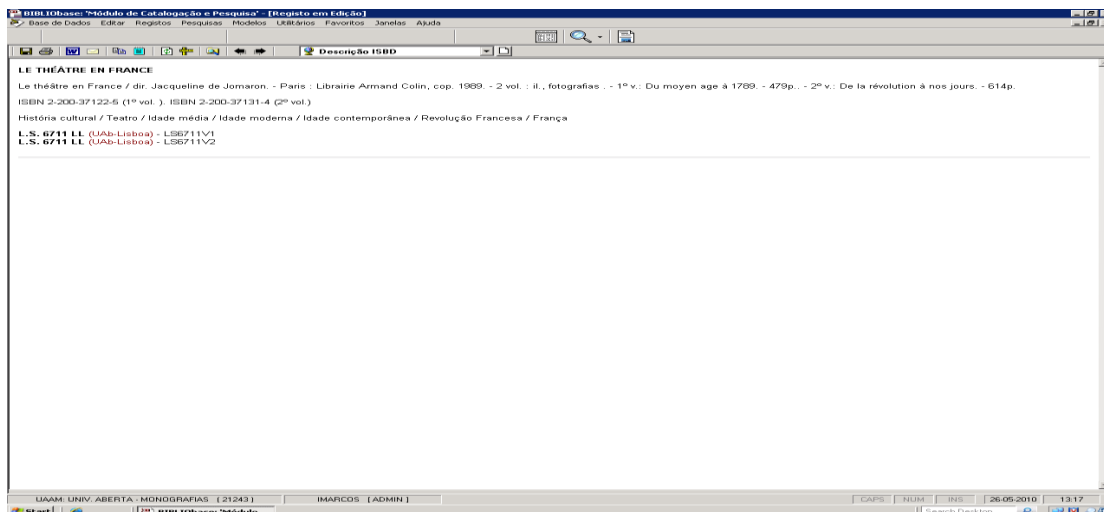
Etq	Campo	Conteúdo
		{} Branco
303	Informação descritiva	*aContém um cartão com abreviaturas e símbolos
	Texto da nota	Contém um cartão com abreviaturas e símbolos
304	Título	*aTit. orig.: Étrange étranger: une biographie de Fernando Pessoa
	Texto da nota	Tit. orig.: Étrange étranger: une biographie de Fernando Pessoa
305	Edição	*aPublicado anteriormente em 1978
	Texto da nota	Publicado anteriormente em 1978
307	Descrição Física	*aTexto em folhas pautadas
	Texto da nota	Texto em folhas pautadas
308	Colecção	*aPublicado anteriormente na colecção : Universitária
	Texto da nota	Publicado anteriormente na colecção : Universitária
310	Encadernação e Compra	*aEncadernado em veludo azul
	Texto da nota	Encadernado em veludo azul
320	Relativa a bibliografia	*aBibliografia : p.230-233
	Texto da nota	Bibliografia : p.230-233



The status bar at the bottom shows: UAAM: UNIV. ABERTA - MONOGRAFIAS [21243] IMARCOs [ADMIN] CAPS NUM INS 26-05-2010 13:11. The taskbar includes the Start button and the application name: BIBLIbase: 'Módulo ...'.

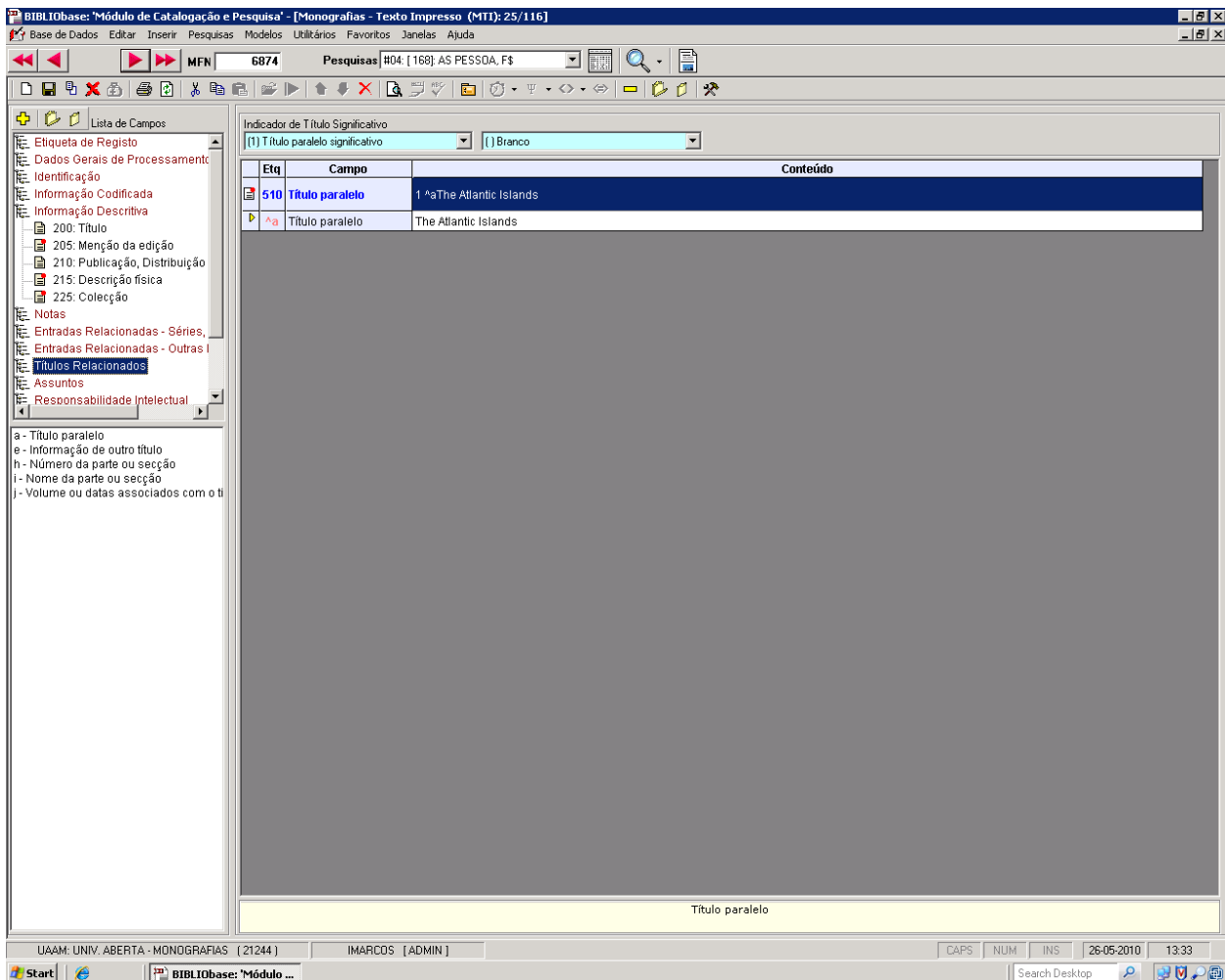
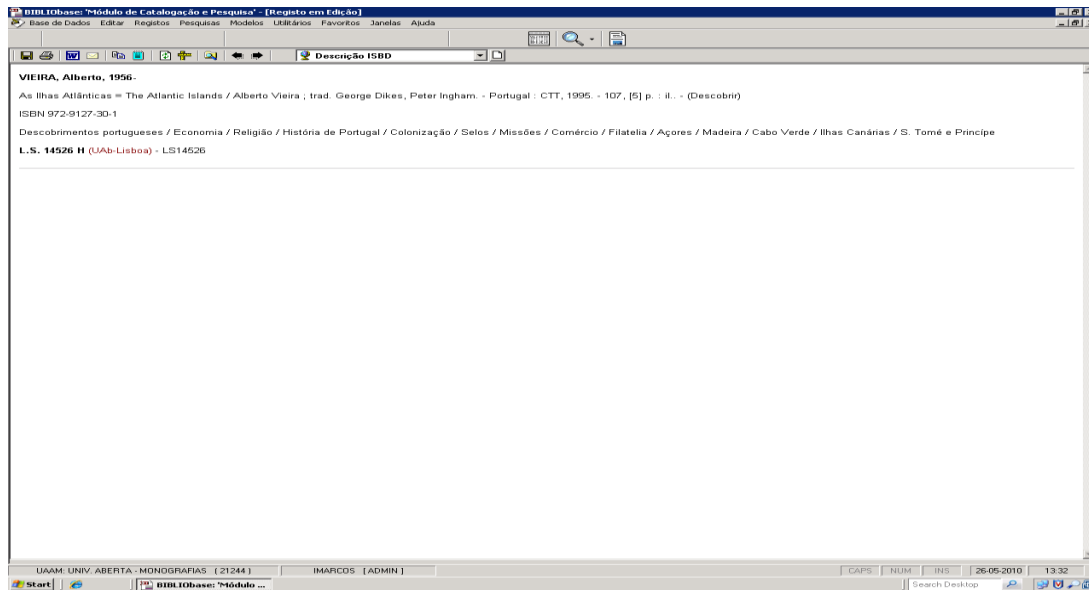
PONTOS DE ACESSO

Bloco 5 – Títulos relacionados

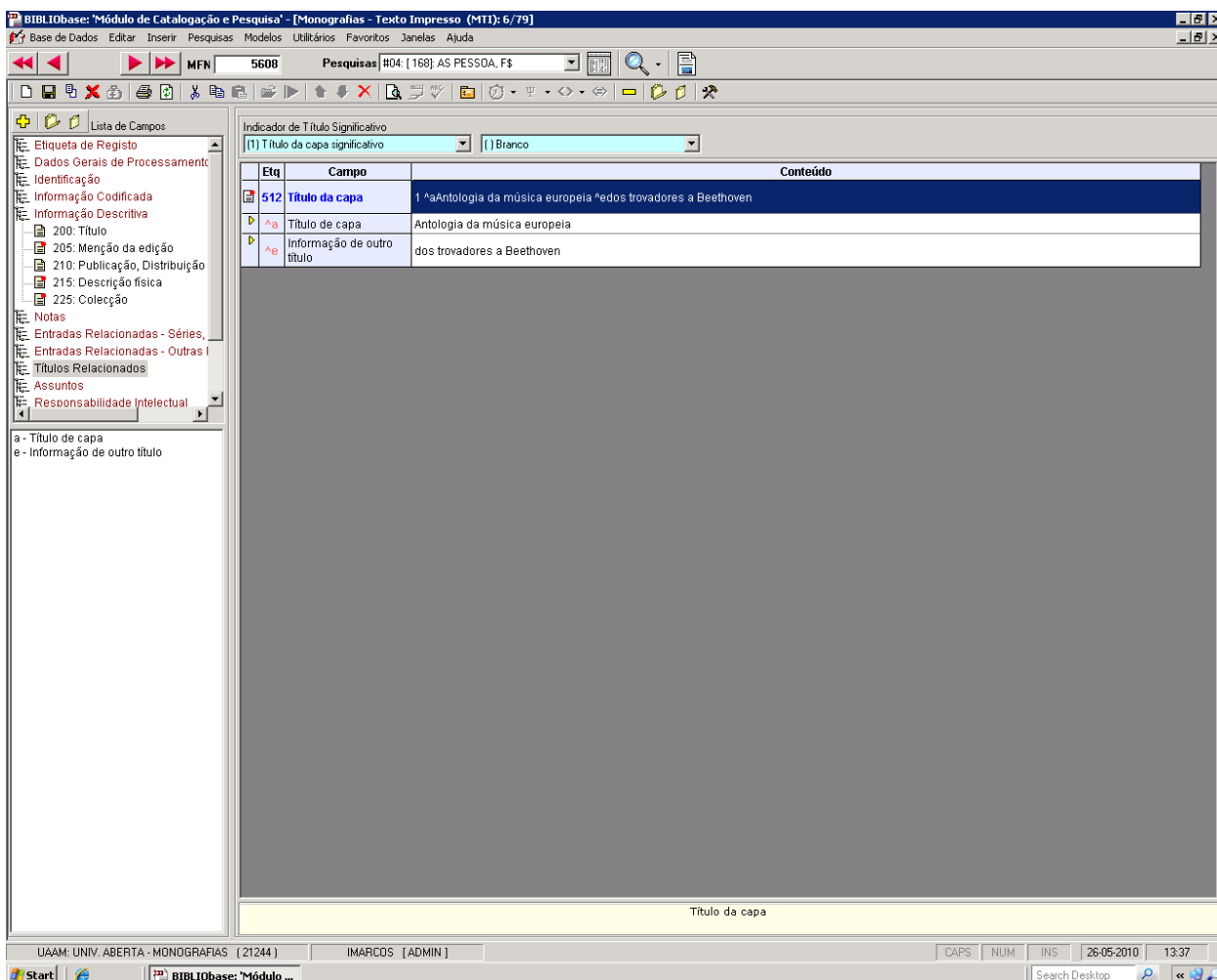
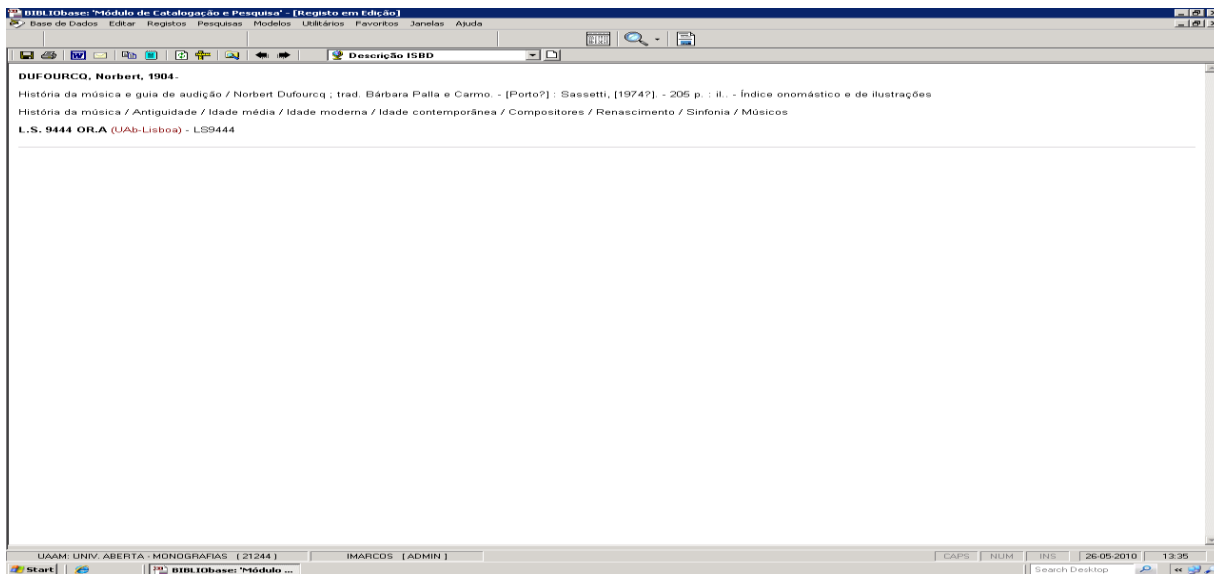
- Exemplo de uma folha de recolha de dados em que foram recuperados para pesquisa, os títulos individuais de cada volume




 **Exemplo de uma folha de recolha de dados em que foi recuperado para pesquisa, o título paralelo**



✚ Exemplo de uma folha de recolha de dados em que foi recuperado para pesquisa, o título da capa



Bloco 6 – Assuntos

Campo 600 – Nome pessoa

Campo 606 – Nome comum

Campo 607 – Nome geográfico

- Exemplo de uma folha de recolha de dados em que são recuperados como ponto de acesso, os assuntos: nome de pessoa, nome comum e nome geográfico

The screenshot shows the BIBLIbase software interface. The main window displays a list of subjects (Assuntos) for a record. The table below shows the data extracted from the interface.

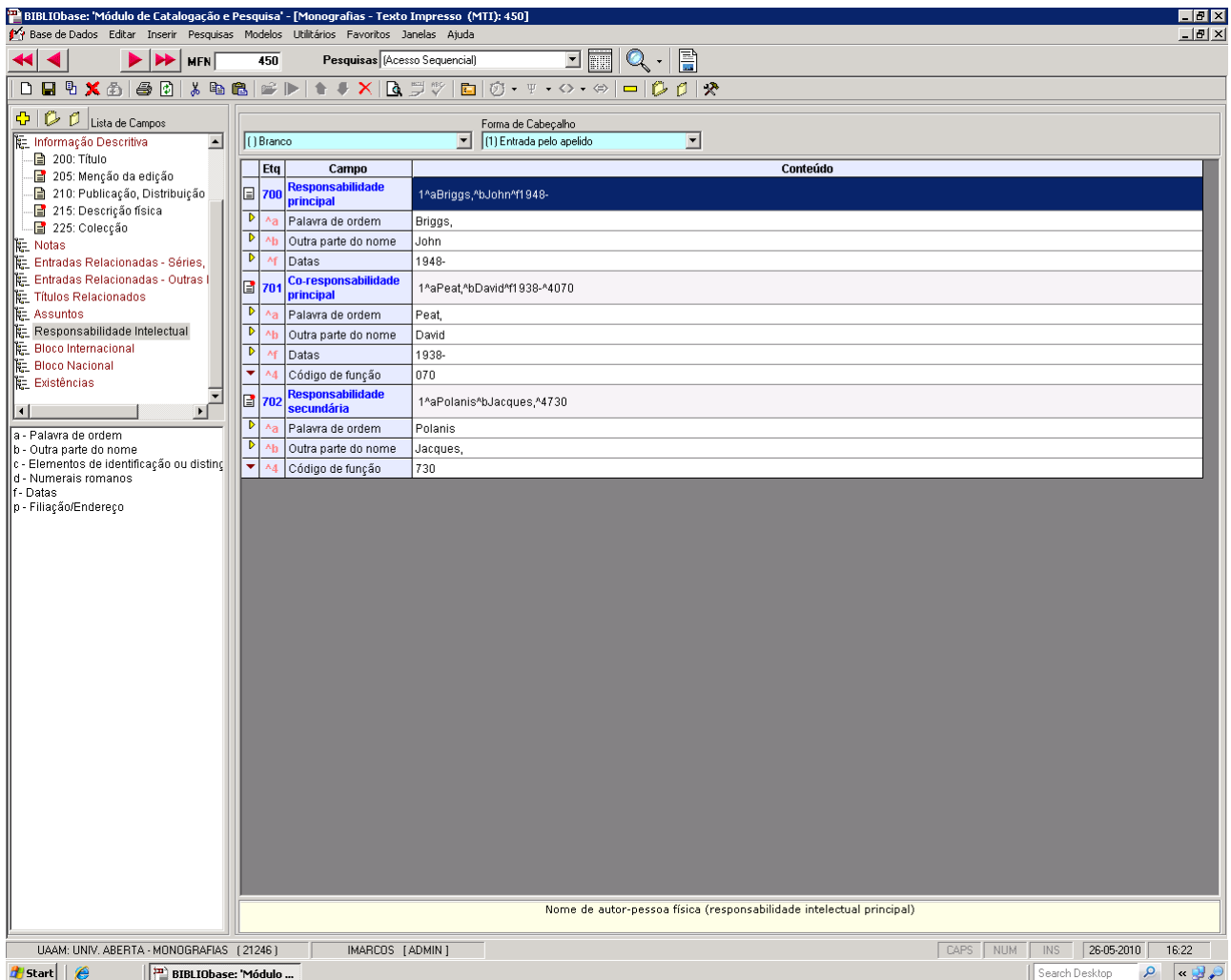
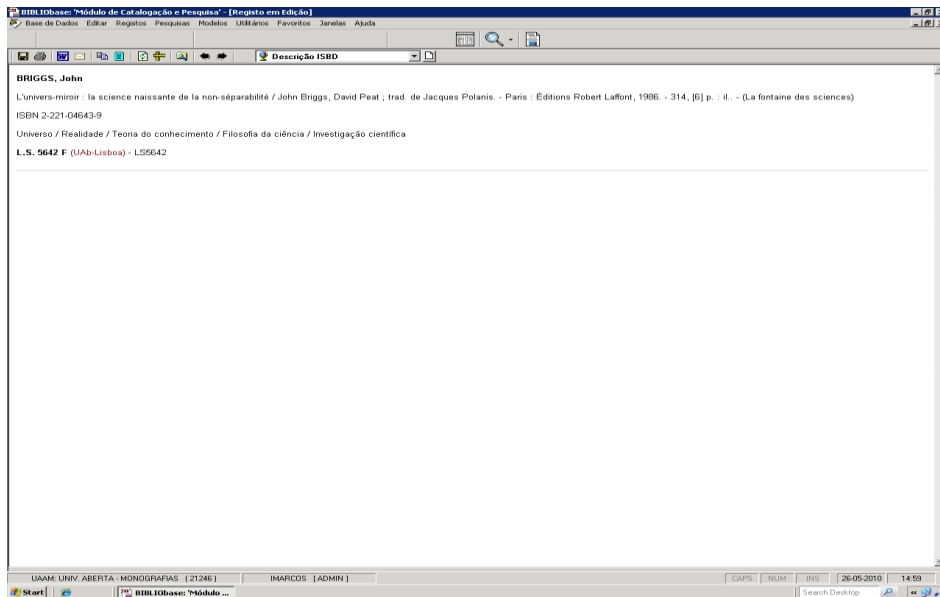
Etq	Campo	Conteúdo
		1^aGarrett,*bAlmeida,*f1799-1854
▶	Aa	Palavra de ordem Garrett,
▶	Ab	Outra parte do nome Almeida,
▶	Af	Datas 1799-1854
		1^aCastelo Branco,*bCamilo,*f1825-1890
▶	Aa	Palavra de ordem Castelo Branco,
▶	Ab	Outra parte do nome Camilo,
▶	Af	Datas 1825-1890
		1^aQueirós,*bEça de,*f1845-1900
▶	Aa	Palavra de ordem Queirós,
▶	Ab	Outra parte do nome Eça de,
▶	Af	Datas 1845-1900
		1^aPessoa,*bFernando,*f1888-1935
▶	Aa	Palavra de ordem Pessoa,
▶	Ab	Outra parte do nome Fernando,
▶	Af	Datas 1888-1935
		*aLiteratura portuguesa
▶	Aa	Elemento de entrada Literatura portuguesa
		*aEscritores
▶	Aa	Elemento de entrada Escritores
		*aPortugal
▶	Aa	Elemento de entrada Portugal

Nome geográfico - Elemento de entrada

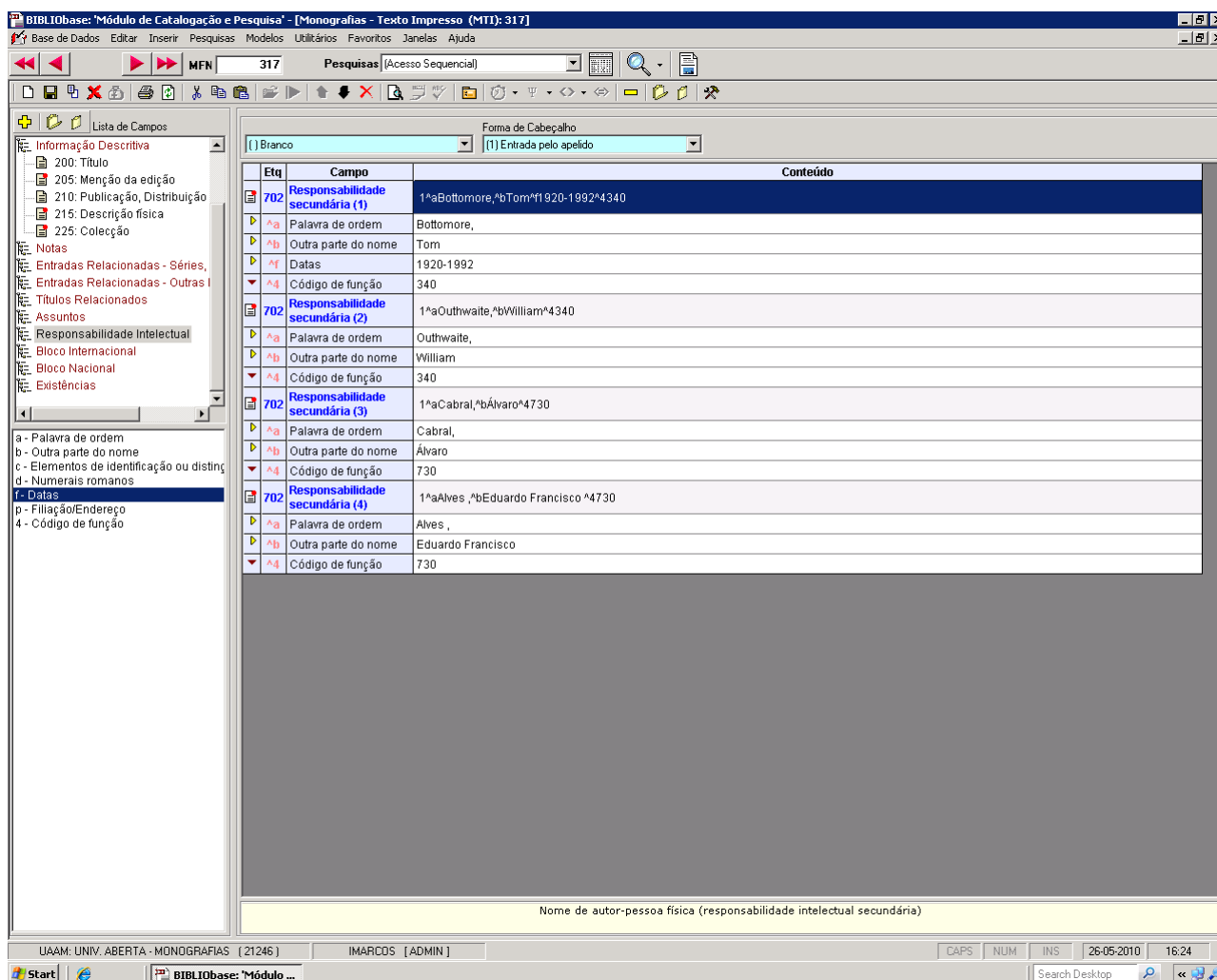
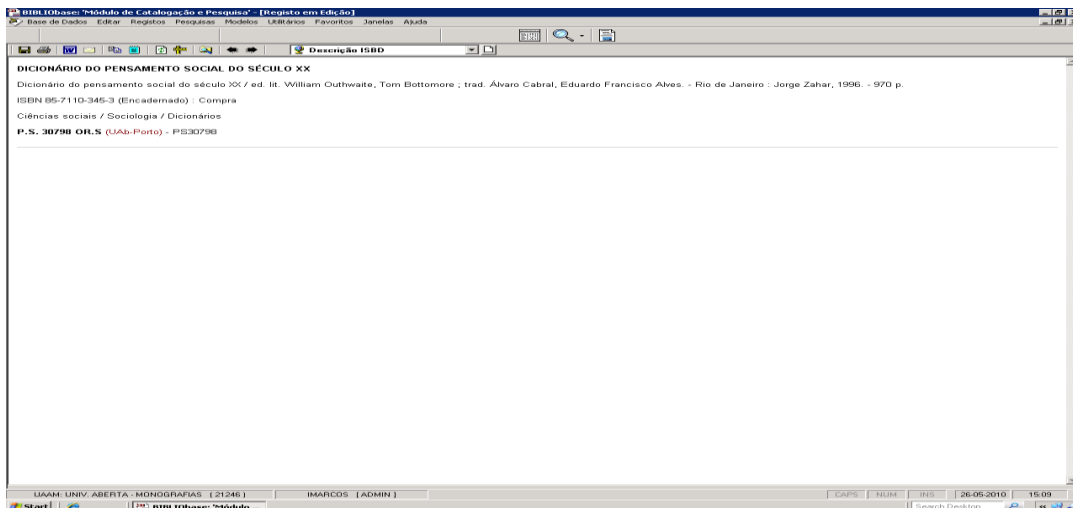
Bloco 7 – Responsabilidade intelectual

- **Campo 700 – Nome de autor - pessoa física (responsabilidade intelectual principal)**
- **Campo 701 – Nome de autor - pessoa física (coresponsabilidade intelectual principal)**
- **Campo 702 – Nome de autor - pessoa física (responsabilidade intelectual secundária)**
- **Campo 710 – Nome de coletividade - autor (responsabilidade intelectual principal)**
- **Campo 711 – Nome de coletividade - autor (coresponsabilidade intelectual principal)**
- **Campo 712 – Nome de coletividade - autor (responsabilidade intelectual secundária)**
- **Existem ainda os campos 720, 721 e 722 para os nomes de família, enquanto responsabilidade intelectual principal (720 e 721) ou secundária (722).**
- **Os mais utilizados são os campos: 700, 701, 702, 710, 711 e 712**
- **De acordo com a parametrização do formato UNIMARC, os campos 700 e 710 permitem formar cabeçalho/entrada principal/ponto de acesso principal. Num registo não é possível preencher estes dois campos em simultâneo, pois só pode haver uma entrada principal em cada recurso.**
- **É fundamental conhecer as regras de determinação de cabeçalhos para o correto preenchimento destes campos do Bloco 7.**
- **Quando os campos 700 e 710 não são preenchidos, o cabeçalho é automaticamente feito pelo título.**

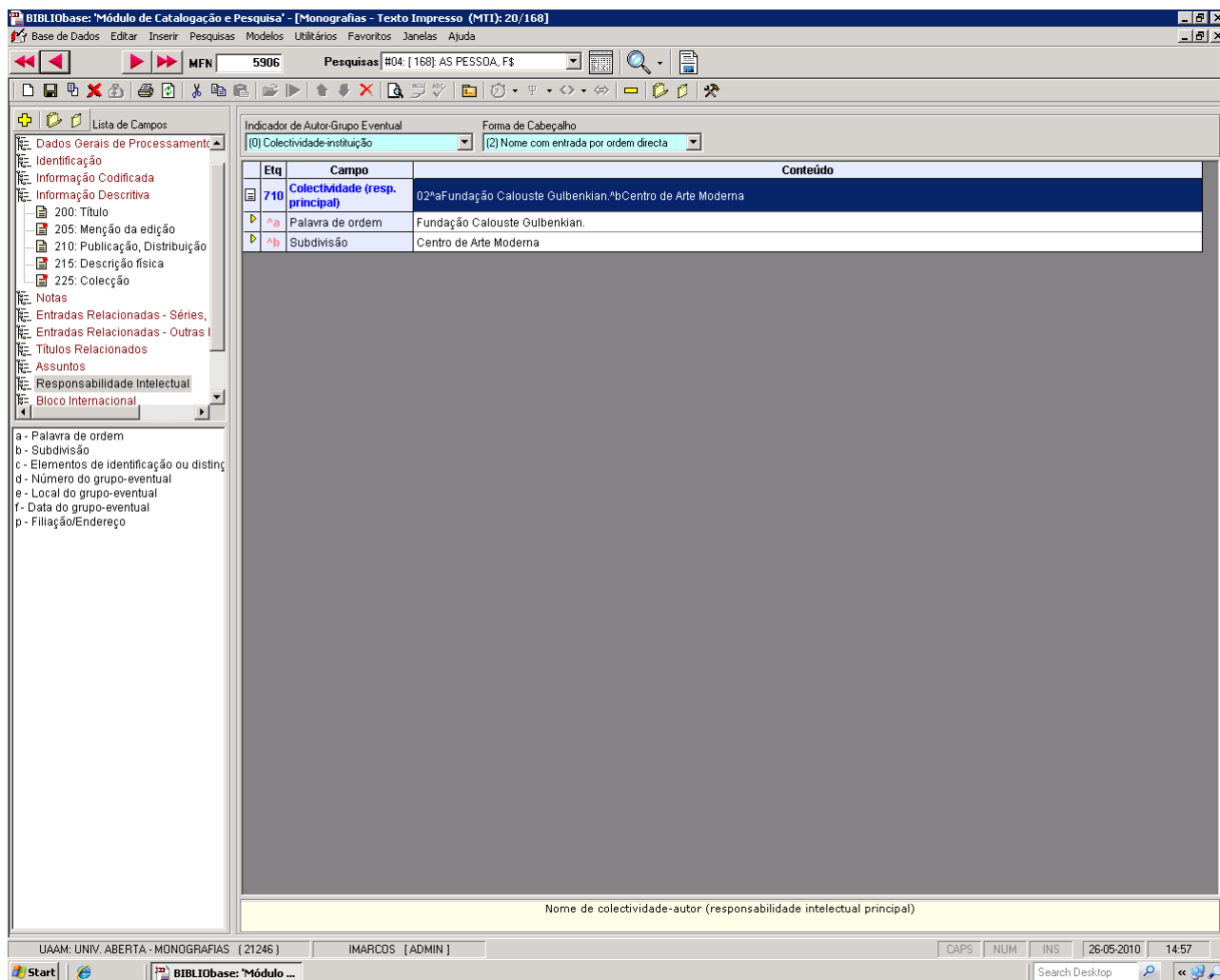
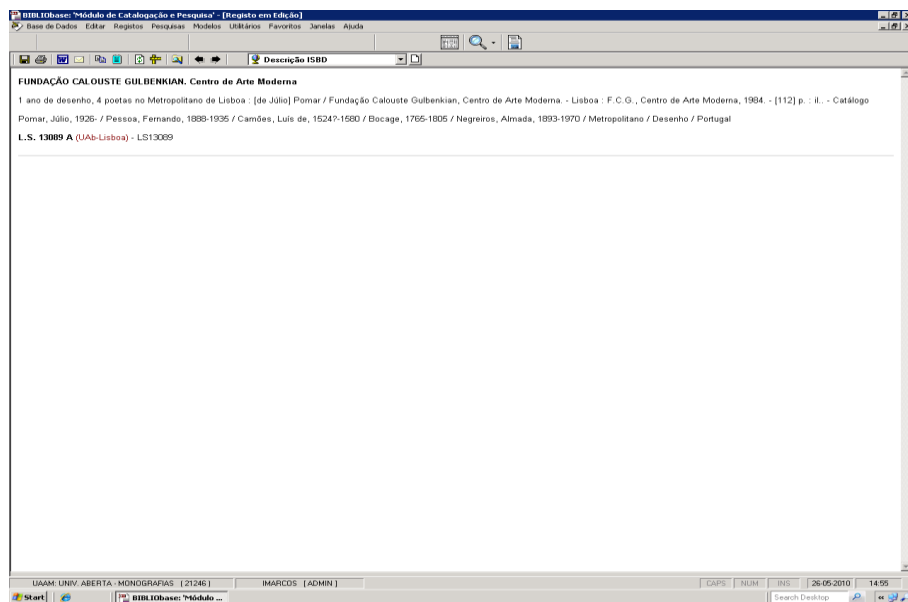
Exemplo de uma folha de recolha de dados em que são recuperados como pontos de acesso, o nome de autor–pessoa física principal (700), o nome da corresponsabilidade principal (701) e o nome da responsabilidade secundária (702)



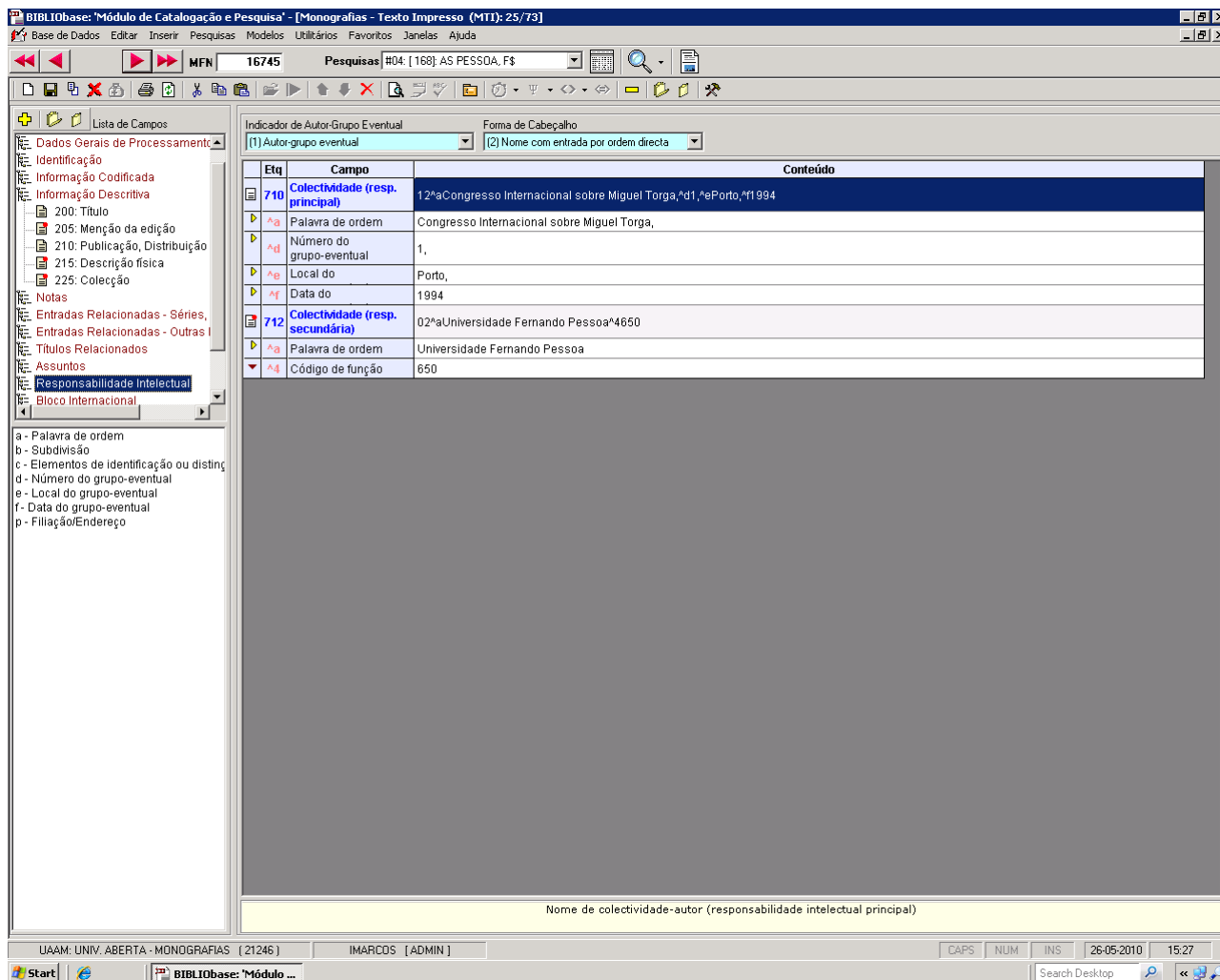
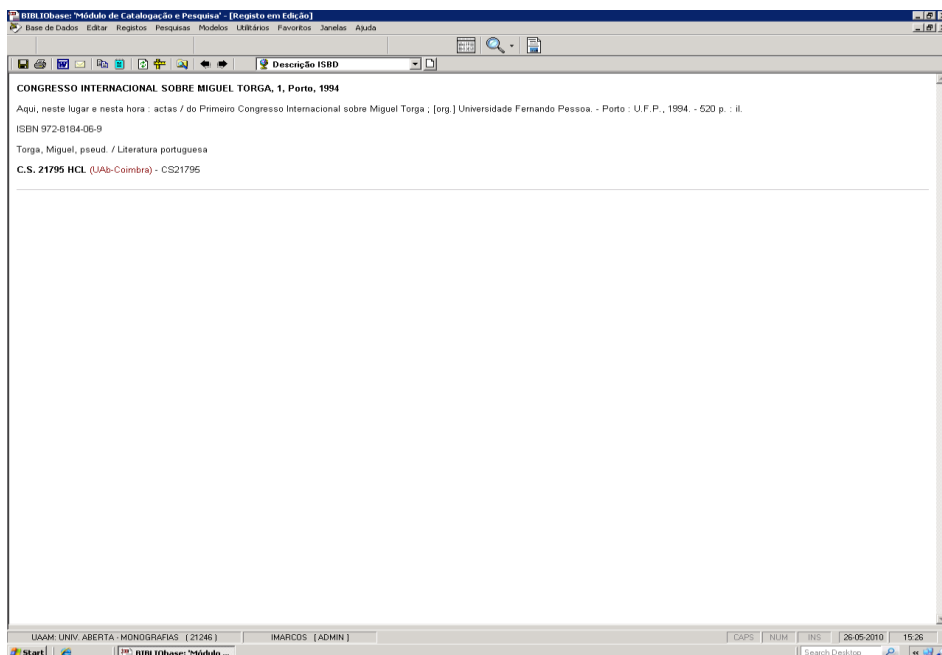
- Exemplo de uma folha de recolha de dados em que são recuperados como pontos de acesso, os editores literários e os tradutores. Nenhum dos editores literários ocupa o campo 700 porque de acordo com a regra, a entrada principal é feita pelo título.



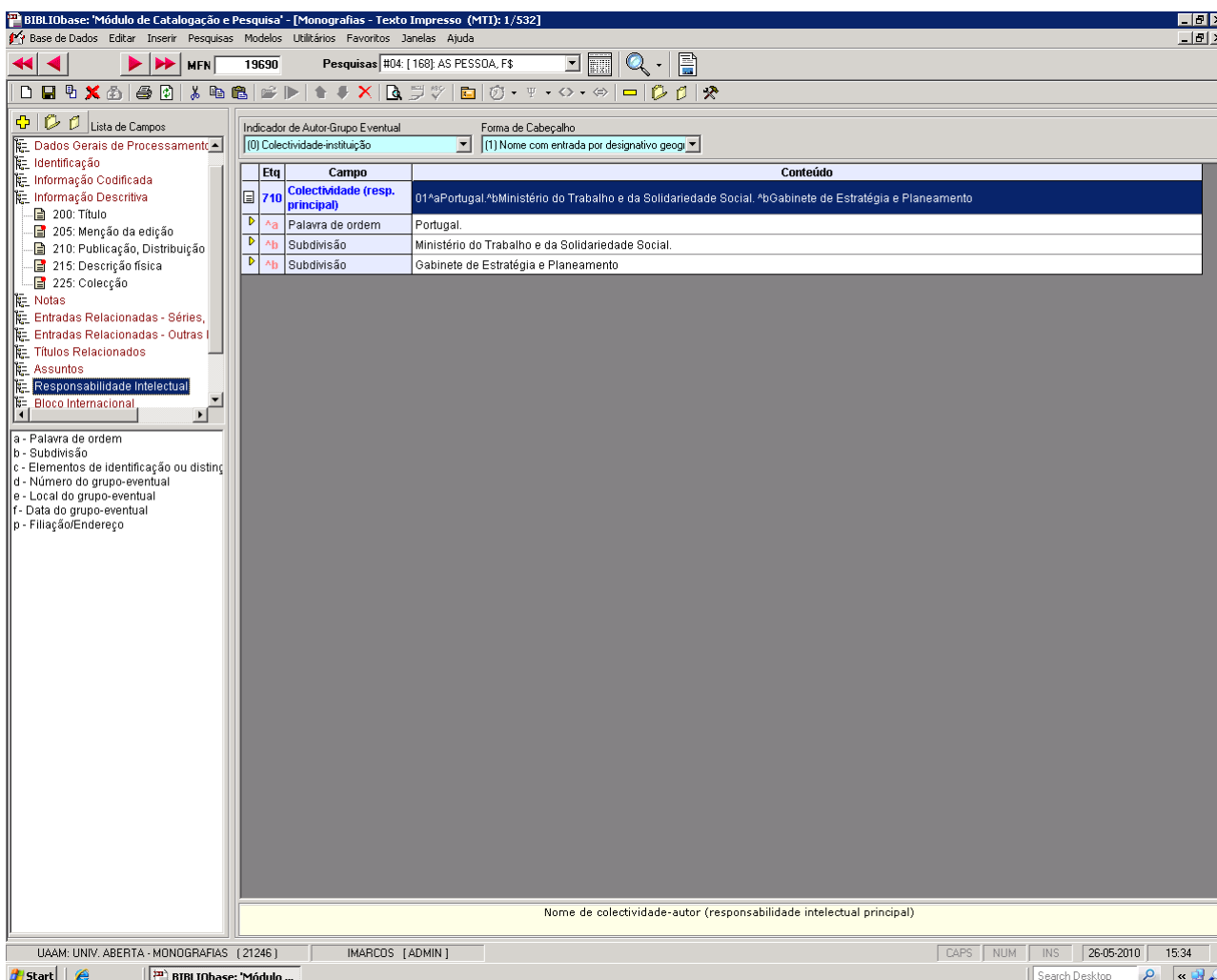
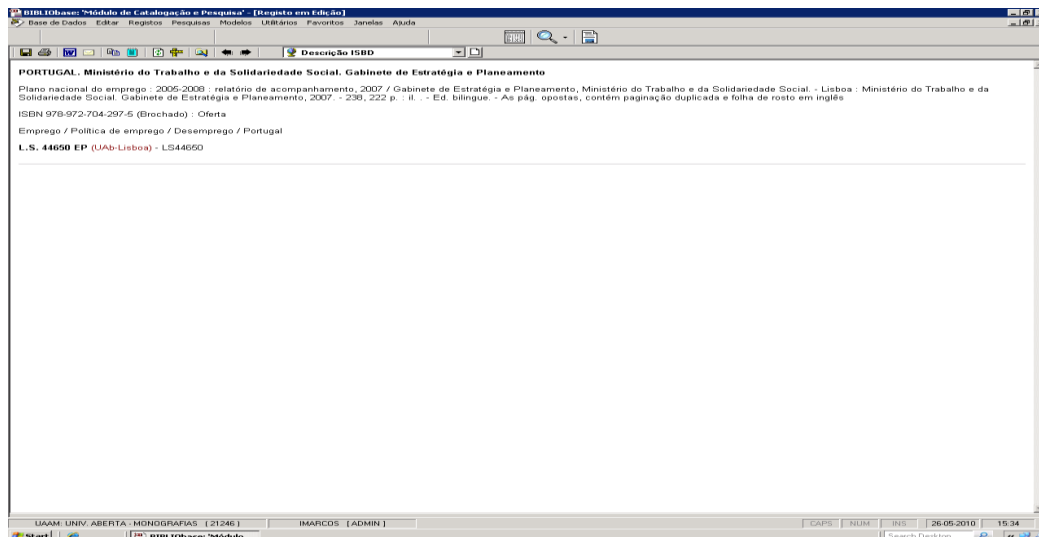
- Exemplo de uma folha de recolha de dados em que são recuperados, como ponto de acesso principal, o nome da coletividade – autor.



- Exemplo de uma folha de recolha de dados em que são recuperados, como ponto de acesso principal, uma entidade eventual, e como ponto de acesso secundário, o nome de uma coletividade com responsabilidade secundária



- Exemplo de uma folha de recolha de dados em que são recuperados como ponto de acesso principal uma coletividade - autor que é uma entidade dependente por subordinação.



Bibliografia

IFLA. *Manual UNIMARC : formato bibliográfico*. coord. da trad. e rev. téc. Rosa Maria Galvão, Margarida Pedreiro Lopes. 3ª ed. Lisboa: Biblioteca Nacional,2008. 610 p. ISBN: 978-972-565-439-2